



TRIBUNAL PLENO

Conselheiro Presidente Antonio Joaquim

Conselheiro Vice-presidente Valter Albano
Conselheiro Corregedor-geral José Carlos Novelli
Conselheiro Ouvidor-geral Waldir Júlio Teis

Conselheiro Domingos Neto
Conselheiro Sérgio Ricardo
Conselheiro Moises Maciel

Conselheiro Substituto Luiz Henrique Lima
Conselheiro Substituto Isaías Lopes da Cunha
Conselheiro Substituto Luiz Carlos Pereira
Conselheiro Substituto João Batista Camargo
Conselheira Substituta Jaqueline Jacobsen Marques
Conselheiro Substituto Ronaldo Ribeiro

Secretária-geral do Tribunal Pleno Ligia Maria Gahyva Daoud Abdallah

PRIMEIRA CÂMARA

Conselheiro Sérgio Ricardo - Presidente da Primeira Câmara

Conselheiro José Carlos Novelli
Conselheiro Waldir Júlio Teis

Conselheiro Substituto Luiz Carlos Pereira
Conselheira Substituta Jaqueline Jacobsen Marques
Conselheiro Substituto Moises Maciel

Secretária da Primeira Câmara Elizabet Teixeira Sant'Anna Padilha

SEGUNDA CÂMARA

Conselheiro Domingos Neto - Presidente da Segunda Câmara

Conselheiro Valter Albano
Conselheiro Moises Maciel

Conselheiro Substituto Luiz Henrique Lima
Conselheiro Substituto Isaías Lopes da Cunha
Conselheiro Substituto João Batista Camargo

Secretário da Segunda Câmara Jean Fábio de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Procurador-geral de Contas Gustavo Coelho Deschamps

Procurador-geral de Contas Substituto William de Almeida Brito Junior
Procurador de Contas Alisson Carvalho de Alencar
Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE PESSOAS

PROCESSO: 7.660-0/2016
INTERESSADA: CARLA GODOY DA COSTA MOREIRA
ASSUNTO: LICENÇA GESTACIONAL

DECISÃO

Por todo o exposto, nos termos do inciso XXII, do artigo 21 da Resolução 14/2007, deste Tribunal e, com base no art. 235 da Lei Complementar 04/90 (Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais) alterado pela Lei Complementar 330/08, acolho o Parecer da Consultoria Jurídica-Geral e DEFIRO a concessão de 180 (cento e oitenta) dias de licença gestacional, à servidora CARLA GODOY DA COSTA MOREIRA, ocupante do cargo de Técnico de Controle Público Externo, Classe "D", Referência 4, no período de 01/03/2016 a 27/08/2016.

Publique-se.

Gabinete da Presidência, em Cuiabá-MT, 19 de abril de 2016.

Conselheiro ANTONIO JOAQUIM
Presidente

PROCESSO: 6.306-1/2016
INTERESSADA: MÁRCIA REGINA DE LARA
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA

DA FAMÍLIA

DECISÃO

Por todo o exposto, nos termos do inciso XXII, do artigo 21 da Resolução 14/2007, desta Corte, e com base nos arts. 103, I e 105, § 2º da Lei Complementar 04/1990, acolho o Parecer da Consultoria Jurídica-Geral e DEFIRO à Sra. MÁRCIA REGINA DE LARA, servidora deste Tribunal, ocupante do cargo de Auditor Público Externo, Classe "D", Referência 6, a concessão de 11 (onze) dias de licença para tratamento de saúde em pessoa da família, sua avó, no período de 16/02/16 a 26/02/16.

Publique-se.

Gabinete da Presidência, em Cuiabá-MT, 19 de abril de 2016.

Conselheiro ANTONIO JOAQUIM
Presidente

PROCESSO: 4.016-9/2016
INTERESSADA: LIDIANE DOS ANJOS SANTOS
ASSUNTO: ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL

DECISÃO

Pelo exposto e, com base no inc. XXII, do art. 21 da Resolução 14/2007, acolho o Parecer da Consultoria Jurídica-Geral e, em consonância com o inciso I, do Art. 2º da Instrução Normativa 001/2016, da Secretaria de Estado de Gestão/MT, DEFIRO a concessão de isenção do desconto automático, em folha de pagamento, da Contribuição Sindical de 2016, à Sra. LIDIANE DOS ANJOS SANTOS, servidora deste Tribunal, ocupante do cargo de Auditor Público Externo, Classe "D", Referência 3.

Publique-se.

Gabinete da Presidência, em Cuiabá-MT, 19 de abril de 2016.

Conselheiro ANTONIO JOAQUIM
Presidente

PROCESSO: 3.193-3/2016
INTERESSADO: MARCELO BATISTA FERREIRA
ASSUNTO: ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL

DECISÃO

Pelo exposto e, com base no inc. XXII, do art. 21 da Resolução 14/2007, acolho o Parecer 238/2016 da Consultoria Jurídica-Geral e, em consonância com o inciso II, do Art. 2º da Instrução Normativa 001/2016, da Secretaria de Estado de Gestão/MT, DEFIRO a concessão de isenção do desconto automático, em folha de pagamento, da Contribuição Sindical de 2016, ao Sr. MARCELO BATISTA FERREIRA, servidor deste Tribunal, ocupante do cargo de Técnico de Controle Público Externo, Classe "D", Referência 5.



Publique-se.

Gabinete da Presidência, em Cuiabá-MT, 19 de abril de 2016.

Conselheiro ANTONIO JOAQUIM
Presidente

PROCESSO: 718-8/2016
INTERESSADO: EDIVALDO MOTA ARAUJO
ASSUNTO: ABONO PECUNIÁRIO

DECISÃO

...
Diante do exposto, com base no inc. XXII, do art. 21, da Resolução 14/2007, e ainda com fundamento no § 1º, do art. 19, da Portaria 132/2008, INDEFIRO o pedido de conversão de 1/3 (um terço) de férias em abono pecuniário, requerido pelo Sr. EDIVALDO MOTA ARAUJO servidor deste Tribunal, ocupante do cargo de Auditor Público Externo, Classe "D", Referência 3.

Publique-se.

Gabinete da Presidência, em Cuiabá-MT, 14 de abril de 2016.

Conselheiro ANTONIO JOAQUIM
Presidente

PROCESSO: 624-6/2016
INTERESSADO: GUSTAVO AUGUSTO FERRAZ RODRIGUES
ASSUNTO: ABONO PECUNIÁRIO

DECISÃO

...
Diante do exposto, com base no inc. XXII, do art. 21, da Resolução 14/2007, e ainda com fundamento no § 1º, do art. 19, da Portaria 132/2008, INDEFIRO o pedido de conversão de 1/3 (um terço) de férias em abono pecuniário, requerido pelo Sr. GUSTAVO AUGUSTO FERRAZ RODRIGUES, servidor deste Tribunal, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico de Conselheiro, Nível TCDGA-2.

Publique-se.

Gabinete da Presidência, em Cuiabá-MT, 13 de abril de 2016.

Conselheiro ANTONIO JOAQUIM
Presidente

CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

JULGAMENTO SINGULAR

JULGAMENTO SINGULAR Nº 289/JCN/2016

PROCESSO Nº: 1.367-6/2016
INTERESSADA: SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO
GESTOR: JÚLIO CÉSAR MODESTO DOS SANTOS
ASSUNTO: ADMISSÕES DE PESSOAL REFERENTES AO 3º QUADRIMESTRE/2015 - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2009 - SAD/MT - PROCESSO Nº 18.818-2/2009

Versam os autos sobre os Atos de Admissão de Pessoal, efetuados no 1º Quadrimestre/2015, provenientes do Concurso Público nº 003/2009, na gestão do Senhor Júlio César Modesto dos Santos.

Insta consignar que o mencionado concurso público foi conhecido por meio do Julgamento Singular nº 3721/VJUT/2013 (processo nº 18.818-2/2009).

A Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal e RPPS, após análise conclusiva dos autos, sugere o registro dos atos admissionais dos candidatos aprovados no certame, conforme abaixo relacionados, sugeriu o registro dos atos admissionais, conforme tabela inframencionada:

CANDIDATO NOMEADO	ATO	FOLHAS
Jefferson da Silva Marques	5.798/2015	12
Wilza Carla Moraes Lucas	7.664/2015	19
Luciana Crystina de Sena	8.299/2015	22
Mercia Aparecida Oliveira Gomes	8.301/2015	26

O Ministério Público de Contas, por meio Parecer nº 1.483/2016, de lavra do Procurador de Contas, Dr. Alisson Carvalho de Alencar, opinou pelo registro dos atos admissionais concernentes ao Concurso Público nº 003/2009, da Secretaria de Estado de Gestão.

É o relatório.

DECIDO

A matéria que passo a examinar, comporta Julgamento Singular, na forma do artigo 90, inciso I, alínea, "a" da Resolução nº 14/2007 RITCE/MT.

Verifica-se que a irregularidade apontada nos autos foi devidamente sanada, conforme relatório técnico conclusivo elaborado pela Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal e RPPS, estando assim, os atos admissionais aptos a serem registrados.

Dessa forma, acolho o Parecer nº 1.483/2016, da lavra do douto Procurador de Contas, Dr. Alisson Carvalho de Alencar, e nos termos do artigo 43, inciso I, da Lei Complementar nº 269/07, c/c artigo 90, inciso I, alínea "a", e artigo 201, ambos do Regimento Interno deste Tribunal, decido pelo registro dos atos admissionais do Sr. Jefferson da Silva Marques – Ato nº 5.798/2015; Sra. Wilza Carla Moraes Lucas – Ato nº 7.664/2015; Sra. Luciana Crystina de Sena – Ato nº 8.299/2015 e Sra. Mercia Aparecida Oliveira Gomes – Ato nº 8.301/2015.

Publique-se.

Por fim, retornem os autos à Secretaria de Controle Externo de Atos de pessoal e RPPS para providências.

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO/CITAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 230/JCN/2016

PROCESSO Nº: 4.089-4/2016
INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
GESTOR: GILMAR REINOLDO WENTZ
EX-GESTOR: FERNANDO GORGEN
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA

Nos termos do artigo 257, inciso IV, da Resolução nº 14/2007, notifico os Senhores **GILMAR REINOLDO WENTZ**, Prefeito Municipal de Querência e **FERNANDO GORGEN**, ex-Prefeito Municipal de Querência, para se manifestarem acerca dos apontamentos elencados pela equipe da Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia, referentes à Representação de Natureza Interna, em razão do descumprimento de prazo no envio de documentos e informações referentes ao exercício de 2013.

Alerto que terão o prazo de 15 (quinze) dias para se pronunciarem, a partir da publicação deste edital, nos termos do art. 61, § 2º da Lei Complementar nº 269/2007, bem como estarão sujeitos às sanções previstas na legislação vigente.

Informo, por fim, que a inicial e os documentos em anexo da representação de natureza interna em questão encontram-se disponíveis na Coordenadoria de Expediente deste Tribunal, ficando desde já permitido aos interessados(a), seus procuradores(as) ou terceiros mediante autorização por escrito, obterem cópia ou gravar o conteúdo em meio por ele fornecido.

Publique-se.

Após, encaminhe-se os autos à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para aguardar o prazo.

Por fim, retornem os autos a este Gabinete.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 231/JCN/2016

PROCESSO Nº: 5.187-0/2016
INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
GESTORA: ILMA GRISOTE BARBOSA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA

Nos termos do artigo 257, inciso IV, da Resolução nº 14/2007, notifico a Senhora **ILMA GRISOTE BARBOSA**, Prefeita Municipal de Sapezal para se manifestar acerca da Representação de Natureza Interna formalizada pela Secretaria de Controle Externo desta Relatoria, em razão do descumprimento do prazo de envio de documentos e informações referentes ao exercício de 2015.

Alerto que terá o prazo de 15 (quinze) dias para se pronunciar, a partir da publicação deste edital, nos termos do art. 61, § 2º da Lei Complementar nº 269/2007, bem como estará sujeita às sanções previstas na legislação vigente.

Informo, por fim, que a inicial e os documentos em anexo da representação interna em questão encontram-se disponíveis na Coordenadoria de Expediente deste Tribunal, ficando desde já permitido ao interessado(a), seus procuradores(as) ou terceiros mediante autorização por escrito, obterem cópia ou gravar o conteúdo em meio por ele fornecido.

Publique-se.

Após, encaminhe-se os autos à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para aguardar o prazo.

Por fim, retornem os autos a este Gabinete.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 232/JCN/2016

PROCESSO Nº: 27.155-1/2015



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 N° 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 3

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU
GESTORA: RAQUEL CAMPOS COELHO
EX-GESTOR: GILBERTO MENDES LEONIC
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA

Nos termos do artigo 257, inciso IV, da Resolução nº 14/2007, notifico a Sra. **RAQUEL CAMPOS COELHO**, Prefeita Municipal de São José do Xingu e o Sr. **GILBERTO MENDES LEONIC**, ex-Prefeito de São José do Xingu, para se manifestarem acerca da Representação de Natureza Interna protocolada sob o nº 27.155-1/2015 TCE-MT, formalizada pela Secex de Obras e Serviços de Engenharia, em razão do descumprimento de prazo no envio de documentos e informações referentes aos exercícios de 2012 e 2013.

Alerto que terão o prazo de 15 (quinze) dias para se pronunciarem, a partir da publicação deste edital, nos termos do art. 61, § 2º da Lei Complementar nº 269/2007, bem como estarão sujeitos às sanções previstas na legislação vigente.

Informo, por fim, que a inicial e os documentos em anexo da representação interna em questão encontram-se disponíveis na Coordenadoria de Expediente deste Tribunal, ficando desde já permitido ao interessado(a), seus procuradores(as) ou terceiros mediante autorização por escrito, obterem cópia ou gravar o conteúdo em meio por ele fornecido.

Publique-se.

Após, encaminhe-se os autos à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para aguardar o prazo.

Por fim, retornem os autos a este Gabinete.

DECISÕES

DECISÃO Nº 414/JCN/2016

PROCESSO Nº: 4.117-3/2016
PRINCIPAL: MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
GESTOR: RONALDO ROSA TAVEIRA
ASSUNTO: REQUERIMENTO

Em atenção ao ofício nº 637/MTPREV/2016, formulado pelo gestor do MTPREV, Sr. Ronaldo Rosa Taveira, **DEFIRO** o pedido de dilação de prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 61, §2º, da LC 269/2007, a serem contados a partir da publicação, advertindo que em caso de descumprimento desta decisão, incidirá multa prevista no art. 289, III, do RITCE/MT.

Publique-se.

Após, envie-se à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para aguardar o prazo mencionado acima.

Por fim, retornem-se os autos a este Gabinete.

DECISÃO Nº 415/JCN/2016

PROCESSO Nº: 7.984-7/2016
PRINCIPAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM
GESTOR: LEONARDO FARIA ZAMPA
ASSUNTO: REQUERIMENTO

Em atenção ao ofício CTB nº 035/2016, formulado pelo Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Sr. Leonardo Faria Zampa **DEFIRO** o pedido de dilação de prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 61, §2º, da LC 269/2007, a serem contados a partir da publicação, advertindo-o que em caso de descumprimento desta decisão, incidirá nas sanções previstas na Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.

Após, envie-se à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para juntada do documento nº 79847/2016 TCE-MT ao processo nº 52299/2016 TCEMT, bem como para aguardar o prazo mencionado acima.

Por fim, retornem-se os autos a este Gabinete.

DECISÃO Nº 416/JCN/2016

PROCESSO Nº: 8.293-7/2016
PROCEDÊNCIA: MAURO LUIZ SAVI
PRINCIPAL: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO
ASSUNTO: REQUERIMENTO

Em atenção ao requerimento protocolado sob o nº 8.293-7/2016 TCE/MT, **DEFIRO** o pedido na forma solicitada. Informo que, a cópia digitalizada do Processo nº 23.798-1/2015 TCE/MT, deverá ser providenciada pelo Núcleo de Expediente deste Tribunal, ficando desde já permitido ao interessado, seus procuradores(as) ou terceiro mediante autorização por escrito, gravar o conteúdo em meio por eles fornecido.

Publique-se.

Envie-se ao Núcleo de Expediente para tal providência.

Após, à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para juntar o documento protocolado sob nº 8.293-7/2016 TCE/MT aos autos do processo nº 23.798-1/2015 TCE/MT, bem como aguardar o prazo concedido aos interessados.

CONSELHEIRO WALDIR JÚLIO TEIS

JULGAMENTO SINGULAR

JULGAMENTO SINGULAR Nº 291/WJT/2016

PROCESSO Nº: 6.033-0/2016 (AUTOS DIGITAIS)
ASSUNTO: CONSULTA
INTERESSADA: PREFEITURA DE GENERAL CARNEIRO
GESTORA: MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES
RELATOR: CONSELHEIRO WALDIR JÚLIO TEIS

1. Trata o feito de consulta subscrita pela senhora Magali Amorim Vilela de Moraes, Prefeita de General Carneiro, em que objetiva parecer técnico desta Corte de Contas acerca do seguinte questionamento:

“Há legalidade em vincular salários da categoria Conselheiros Tutelares Municipais ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários das categorias de educação e saúde?”

2. Ao analisar o feito, a Consultoria Técnica manifestou-se nos autos, verificando que os requisitos de admissibilidade da presente consulta não foram preenchidos, eis que o quesito não foi apresentado com a indicação precisa de dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares. Contudo, ponderou que neste Tribunal existe deliberação plenária que orienta suficientemente a matéria consultada, requerendo ao final, o arquivamento do feito.

3. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, representado pelo Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, que emitiu o Parecer nº 1412/2016, no qual se manifestou:

a) pelo não conhecimento da consulta marginada, eis que não restam preenchidos os pressupostos de admissibilidade;
b) pelo arquivamento dos autos, nos termos do artigo 232, §2º, da Resolução nº 14/2007.

4. É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

5. Preliminarmente, verifica-se que a consulta é o meio pelo qual os jurisdicionados legitimados podem sanar suas dúvidas quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares, relacionados com sua competência e deve atender os requisitos previstos pelo artigo 232, da Resolução nº 14/2007.

6. Assim, para que a consulta seja admitida, deve ser formulada por autoridade legítima, em tese, e conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares e, também, versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.

7. Após essas considerações, observa-se que não restaram preenchidos os pressupostos de admissibilidade dispostos no art. 232, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, uma vez que a consulta não trouxe quesitos objetivos de indagação, fato que obsta o conhecimento da presente.

8. Todavia, ainda que não se tenha na presente consulta a indicação precisa quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares, considerando que este Egrégio Tribunal busca sempre a orientação dos gestores, e ainda, conforme bem delineado pela equipe da Consultoria Técnica, existe nesta Corte de Contas, prejudgado que envolva matéria semelhante, o qual poderá elucidar o tema de forma fundamentada.

9. Tal matéria, se trata de manifestação constante na Resolução de Consulta nº 62/2011, cuja menção se aplica ao caso, nos moldes dos artigos 235 e 238 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, conforme segue:

Resolução de Consulta nº 62/2011 (DOE, 16/11/2011). Pessoal. Conselho. Conselho Tutelar. Possibilidade de conceder remuneração e direitos trabalhistas. Observância à regulamentação municipal e às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1. Embora a figura do Conselheiro Tutelar tenha natureza atípica e híbrida dentro dos conceitos tradicionais de agentes administrativos, os Conselheiros Tutelares ocupam cargo de mandato eletivo e prestam serviços que constituem e se enquadram pacificamente na noção legal e doutrinária de serviço público, e como detentor de mandato eletivo, por força do artigo 39, § 4º da CF/88, tem direito à remuneração fixada sob a forma de subsídio, a qual, por força constitucional, não pode ser inferior a um salário mínimo (arts. 7º, IV, e 39, § 3º, CF/88).

2. Os Membros dos Conselhos Tutelares não têm vínculo trabalhista com poder público, contudo tais agentes poderão perceber remuneração e outros direitos sociais compatíveis com a natureza jurídica de sua função pública, como por exemplo 13º e férias, desde que haja previsão em Lei Municipal e sejam observadas as normas pertinentes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

10. Nos termos da Resolução de Consulta apresentada, denota-se que:



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 4

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

11.a) os Conselheiros Tutelares integram o serviço público e ocupam cargos de natureza eletiva e transitória, diversamente dos servidores que se vinculam aos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) das áreas da educação e da saúde, que ocupam cargos de natureza efetiva e permanente;

12.b) os Conselheiros Tutelares não detêm "vínculo trabalhista" com o Poder Público, diferentemente dos servidores que se vinculam a PCCS, e, sua remuneração deve ser fixada por meio de Lei, observadas as regras insculpidas na LRF.

13. c) por sua vez, embora prestem serviços públicos e se equiparam a servidor público, a remuneração paga aos conselheiros tutelares fica sujeita às contribuições previdenciárias do Sistema Geral de Previdência Social – INSS.

DECISÃO

13. Diante disso, com base nos artigos 232, §2º, 235, caput, e § 2º, 238, caput, e parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Contas, acompanho os Pareceres da Consultoria Técnica e do Ministério Público de Contas e decido por **NÃO CONHECER** a presente consulta, porém, indico ao consulente a leitura da Resolução de Consulta nº 62/2011, pela qual poderá sanar suas dúvidas, bem como a fundamentação deste voto.

14. Decido ainda pelo **ARQUIVAMENTO** deste feito, nos termos do artigo 232, §2º, da Resolução nº 14/2007.

15. Por fim, determino o encaminhamento de cópia integral desta consulta, via malote digital à Prefeita de General Carneiro para conhecimento.

Cuiabá, 18 de abril de 2016.

PUBLIQUE-SE

DECISÕES

DECISÃO Nº 411/WJT/2016

PROCESSO Nº: 1.562-8/2016
ÓRGÃO: INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VÁRZEA GRANDE
INTERESSADA: MARIA SOARES DE ALMEIDA
ASSUNTO: PENSÃO

Tratam os autos de pensão vitalícia a senhora Maria Soares de Almeida, em razão do falecimento da ex-servidora Sra. Cleuza Gonçalves Almeida, quando em atividade no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Fundação de Saúde de Várzea Grande, no município de Várzea Grande - MT.

Mediante o Ofício nº 020/PREVIVAG/2016, de 15/04/2016, protocolado neste Tribunal sob o nº 81825/2016, o senhor Juarez Toledo Pizza, Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande, requereu dilação de prazo por mais 15 (quinze) dias para manifestação.

Diante do exposto, **defiro** o pedido acima mencionado e concedo 15 dias improrrogáveis, a serem contados a partir do primeiro dia útil, a contar do término do prazo anteriormente concedido, de acordo com artigo 267, parágrafo único da Resolução Normativa nº 14/207 (RITCE-MT).

PUBLIQUE-SE.

Após, encaminhe-se à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para aguardar manifestação ou decurso de prazo.

DECISÃO Nº 412/WJT/2016

PROCESSO Nº: 1.317-0/2016
ÓRGÃO: MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
INTERESSADA: CLAUDIA DELGADO
GESTOR: RONALDO ROSA TAVEIRA
ASSUNTO: RESERVA REMUNERADA

Trata-se de Ofício de Dilação de Prazo nº 663/MTPREV/2016, enviado pelo Diretor Presidente do MTPREV, Sr. Ronaldo Rosa Taveira, solicitando a dilação de prazo de 15 dias, para atender a solicitação do processo nº 1.317-0/2016-TCE, referente à reserva concedida à Sra. Cláudia Delgado.

Isto posto, **defiro** o pedido acima e prorrogo o prazo para manifestação por mais 15 (quinze) dias, ressaltando que o mesmo será computado a partir do dia útil imediatamente seguinte ao término do prazo anteriormente concedido, de acordo com o artigo 267, parágrafo único da Resolução Normativa nº 14/2007 (RITCE-MT)

PUBLIQUE-SE.

Após, encaminhe-se à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para aguardar manifestação ou decurso de prazo.

DECISÃO Nº 413/WJT/2016

PROCESSO Nº: 1.404-4/2014
PRINCIPAL : CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ASSUNTO : RECURSO ORDINÁRIO
GESTORES : WALDIR BENTO DA COSTA E JOELMA MARIA VIEIRA DOS SANTOS

ADVOGADO: CARLOS RAIMUNDO ESTEVES – OAB-MT 7255
RELATOR ORIGINÁRIO: CONSELHEIRA SUBSTITUTA JAQUELINE JACOBSEN MARQUES

Tratam os autos de dois recursos ordinários interpostos pelos senhores **Waldir Bento da Costa e Joelma Maria Vieira dos Santos**, os quais são representados pelo advogado Carlos Raimundo Esteves - OAB-MT 7255, ambos contra decisão proferida pelo Plenário deste Tribunal, Acórdão 3.384/2015, sendo publicada no dia 02/10/2015, no Diário Oficial de Contas de 01/10/2015, nº 721, página 36. O referido Acórdão julgou tais contas como irregulares com recomendações.

Os recorrentes fundamentaram seus pedidos no artigo 270, inciso I, da Resolução Normativa nº 14/2007, e no artigo 67 da Lei Complementar nº 269/2007.

A peça recursal veio acompanhada de documentos.

Em atendimento ao disposto no artigo 277 da Resolução Normativa nº 14/2007, com nova redação dada pela Resolução Normativa nº 03/2014, o recurso foi a mim distribuído, razão pela qual passo a analisar a sua admissibilidade.

Esse é o relatório, passo a decidir.

Dessa forma verifico que:

a) o recurso está adequado às previsões contidas nos artigos 67, caput, da Lei Complementar nº 269/2007 c/c o art. 270, inciso I, do Regimento Interno do TCE-MT, uma vez que foi interposto por escrito, contra acórdão do Tribunal Pleno, e dirigido à autoridade competente;

b) foi protocolado em 02/02/2016, dentro do prazo recursal, de acordo com o Regimento Interno do TCE-MT, conforme certidão constante nos autos.

c) os recorrentes tem legitimidade nos termos do art. 270, § 2º, da Resolução Normativa nº 14/2007, tendo em vista que foi sancionado pela decisão recorrida.

Diante do exposto, recebo o recurso ordinário na forma estabelecida pelos artigos 271, § 2º e 272, inciso I, da Resolução Normativa nº 14/2007 eis que verifica-se preenchidos os requisitos de admissibilidade.

Assim, encaminhem-se os autos ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer.

PUBLIQUE-SE

CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO

JULGAMENTO SINGULAR

JULGAMENTO SINGULAR Nº 288/SR/2016

PROTOCOLO Nº: 7.063-7/2015
PRINCIPAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE
GESTOR: NILSON FRANCISCO ALÉSSIO
INTERESSADOS: VEREADORES MAURO JUNGES; MARIA IVONE MORENO FERREIRA E ANTÔNIO RUBENS CONELIAN
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA, SOBRE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO Nº 107/2014QUE CONSISTE NO ASFALTAMENTO DAS QUADRAS 6, 7 E 8 DA REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO.
RELATOR: CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO

DECISÃO

Trata o processo de Representação de Natureza Externa, protocolado neste Tribunal em 18/03/2015 por intermédio dos vereadores da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte, Sr.ª Maria Ivone Moreno Ferreira, Sr. Mauro Junges e Sr. Antônio Rubens Conelian em razão de indícios de irregularidades no asfaltamento executado pelo Poder Executivo no final do exercício de 2014, da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte, solicitando vistoria "in loco" a fim de realizar perícia no asfaltamento das quadras 6, 7 e 8 do referido município.

Devidamente protocolado, o processo foi distribuído a esta Relatoria, e encaminhado a Secex de Obras, que em Relatório Técnico (doc. 65988/15) sugeriu que as supostas irregularidades seriam tratadas como ponto de controle, para vistoria in loco ainda no primeiro semestre de 2015.

Os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer e que sugeri pela extinção do processo sem resolução de mérito, porém, com inclusão como ponto de controle nas contas anuais de gestão da prefeitura municipal.

Posteriormente, o processo foi encaminhado para julgamento em sessão plenária do dia 09/06/2015, e após a leitura do relatório, o Procurador Geral de Contas Gustavo Coelho Deschamps solicitou vistas dos autos, sendo deferida pela Presidência do Egrégio Plenário.

Os autos retornaram na Sessão do dia 30/05/2015, onde o Plenário decidiu por intermédio do Acórdão nº. 2.961/2015, por unanimidade, acompanhando o voto do Relator, alterado oralmente em Sessão Plenária, acolhendo o encaminhamento proferido pelo Procurador Geral de Contas Gustavo Coelho Deschamps, constante do Parecer nº 3.356/2015 do Ministério Público de Contas em, **DETERMINAR** o prosseguimento desta representação externa, requisitando-se todos os documentos e informações necessários à instrução do processo; e, o agendamento e realização de inspeção in loco pela Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia, de acordo com a sua programação de auditoria e fiscalização.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 5

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

Em 10.08.2015, foi emitido o Despacho nº 2066 pelo Presidente Conselheiro, encaminhando os autos a SECEX de Obras para o cumprimento do mencionado Acórdão.

A Secex de Obras e Serviços de Engenharia, em 07 de abril de 2016, emitiu o Relatório Técnico de Auditoria (doc. n. 60620/16), informando que a obra executada pela empresa M C Terraplanagem e Locações LTDA, apresentou irregularidades e ilegalidades de natureza grave, principalmente, devido ao pagamento de R\$ 45.409,99 por serviços de imprimação, considerados ilegais por não terem sido identificados a contraprestação dos mesmos, assim sugere-se que o valor supracitado seja compensado do que ainda seja efetivamente devido pela Prefeitura à empresa contratada.

Sugeriu ainda, que resta demonstrada e caracterizada a presença do fumus boni iuris e do periculum in mora, exigências necessárias para a propositura de medida cautelar conforme previsão na Lei Orgânica deste Tribunal, requer o sobrestamento de qualquer pagamento à empresa contratada, além do valor ainda devido de R\$ 114.822,82 (deste valor já descontado o montante de R\$ 45.409,99 citado no parágrafo anterior), haja vista a existência da planilha de 2ª medição no valor de R\$ 298.256,18, a qual foi elaborada em desacordo com os dispositivos da Lei nº 4.320/64.

E por fim, opinou pela citação dos responsáveis, nos endereços a seguir para se manifestarem sobre as irregularidades apontadas neste Relatório, conforme demonstrado no Quadro de Responsabilização, e, ainda, para que seja determinado ao Prefeito Municipal, Sr. Nilson Francisco Aléssio **que refaça, às suas expensas, os serviços de sarjetas**, em virtude dos mesmos terem sido executados em desacordo com o projeto básico e com as normas do DNIT, o que estaria contribuindo não só para o alagamento das vias em dias chuvosos, como também pela redução da vida útil do asfaltamento realizado.

É o breve relato dos fatos.

DECIDO

Segundo competência a mim outorgada (art. 89, inciso IV do RITCE/MT) e no exercício do juízo de admissibilidade exigido nessa fase processual, verifico a legitimidade ativa dos vereadores Mauro Junges, Maria Ivone Moreno Ferreira e Antônio Rubens Coneliani, para formular a presente representação (art. 224, I, "a", RITCE/MT). Também observo que consta na inicial o fato tido como irregular e seu fundamento legal, o autor do ato impugnado com seu respectivo cargo e órgão a que pertence, bem como o período em que ocorreram os fatos (art. 225 do RITCE/MT).

Assim, presentes os pressupostos de admissibilidade, **recebo** a Representação Externa.

Quanto à medida cautelar requerida, verifico que os fatos relatados, tratam, de fato, de irregularidades que devem ser apuradas com rigor e a necessária urgência que o caso requer.

Por outro lado, entendo que a medida cautelar nos termos requeridos é medida de exceção, e deve ser concedida com a cautela necessária, com o fim de não cometer injustiças nem prejudicar o andamento dos trabalhos da gestão.

Desse modo, decido, por ora, ouvir os responsáveis, concedendo-lhes o contraditório e a ampla defesa, e determino a **citação dos Srs. Nilson Francisco Aléssio, Diego Roberto Sbitkowski Chamma, Cleusa Petrekic, Patricia Fritsch-Schenkel** e pelo representante legal da empresa **M C Terraplanagem e Locações LTDA. ME**, a fim de que **manifestem-se no prazo de 15 (quinze) dias**, sobre o inteiro teor da referida representação de natureza externa.

Recomendo, ainda, ao atual gestor Sr. Nilson Francisco Aléssio, em razão da apuração dos fatos relatados, para que suspenda qualquer pagamento à empresa contratada, referentes ao contrato em análise, até o julgamento de mérito da presente Representação, sob pena de responsabilização solidária e demais sanções previstas na Lei Complementar n. 269/2007 e na Resolução 14/2007.

Decorrido o prazo, encaminha-se os autos à SECEX desta Relatoria para a instrução do mérito, com a urgência que o caso requer.

Publique-se.
Retorne -me.

**CONSELHEIRO SUBSTITUTO MOISES MACIEL, designado
Conselheiro, conforme Portaria nº 160/2015**

JULGAMENTOS SINGULARES

JULGAMENTO SINGULAR Nº 290/MM/2016

PROCESSO Nº: 7.628-7/2016 (AUTOS DIGITAIS)
ASSUNTO: CONSULTA
UNIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS
CONSULENTE: DÉBORA DENISE PRANTE RIBEIRO

Trata-se de Consulta formulada pela Sra. Débora Denise Prante Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Alto Garças, em que objetiva parecer técnico deste Tribunal de Contas sobre o seguinte tema:

As Câmaras Municipais podem contratar empresas privadas para assessorar e auxiliar as comissões de Avaliação, Reavaliação e Depreciação dos bens dos entes públicos, e para realizar o inventário dos bens públicos?

A Consultoria Técnica, por meio do Parecer 26/2016, manifestou-se pelo preenchimento dos requisitos de admissibilidade exigidos na formulação da Consulta. Todavia,

opinou pelo arquivamento do feito, diante da existência de deliberação plenária que responde integralmente à matéria consultada, nos termos do § 2º do art. 232 do RITCE.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 1485/2016, da autoria do Procurador de Contas Alisson Carvalho de Alencar, comungando do entendimento técnico, também opinou pelo conhecimento da Consulta, pelo encaminhamento de resposta à Presidente da Câmara Municipal de Alto Garças, Sra. Débora Denise Prante Ribeiro, a fim de informá-la acerca da existência da Resolução de Consulta nº 33/2013 e pelo consequente arquivamento dos autos, nos termos do artigo 232, §2º, da Resolução nº 14/2007.

É o relatório.

Decido.

Preliminarmente, conheço da presente consulta, posto que, de fato, formulada por autoridade dotada de legitimidade ativa, versa sobre matéria de competência deste Tribunal e foi formulada em tese.

No mérito, é fato público e notório de que há deliberação plenária consultiva deste Tribunal acerca da contratação, pelo Poder Público, de serviços técnico especializados. Trata-se da Resolução de Consulta nº 33/2013.

No caso, a Consultoria Técnica não considerou necessária a adoção de novo entendimento, razão poderá não apresentou fundamentos legais e técnicos para a reapreciação da matéria.

Na senda dos entendimentos técnico e ministerial, entendo não haver razões fáticas ou jurídicas para que seja apresentada proposta para alteração da Resolução de Consulta em comento, na medida em que a mesma externa entendimento consentâneo com a jurisprudência pacífica sobre a matéria.

Diante do exposto, acolho integralmente o Parecer 1485/2016, da autoria do Procurador de Contas Alisson Carvalho de Alencar, e voto pelo conhecimento da presente Consulta, pelo encaminhamento de resposta à Presidente da Câmara Municipal de Alto Garças, Sra. Débora Denise Prante Ribeiro, a fim de informá-la acerca da existência da Resolução de Consulta nº 33/2013 e pelo consequente arquivamento dos autos, nos termos do artigo 232, §2º, da Resolução nº 14/2007.

Cuiabá, 18 de abril de 2016.

Publique-se.

JULGAMENTO SINGULAR Nº 292/MM/2016

PROCESSO Nº: 6.922-1/2016
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA
INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS
REPRESENTANTE: SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA 6ª RELATORIA
REPRESENTADO: MARCELO CHIAVAGATTI FRANCISQUELLI

Trata-se de Representação de Natureza Interna instaurada pela Secretaria de Controle Externo da 6ª Relatoria, em desfavor da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, sob a responsabilidade do Sr. **Marcelo Chiavagatti Francisquelli**, por irregularidades no envio de documentos e informações ao TCE/MT.

Em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa, o Gestor Sr. **Marcelo Chiavagatti Francisquelli** foi devidamente citado através do Ofício 0359/2016/GC/IMM, via Malote Digital, com confirmação de recebimento na data de 01/04/2016.

Não obstante validamente citado, o Gestor deixou de se manifestar no prazo legal, consoante informação da Gerência de Processos Diligenciados (Doc. Digital 69487/2016), operando-se, assim, a sua revelia, conforme disposto no art. 140, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas de Mato Grosso.

Ante ao exposto, declaro revel, para os fins processuais, o Sr. **Marcelo Chiavagatti Francisquelli**, Prefeito Municipal de Barra do Garças, nos termos do parágrafo único do art. 6º da LC nº. 269/2007, c/c § 1º, do art. 140 da Resolução nº. 14/2007.

Publique-se.

DECISÃO

DECISÃO Nº 408/MM/2016

PROTOCOLO Nº: 8.498-0/2016
ASSUNTO: REQUERIMENTO
ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MATO GROSSO - SEFAZ/MT
INTERESSADOS: MARIA CÉLIA DE OLIVEIRA PEREIRA - SECRETARIA ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E ORDENADORA DE DESPESA; PAULO RICARDO BRUSTOLIN DA SILVA - SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA.

Trata-se de Requerimento encaminhado pelo Sr. **Paulo Brustolin** – Secretário de Estado de Fazenda e pela Sra. **Maria Célia de Oliveira Pereira** – Secretária Adjunta Executiva, os quais solicitam prorrogação de prazo de 30 dias para apresentação de manifestação acerca das irregularidades apontadas no Relatório Técnico Preliminar das Contas Anuais de Gestão da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso, exercício 2015.

DEFIRO o pedido formulado pelos Requerentes, e **PRORROGO** o prazo por mais 15 dias, extensivo aos demais citados, a partir do seu vencimento, uma vez que entendo plausível as justificativas apresentadas pelos Requerentes, bem como suficiente o prazo concedido.

Notifiquem-se os Requerentes da presente decisão, via malote digital.

Publique-se.

CONSELHEIRO SUBSTITUTO LUIZ CARLOS PEREIRA

DECISÃO

DECISÃO 417/LCP/2016

PROTOCOLO Nº: 7.710-0/2016
PRINCIPAL: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA
INTERESSADO: PEDRO VIEIRA
ASSUNTO: REQUERIMENTO
RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO LUIZ CARLOS PEREIRA

Trata-se de Requerimento formulado pelo Sr. Pedro Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda, solicitando prorrogação de prazo para a implantação do Sítio Eletrônico da Câmara Municipal.

Alega o Requerente que o sítio eletrônico da Câmara Municipal de Pontes de Lacerda foi "Hackeado" no mês de Novembro de 2015 e desde então vem tentando recuperar os dados.

Assim, solicita a prorrogação do prazo para a implantação do sítio eletrônico da Câmara Municipal de Pontes de Lacerda por mais 90 dias.

Diante dos fundamentos expostos, **admito** o processamento do vertente Requerimento e **Determino** a prorrogação do prazo para implantação e regularização do portal eletrônico da Câmara Municipal de Pontes de Lacerda por mais 90 dias.

Publique-se.

Por fim, encaminhem-se o presente Requerimento à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para juntada ao processo de Relatório de Controle Externo Simultâneo da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda, processo nº 27022/2016 e após retornem-se os autos a Secretaria de Controle Externo da Segunda Relatoria para acompanhamento.

Cumpra-se.

FISCALIZADOS

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE CUIABÁ - ARSEC

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº 9912378099/2015-PROCESSO ADMINISTRATIVO: ARSEC/023/2016-OBJETO: Prorrogação do Contrato nº 9912378099/2015, pelo período de 12 (doze) meses, conforme disposto no 1º Termo Aditivo ao Contrato Múltiplo de Prestação de Serviços.-CONTRATANTE: Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Cuiabá - ARSEC.-CONTRATADA: CORREIOS E TELÉGRAFOS ECT/REGIONAL MATO GROSSO.-DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com a anuidade ora pleiteada, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: UNIDADE GESTORA: 02702 - ARSEC - PROJETO ATIVIDADE: 2003 - ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - FONTE: 218/618.-VALOR: Importa no valor total de R\$840,00 (oitocentos e quarenta reais).-PRAZO: Este terá início em 15/06/2016 e finalizará em 15/06/2017.-FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Em consonância com o inciso II do art. 57 da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações, respaldado pelo Parecer Jurídico ARSEC nº 16.-Cuiabá, 20 de Abril de 2016.-Alexandre Bustamante dos Santos-Diretor Presidente Regulador-ARSEC-RATIFICADO PELA DIRETORIA EXECUTIVA COLEGIADA:-Rosidélma Francisca Guimarães Santos-Diretora Reguladora e de Fiscalização-ARSEC-Alexandro Adriano Lisandro de Oliveira-Diretor Regulador Ouvidor-ARSEC

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

PORTARIAS

Portaria nº. 023/2016

"Dispõe sobre Progressão Vertical de Servidor conforme prevê lei nº 2545/2009 e dá outras providências"

O Senhor Vanderalques de Castro, Presidente da Câmara Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e, em especial a Lei nº. 2545/2009, de 13 de julho de 2009.

Resolve:

Artigo 1º - Enquadrar no nível 04 da Tabela de Progressão do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da Câmara Municipal de Alto Araguaia-MT, a servidora **Niulian Rodrigues Carrijo**, portadora do RG nº. 1028205 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 769.729.171-15, ocupante do cargo de **Assistente Legislativo de Informação**, Matrícula Funcional Nº 034, conforme prevê artigos 16 e 17 da Lei nº 2545/2009, por direito adquirido a partir de 02 de abril de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a partir do dia 02 de abril de 2016.

Alto Araguaia-MT, 20 de Abril de 2016.

Vanderalques de Castro
Presidente

Portaria nº. 024/2016

"Dispõe sobre Progressão Vertical de Servidor conforme prevê lei nº 2545/2009 e dá outras providências"

O Senhor Vanderalques de Castro, Presidente da Câmara Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e, em especial a Lei nº. 2545/2009, de 13 de julho de 2009.

Resolve:

Artigo 1º - Enquadrar no nível 04 da Tabela de Progressão do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da Câmara Municipal de Alto Araguaia-MT, o servidor **Bailon Francisco Rosa Junior**, portador do RG nº. 892847 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 592.695.021-04, ocupante do cargo de **Agente Parlamentar de Vigilância e Recepção**, Matrícula Funcional Nº 034, conforme prevê artigos 16 e 17 da Lei nº 2545/2009, por direito adquirido a partir de 02 de abril de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a partir do dia 02 de abril de 2016.

Alto Araguaia-MT, 20 de Abril de 2016.

Vanderalques de Castro
Presidente

Portaria nº 025/2016

"Dispõe sobre Ponto Facultativo"

O Senhor VANDERALQUES DE CASTRO, Presidente da Câmara Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e,

Considerando o feriado do dia 21 de abril de 2016 (Tiradentes).

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 22 de Abril de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia-MT, 20 de Abril de 2016.

VANDERALQUES DE CASTRO
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº 10/2016
DE 19 DE ABRIL DE 2016

"Dispõe sobre a concessão de adiantamento de 13º salário a servidor da Câmara Municipal".

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, senhor Francisco Cavalcante, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica a Contabilidade da Câmara Municipal autorizada a adiantar o 13º salário do Servidor **CRISTIAN ESTEVAN LORENZETTI FINATO** portador do RG nº 1659122 - 4 SSP/ MT e CPF nº 018.370.511- 43, conforme Lei Complementar 028/2002 de 23 dezembro de 2002.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 19 de abril de 2016.

FRANCISCO CAVALCANTE
Presidente

PORTARIA Nº 11/2016
DE 19 DE ABRIL DE 2016

"Dispõe sobre a concessão de adiantamento de 13º salário a servidora da Câmara Municipal".

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, senhora Francisco Cavalcante, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica a Contabilidade da Câmara Municipal autorizada a adiantar o 13º salário da Servidora **ELISA LAURENT TIGRE BIANCHESSI** portadora do RG nº 6.835.659-8 SSP/ PR e CPF nº 030.305.309-73, conforme Lei Complementar 028/2002 de 23 dezembro de 2002.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 19 de abril de 2016.

FRANCISCO CAVALCANTE
Presidente

PORTARIA Nº 12/2016
DE 19 DE ABRIL DE 2016

"Dispõe sobre a concessão de adiantamento de 13º salário a servidor da Câmara Municipal".

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, senhor Francisco Cavalcante, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica a Contabilidade da Câmara Municipal autorizada a adiantar o 13º salário do Servidor **FRANCISCO BRAZ DAS NEVES COSTA** portador do RG nº 12909548 SSP/ MT e CPF nº 530.786.754-51, conforme Lei Complementar 028/2002 de 23 dezembro de 2002.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 19 de abril de 2016.

FRANCISCO CAVALCANTE
Presidente

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2016

Nº Processo: 005/2016. Objeto: Prestação de serviços técnicos profissionais especializados de Consultoria Administrativa, Contábil, Orçamentária, Financeira e Patrimonial para a Câmara Municipal de Canarana - MT. Fundamento Legal: Lei Municipal nº 1.166/2016. Ratificação em 04/04/2016. Presidente Francisco Cavalcante. Valor Total R\$16.800,00. Contratada: ACPI - ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 36.879.070/0001-09.

CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2016
TIPO MENOR PREÇO UNITÁRIO

A Câmara Municipal de Rondonópolis, por determinação do Sr. **Presidente**, através da **Pregoeira Oficial**, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADO INSTALADO NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS/MT BEM COMO NO FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR, PARA ATENDER A DEMANDA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS PARA O EXERCÍCIO DE 2016**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no termo de referência e no edital e seus anexos. Esta

Licitação será regida pela Lei nº 10.520, de 2002, Decreto Legislativo nº 1.448, de 2015, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, Instrução Normativa SCL nº 001, de 2011, Lei Complementar nº 123, de 2006, e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas no Edital e seus Anexos.

Data de abertura da sessão pública: 09/05/2016 Horário: 08h30min
Credenciamento: 09/05/2016 Horário: 08h00min às 08h30min

Os interessados poderão retirar o Edital completo no site da Câmara (www.rondonopolis.mt.leg.br - ACESSO A TRANSPARÊNCIA/LICITAÇÕES), ou ainda na sede da Câmara, sito a Rua Cafelândia, nº 434, Bairro La Salle, no horário das 08h00min às 17h00min.

Rondonópolis, 20 de abril de 2016.

ANA PAULA DE OLIVEIRA MINELLI
Pregoeira

TERMO DE RATIFICAÇÃO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, representada pelo seu presidente Sr. **LOURISVALDO MANOEL DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições legais e especificamente atendendo as disposições do art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, **RATIFICA**, o processo de Inexigibilidade de Licitação de nº 001/2016 pela Comissão Permanente de Licitação, com fulcro no Parecer Jurídico emitido pelo Dr. Orlando Alves de Oliveira OAB/MT 10.508 Procurador Geral Legislativo desta Casa para fins de contratação da empresa:

EMPRESA: ATAME ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, CURSOS E PÓS GRADUAÇÃO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 00.839.039/0001-05, estabelecida à Rua A, nº 23, Setor Centro Sul, Bairro Morada do Ouro, na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso.

OBJETO: Contratação da empresa Atame Assessoria, Consultoria, Planejamento, Cursos e Pós Graduação Ltda EPP, inscrita no CNPJ sob nº 00.839.039/0001-05, especializada para ministrar treinamento na área administrativa, com ênfase em licitação e contratações públicas, incluindo pregão e a lei nº 123/2006, alterada pela lei nº 147/2014, a servidores ocupantes de cargos em comissão permanente de licitação, chefe de seção de apoio a gestão dos processos licitatórios e procurador jurídico.

VALOR TOTAL DA INEXIGIBILIDADE: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

PUBLIQUE-SE no Diário Oficial do Município – DIORONDON, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis/MT, quarta-feira, 20 de abril de 2016.

Lourivaldo Manoel de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal
De Acordo:

Orlando Alves de Oliveira
Procurador Geral Legislativo OAB/MT 10.508

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2016

A Câmara Municipal de Rondonópolis, por determinação do Sr. **Presidente**, através da **Pregoeira Oficial**, vem comunicar que sagraram-se vencedoras da presente licitação pública, consistente no Pregão Presencial nº 009/2016, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A CONCESSÃO DE HONRARIAS, COMO MEDALHAS, TÍTULOS DE CIDADÃO, TROFÉUS E COMENDAS, PARA SEREM ENTREGUES NAS SESSÕES REALIZADAS PELOS VEREADORES**, com o critério menor preço unitário, as seguintes empresas:

GENTIL APOLINÁRIO DE SOUZA ME, inscrita no CNPJ sob nº 08.697.068/0001-83, vencedora nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 20, totalizando o valor de R\$ 25.132,00 (vinte e cinco mil cento e trinta e dois reais);

EMPLACA SERV. DE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.786.657/0001-29, vencedora nos itens 17, 18, 19 e 21, com o valor total de R\$ 9.510,00 (nove mil quinhentos e dez reais).

AFIXE-SE
PUBLIQUE-SE

Rondonópolis, 20 de abril de 2016.

ANA PAULA DE OLIVEIRA MINELLI
Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO

PORTARIA

PORTARIA Nº 056/2016

DATA: 19 DE ABRIL DE 2016

EXONERA A SENHORA ELIANA ROSA DA SILVA DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo senhor FÁBIO GAVASSO, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando requerimento de exoneração da servidora a partir de 18/04/2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a senhora **ELIANA ROSA DA SILVA**, matrícula nº 089, inscrita no CPF/MF sob o nº 854.426.829.34, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no Quadro de Cargos em Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Sorriso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data com seus efeitos retroativos ao dia 18 de abril de 2016.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 19 de abril de 2016.

FÁBIO GAVASSO
Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH

ATO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº001/2016 REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO 001/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, Senhor **ODAIR CESAR NUNES**, tendo em vista a homologação do resultado final do Concurso Público 001/2015, dado pelo Decreto nº 59/2015, publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado em 23/11/2015, **TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO** dos candidatos aprovados no concurso público n.º 001/2015 conforme abaixo descritos:

INSCRIÇÃO CANDIDATO CARGO CLASSIFICAÇÃO
00028 **Tancredo Vargas Saraiva de Araujo** Procurador Jurídico

(advogado) 2º

1. Os convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Tapurah, sito a Avenida Paraná, nº 1.725, Centro, após a publicação deste edital, em dias de expediente, e dentro do prazo de 15 dias, no horário das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, munidos de cópia dos documentos pessoais em atendimento ao item "9" do Edital nº001/2015.

2. Os convocados por este edital deverão tomar posse e iniciar suas atividades conforme a necessidade e comparecimento.

3. A destinação e lotação dos convocados para os cargos existentes deste edital se dará por ordem de comparecimento conforme a necessidade do serviço público no prazo de 10 (dez) dias úteis.

4. Para tomar posse o candidato deverá apresentar copia acompanhada do original para verificação da autenticidade ou fotocópia autenticada em cartório, dos documentos como o que segue abaixo:

Cédula de Identidade;
Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Certidão de Casamento ou Nascimento;
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
Cartão do PIS/PASEP;
Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a

posse e Certidão de Quitação Eleitoral;
Título de Eleitor;
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal e pela Medicina do Trabalho;

01 (uma) foto 3x4, colorida;
Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade;
Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
Comprovante de Escolaridade conforme exigência do cargo;
Declaração contendo endereço residencial; (Modelo I, Anexo I a este

edital)

Declaração negativa de acúmulo de cargo ou função pública; (Modelo

II, Anexo I a este edital)

a este edital)

Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso aos vinte dias do mês de abril do ano de 2016.

ODAIR CESAR NUNES

PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH - MT

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA

ATO DA MESA Nº 012/2016

A Mesa da Câmara Municipal de Vila Rica - MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 26, § 1º da Lei Orgânica do Município, aliadas ao estatuído pela alínea "C" do Inciso "IV", do Artigo 32 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vila Rica e Inciso I do Art. 73, e § 4º do Art. 75 da Lei Municipal nº 747/2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor efetivo Valério Kovalski, vigia, que compõe o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Câmara Municipal de Vila Rica - MT, a licença para tratamento de saúde conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º - A licença supra citada, terá duração de 90 dias, com início em 14/03/2016 e retorno em 12/06/2016.

§ 2º - O encaminhamento ao IMPREV - Instituto Municipal de Previdência Social do Município de Vila Rica - MT, será realizado no período de 14/04/2016 à 12/06/2016.

Art. 2º - Este ATO entra em vigor da data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a data base do atestado médico do Servidor.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Câmara Municipal de Vila Rica - MT, 14/04/2016.

Lázaro Gonçalves da Silva - 1º Secretário
Divino Eterno Batista dos Santos - 2º Secretário
Geraldo Pizzatto - Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE JUÍNA

PORTARIAS

PORTARIA Nº. 618/2016

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Serviço, não concomitante, em favor da **Sra. Elizabeth Maria Santana de Oliveira**, servidora pública deste município."

O Secretário Municipal de Administração de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição equivalente há 419 dias líquidos, correspondente a 01 (um) ano, 01 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias:

Período	Órgão	Dias Líquidos
07/02/2000 a 31/12/2000	ESTADO DE MATO GROSSO	324
01/10/2001 a 31/12/2001	ESTADO DE MATO GROSSO	90

Art. 3º - Compete ao Secretário Municipal de Administração de Juína, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Juína/MT, 18 de abril de 2016.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 619/2016



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 9

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **Aposentadoria por Invalidez** à servidora **Sra. Elizabeth Maria Santana de Oliveira**."

O **Secretário Municipal de Administração de Juína, Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no Artigo 6-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, c/c com Art. 12, inciso I, da Lei Municipal n.º 830, de 05 de outubro de 2005, que dispõe sobre a Instituição do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Juína-MT, bem como, considerando ainda a Lei Complementar n.º 1.626/2016 o qual dispõe sobre o reajuste salarial, e o Decreto Municipal 684, de 09 de março de 2016 que concede reposição salarial a título de revisão geral anual aos subsídios dos servidores públicos Municipais do Poder Executivo de Juína-MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Invalidez** à servidora **Sra. ELIZABETH MARIA SANTANA DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade n.º. 078805552-3 – SIE/MS e do CPF n.º 179.791.614-91, residente e domiciliada no Município de Juína/MT, servidora efetiva, no cargo de Professora – 30 Horas, Classe "C", Nível "06", lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devidamente matriculada sob o n.º 981, contando com 15 anos, 10 meses e 22 dias com **proventos Proporcionais**, conforme processo administrativo do **PREVI-JUÍNA**, n.º **2016.03.00026P**, a partir da data de 11/03/2016, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com **efeitos legais retroativos a 11 de março de 2016**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

JUÍNA/MT, 18 de abril de 2016.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Secretário Municipal de Administração

Homologo:

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SINOP

PORTARIA Nº. 166/2016

DATA: 07/04/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARIA CRISTINA DALOLIO

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA**, ao(a) servidor(a) Sr(a). MARIA CRISTINA DALOLIO, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM CIÊNCIAS 20HS, referência "C", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 26/03/2016 e término em 26/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20745R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 07/04/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 164/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. MARY ADAIENE KOHUT."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **SALÁRIO-MATERNIDADE**, à servidora Sra. MARY ADAIENE KOHUT, efetiva no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, referência "", nível "03", lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com vencimentos integrais, a partir de

15/03/2016 e término em 12/07/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.08.20856P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 07/04/2016

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 155/2016

DATA: 04/04/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) DERONI FATIMA ESPRENDOR

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA**, ao(a) servidor(a) Sr(a). DERONI FATIMA ESPRENDOR, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS, referência "C", nível "07", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 23/03/2016 e término em 21/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.00279R11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 04/04/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 065/2016

DATA: 25/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) REGINA FATIMA BOTTURA FERREIRA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA**, ao(a) servidor(a) Sr(a). REGINA FATIMA BOTTURA FERREIRA, efetivo(a) no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, referência "C", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 11/03/2016 e término em 09/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20801P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 25/02/2016

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 092/2016

DATA: 26/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) CATARINA BENALIA DE OLIVEIRA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 10

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). CATARINA BENALIA DE OLIVEIRA, efetivo(a) no cargo de ZELADOR(A), referência "A", nível "06", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 17/03/2016 e término em 15/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20746P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 26/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 154/2016

DATA: 04/04/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) TEREZA GENTILIN ADAO

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). TEREZA GENTILIN ADAO, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 20HS, referência "C", nível "06", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 25/03/2016 e término em 23/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20742R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 04/04/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 153/2016

DATA: 04/04/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) TEREZA GENTILIN ADAO

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). TEREZA GENTILIN ADAO, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 20HS, referência "C", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 25/03/2016 e término em 23/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20744R2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 04/04/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 085/2016

DATA: 26/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARCIA DE OLIVEIRA GUARDA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). MARCIA DE OLIVEIRA GUARDA, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA, referência "C", nível "02", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 30/01/2016 e término em 28/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.15886R3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 26/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 067/2016

DATA: 25/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) CLAUDENICE MARIA OSORIO

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). CLAUDENICE MARIA OSORIO, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 40HS, referência "D", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 04/03/2016 e término em 02/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.19715P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 25/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 158/2016

DATA: 04/04/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) SULEIDE MARQUES DE SOUZA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). SULEIDE MARQUES DE SOUZA, efetivo(a) no cargo de TÉCNICA DE SEGURANÇA NO TRABALHO, referência "C", nível "02", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 12/04/2016 e término em 11/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20848P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 04/04/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº.156/2016

DATA: 04/04/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ROSANGELA LOPES VIEIRA BORTOLON

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 11

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ROSANGELA LOPES VIEIRA BORTOLON, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS C/POS, referência "C", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 23/03/2016 e término em 21/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20841P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 04/04/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº.157/2016

DATA: 04/04/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ANTONIO VALDIR FERNANDES

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ANTONIO VALDIR FERNANDES, efetivo(a) no cargo de VIGIA, referência "C", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 17/06/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.19614R2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 04/04/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 126/2016

DATA: 17/03/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ROSELY FERREIRA LIMA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ROSELY FERREIRA LIMA, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, referência "C", nível "07", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 16/03/2016 e término em 14/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.17428R3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 17/03/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 168/2016

DATA: 07/04/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) CLAUDETE BARBIERO

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). CLAUDETE BARBIERO, efetivo(a) no cargo de ZELADOR, referência "C", nível "06", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 27/03/2016 e término em 25/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.00194R5.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 07/04/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 167/2016

DATA: 07/04/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) EUCLIDES SALVIANO

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). EUCLIDES SALVIANO, efetivo(a) no cargo de MOTORISTA II, referência "B", nível "06", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 31/03/2016 e término em 28/06/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.17072R4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 07/04/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 165/2016

DATA: 07/04/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ROSANE TEREZINHA ROCKEMBACH

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ROSANE TEREZINHA ROCKEMBACH, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, referência "B", nível "05", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 28/03/2016 e término em 26/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.19574R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 07/04/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 163/2016

DATA: 07/04/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) PAULO VIEIRA DA SILVA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). PAULO VIEIRA DA SILVA, efetivo(a) no cargo de GARI, referência "A", nível "06", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 03/04/2016 e término em 02/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.19718R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 07/04/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

PORTARIA Nº. 162/2016

DATA: 07/04/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) EDNA APARECIDA DA SILVA FERNANDES

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). EDNA APARECIDA DA SILVA FERNANDES, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR DE NUTRIÇÃO, referência "C", nível "01", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 09/04/2016 e término em 23/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20862P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 07/04/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
Diretora Executiva do PREVISINOP

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE/MT

PORTARIA Nº. 111/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez a servidora Sra. Luzia Topanotti Barbosa."

A Diretora Executiva do PREVILUCAS - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto no Artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, c/c o Artigo 6-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, c/c o Artigo 12, inciso I e Artigo 14, da Lei n.º 2.134, de 25 de junho 2013 que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Lucas do Rio Verde - MT, Art. 62 da Lei Complementar n.º 042 de 20 de junho de 2006, dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lucas do Rio Verde, Anexo I - Tabela Única - Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica da Lei Complementar n.º 050, de 05 de junho de 2007, que dispõe sobre o plano de cargo, carreira e salários, fixa o quadro de pessoal, classifica cargos, função, nível e referência, da Administração Pública Municipal, com os últimos reajustes concedidos pela Lei Municipal n.º 2.126 de 10 de junho de 2013; Lei Municipal n.º 2318/2014, Lei Municipal n.º 2.274 de 27 de maio de 2014 e Lei Municipal n.º 2.424 de 11 de maio de 2015, que dispõem sobre a revisão geral anual e reajustes do vencimento básico dos profissionais da educação básica do Município de Lucas do Rio Verde/MT;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício Aposentadoria por Invalidez, a servidora Sra. Luzia Topanotti Barbosa, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n.º 2692847-7 - SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 867.169.309-06, efetiva no cargo de Professor Magistério - 30

horas, nível "III", classe "G1", matrícula n.º 182, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais conforme processo administrativo do PREVILUCAS, n.º 2016.03.09270P, a partir da data da sua publicação, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de abril de 2016, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.
Lucas do Rio Verde - MT, 20 de Abril de 2016.

ANDESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Homologo:

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT
Processo Administrativo nº. 013/2016
Concorrência nº. 001/2016

Abertura de Propostas de Preços

Ficam convocadas as empresas habilitadas à Concorrência 001/2016, tendo por objeto:

Contratação de empresa para execução da iluminação no canteiro central da Avenida Planalto, no Município de Água Boa-MT; realizado pela Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, para comparecerem na sessão de abertura das Propostas de Preços, que se realizara em:

Data: 27 de abril de 2016.
Horário: 08h30min, horário local.
Local: Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto, 410, Centro.

Água Boa, 20 de abril de 2016.

Tania Maria Riboli Reichert
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAQUAIA

Oitavo termo aditivo ao contrato: 168/2014

Contratada: TORRE ENGENHARIA E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME
Objeto: lote 03- construção da Unidade de Saúde da Família Wanessa Welter Rodrigues neste município

Prazo: Fica o presente prorrogado o prazo de execução dos serviços do lote 03 - Construção da Unidade de Saúde da Família Wanessa Welter Rodrigues neste município em 180 dias partir de seu vencimento extinguindo-se em 15/10/2016, prorrogável nos termos da Lei 8.666/93.

Data: 15/04/2016

Alto Araguaia 15/04/2016

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Setor de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

MODALIDADE: CONVITE Nº 002/2016
TIPO: MENOR PREÇO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: PREÇO TOTAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMA DO PSF II- VILA RICA DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 13

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a **CONVITE 002/2016**, cujo objeto acima identificado, foi declarado **DESERTO** por falta de participantes.

Arenápolis- MT, 20 de abril de 2016.

MARIA MARINALDA RIBEIRO- PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
AVENIDA PREFEITO CAIO, 642- VILA NOVA- ARENÁPOLIS – MT.
CNPJ-24.977.654/0001-38 - CEP: 78.420-000 – Fone: 65 -3343-1105

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA PRESTAREM SERVIÇOS PROFISSIONAIS NAS CATEGORIAS DE NUTRICIONISTA, ASSISTENTE SOCIAL E FONOAUDIOLOGA, ATRAVÉS DE ATENDIMENTO NO NASF – NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA, NAS QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E VALORES ESTABELECIDOS NO ANEXO I DO EDITAL.

Data da Abertura: Às 09:00 horas, do dia 06 de maio de 2016.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.arenapolis.mt.gov.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8.883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Arenápolis- MT, 20 de abril de 2016.

**REGINA LUCIA DE SOUZA
PREGOEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CONCURSO PÚBLICO

Edital de Convocação nº 011/2016

O Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento das normas previstas no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares nº 03, de 04/12/1991, 049 de 17/05/1999, 091 de 22/12/2005 e 096 de 09/06/2006, **CONVOCA** os candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos, abaixo relacionados para tomarem posse, nos termos do item 7 do Edital nº 001/2011 e legislação em vigor.

Os candidatos abaixo relacionados deverão se apresentar nas respectivas Secretarias Municipais, no período das 12:00 às 17:00 horas, pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a partir da publicação do presente Edital.

No ato do comparecimento os candidatos convocados deverão apresentar em cópia os seguintes documentos:

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;
2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);
3. Certidão de Casamento ou Nascimento;
4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
7. Cartão do PIS/PASEP;
8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;
9. Título de Eleitor;
10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);
11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;
12. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré - Admissional) expedido por profissional médico;
13. 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;
14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo - se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;
15. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
16. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;
17. Declaração contendo endereço residencial;
18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;
19. Declaração de Bens;

20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

21. — Os candidatos aprovados e convocados submeter - se -ão à inspeção médica admissional, atendendo legislação em vigor, observando o que segue:

- 21.1A inspeção médica terá caráter eliminatório;
- 21.2Todos os exames correrão às expensas do candidato;
- 21.3Caberá ao médico emitir atestado de saúde, considerando o candidato "apto" ou "inapto" para o cargo.
- 21.4 Os exames complementares a serem realizados e apresentados (original e cópia) no momento do exame médico admissional são os abaixo discriminados:

Exames Laboratoriais:

- Urina tipo I;
- Hemograma completo;
- VDRL;
- Protoparasitológicos;

- Todos os documentos acima elencados deverão ser comprovados por meio de apresentação da documentação original, juntamente com a fotocópia, sendo eliminado do Concurso Público aquele que não os apresentar impreterivelmente na 1ª convocação, assim como aquele candidato (a) que for considerado inapto no exame médico pré-admissional.

O não comparecimento do candidato aprovado no prazo estipulado por esse Edital implicará na sua desistência e imediata convocação do próximo candidato aprovado conforme a ordem de classificação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CARGO: **Farmacêutico/Bioquímico**

ORDEM	NOME	INSCRIÇÃO
01	LEILA LONGHINI VASCONCELOS	03566

Barra do Garças/MT, 15 de abril de 2016.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS
Prefeito Municipal

Edital de Convocação nº 010/2016

O Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento das normas previstas no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares nº 03, de 04/12/1991, 049 de 17/05/1999, 091 de 22/12/2005 e 096 de 09/06/2006 e, considerando o Termo de Renúncia firmado por **WENDIS DOS SANTOS MESSIAS**, em 01.08.2014, renunciando à vaga para o **cargo de Advogado**, junto ao Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal, **CONVOCA** os candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos, abaixo relacionados para tomarem posse, nos termos do item 7 do Edital nº 001/2011 e legislação em vigor.

Os candidatos abaixo relacionados deverão se apresentar nas respectivas Secretarias Municipais, no período das 12:00 às 17:00 horas, pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a partir da publicação do presente Edital.

No ato do comparecimento os candidatos convocados deverão apresentar em cópia os seguintes documentos:

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;
2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);
3. Certidão de Casamento ou Nascimento;
4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
7. Cartão do PIS/PASEP;
8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;
9. Título de Eleitor;
10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);
11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;
12. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré - Admissional) expedido por profissional médico;
13. 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;
14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo - se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;
15. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
16. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;
17. Declaração contendo endereço residencial;
18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;
19. Declaração de Bens;
20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

21. – Os candidatos aprovados e convocados submeter - se -
ão à inspeção médica admissional, atendendo legislação em vigor, observando o que
segue:

- 21.1A inspeção médica terá caráter eliminatório;
21.2 Todos os exames correrão às expensas do candidato;
21.3 Caberá ao médico emitir atestado de saúde, considerando o
candidato "apto" ou "inapto" para o cargo.

21.4 Os exames complementares a serem realizados e apresentados
(original e cópia) no momento do exame médico admissional são os abaixo discriminados:

Exames Laboratoriais:

- Urina tipo I;
- Hemograma completo;
- VDRL;
- Protoparasitológicos;

- Todos os documentos acima elencados deverão ser comprovados por
meio de apresentação da documentação original, juntamente com a fotocópia, sendo eliminado do
Concurso Público aquele que não os apresentar impreterivelmente na 1ª convocação, assim como
aquele candidato (a) que for considerado inapto no exame médico pré-admissional.

O não comparecimento do candidato aprovado no prazo estipulado por
esse Edital implicará na sua desistência e imediata convocação do próximo candidato aprovado
conforme a ordem de classificação.

GABINETE DO PREFEITO

CARGO: Advogado

ORDEM	NOME	INSCRIÇÃO
01	TAYSSA MAYARA MACEDO PEDERNEIRAS	04839

Barra do Garças/MT, 14 de abril de 2016.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS
Prefeito Municipal

LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) – Nº 008/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado
Pregão Eletrônico (SRP) Nº 008/2016. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
PARA ATENDER AS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS**. Data da sessão pública: **06/05/2016**
às **08h30min** (horário de Brasília), pelo site www.bllcompras.org.br. Edital e demais informações
no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, nº 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone:
0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. **Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial)** e equipe de apoio,
19/04/2016.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) – Nº 010/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado
Pregão Eletrônico (SRP) Nº 010/2016. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIVERSO PARA
LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER AS CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS**. Data da sessão
pública: **09/05/2016** às **08h30min** (horário de Brasília), pelo site www.bllcompras.org.br. Edital e
demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, nº 522, Centro, Barra do Garças
– MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. **Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial)** e equipe
de apoio.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) – Nº 010/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado
Pregão Eletrônico (SRP) Nº 010/2016. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIVERSO PARA
LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER AS CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS**. Data da sessão
pública: **09/05/2016** às **08h30min** (horário de Brasília), pelo site www.bllcompras.org.br. Edital e
demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, nº 522, Centro, Barra do Garças
– MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. **Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial)** e equipe
de apoio.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) – Nº 009/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado
Pregão Eletrônico (SRP) Nº 009/2016. Objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR
PARA ATENDER O SETOR DE ÚTI DO HOSPITAL MUNICIPAL E PRONTO SOCORRO MILTON
PESSOA MORBECK**. Data da sessão pública: **09/05/2016** às **14h00min** (horário de Brasília), pelo
site www.bllcompras.org.br. Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua:
Carajás, nº 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. **Vilma
Vanete Sasso (Pregoeira Oficial)** e equipe de apoio, 20/04/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

ATO

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 -

EC nº42/2003

MUNICÍPIO - BRASNORTE - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 00001, de 06 de

Abril de 2016

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no
local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal
responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº
70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e
tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s]
abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de
atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência
do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou
seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto]
dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)	
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ
LUIZ FERNANDO ZENI	.797.355.091-72
CLEZIO DE AVILA	030.305.636-34
DANIEL GONCALVES DE PAULI	009.404.819-36
IVERSON OBROLASK	230.959.629-91
ADALBERTO TIRLONI	964.583.561-53
ANDERSON SOARES FERNANDES	619.807.656-34
FERNANDA COSTA M. SALDANHA ELIAS	531.198.351-53
FERNANDA COSTA M. SALDANHA ELIAS	531.198.351-53
FERNANDA COSTA M. SALDANHA ELIAS	531.198.351-53
JOAO BAPTISTA PEREIRA	109.345.448-24
TIEKO LUZINETE BASILIO MUNAKATA	690.873.001-82
MATEUS GRAZIOLA	036.995.431-96

ITR

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo

Nome: DORIVAL DIAS Matrícula: 00000878

Cargo/Portaria de Nomeação nº : Fiscal Tributário de Obras e Postura

Assinatura:

Data de afiação:

Data de desafiação:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2016

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua
publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, o Estado de Mato Grosso, através da
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE-MT, situada na Rua Curitiba, nº. 1.080, Centro,
Brasnorte-MT, neste ato representado pelo Sr. **EUDES TARCISO DE AGUIAR**, brasileiro, casado,
residente e domiciliado a Rua Curitiba nº. 689, Centro, nesta cidade de Brasnorte - MT, portador do



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 15

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

RG n.º 0728287-7 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º 832.116.401-34, RESOLVE registrar o preço da empresa **POSTO UNIÃO DE BRASNORTE LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 00.514.301/0001-33, localizada a Rua Tibagi, n.º 1045, Centro, nesta cidade de Brasnorte-MT, neste ato representada pelo seu sócio proprietário o Sr. **GIOVANNI GOUVEA GONÇALVES**, brasileiro, portador do RG n.º 576974 SSP/MT e CPF sob o n.º 415.776.711-04, residente e domiciliado a Rua Claudio Coutinho, n.º 451, Centro, na cidade de Vilhena-RO, nas quantidades estimadas na **SEÇÃO 4.1 DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N. 010/2016**, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal **055**, de **07 de Junho de 2010** e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Derivados de Petróleo para atender este Município, conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de Preço.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

• DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações nas questões legais.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada as vantagens e, em conformidade com o Decreto Federal 7.982/2013, Artigo 22 e seus respectivos parágrafos.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1 O item, a especificação, unidade, a quantidade, marca, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nesta Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.
1	GASOLINA	LT	205000	R\$ 4,32
2	ALCOOL COMBUSTIVEL	LT	90000	R\$ 3,30
3	ÓLEO DIESEL	LT	1232000	R\$ 3,74
4	EXTRA DIESEL BS10	LT	507000	R\$ 3,87

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

5. DO CONTRATO

5.1. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.2. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular da Contratada, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.3. Constaram do contrato todas as obrigações, direitos e deveres previstos neste Edital.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da convocação formal.

6.2. O produto deverá ser entregue no local e horário indicados pelos órgãos/Entidades de Brasnorte-MT, sem ônus para este Município.

6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os produtos desta licitação, pretendidos pelos Órgãos/Entidades adesos, imediatamente após a entrega da solicitação formal.

6.4. A empresa deverá disponibilizar rampas para lubrificações dos veículos lotados nesta Prefeitura.

6.5. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT, de acordo com as especificações do edital.

6.6. Atender todas as condições estabelecidas neste edital.

6.7. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT toda ou parte da remessa devolvida, no prazo de **03 (três)** dias úteis, caso constatado divergência nas especificações.

6.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos Órgãos/Entidades, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à Prefeitura Municipal de Brasnorte, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA.

6.9. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.10. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

6.11. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

6.12. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

6.13. Responsabilizar-se pelo transporte e descarregamento dos materiais.

6.14. Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT.

6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

6.18. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

6.19. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada.

6.20. O contrato advindo do presente Registro de Preços somente poderá ser celebrado a partir da autorização da Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT.

6.21. Se a Contratada não apresentar situação regular no ato da feitura da "Nota de Empenho", a sessão será retomada e as demais chamadas, na ordem de classificação, para nulo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

7.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências.

7.3. Notificar a contratada e as respectivas Secretarias Municipais de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos bens contratados.

7.4. O pagamento será efetuado pela contratante em favor da contratada mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal da contratada.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.7. Caberá a Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT, promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

7.8. Retirar os produtos na bomba, através de autorização de cada Secretaria Municipal, pois a Prefeitura não possui local adequado para armazenamento dos produtos.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Ata de Registro de Preço, correrão de acordo com a rubrica orçamentária do exercício de 2016 e 2017.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado pela contratante em favor da contratada mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal da contratante.

9.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do material com nome da respectiva Secretaria Municipal, e número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

9.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2.2. Nenhum pagamento isentará o fornecedor/contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

9.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

- quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata de Registro de Preços;

- quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

- em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

- por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho.

11.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao **ÓRGÃO/ENTIDADE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

11.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

11.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

11.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;

11.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

11.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 010/2016** e seus anexos e as propostas das classificadas.

13. DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o foro de Brasnorte-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço,

inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brasnorte-MT, 20 de Abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE
PREFEITO: EUDES TARCISO DE AGUIAR

CONTRATANTE

POSTO UNIÃO DE BRASNORTE LTDA
CNPJ: 00.514.301/0001-33

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ **NOME:** _____
CPF: _____ **CPF:** _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010-1/2016
CONTRATADO: POSTO UNIÃO DE BRASNORTE LTDA
OBJETO: Aquisição de Derivados de Petróleo para atender a Prefeitura Municipal de Brasnorte e suas respectivas Secretarias.
VALOR: R\$ 7.752.370,00
VIGÊNCIA: 20/04/2017
DATA: 20/04/2016

RESOLUÇÃO CMS Nº 001 de 02 de Março de 2016

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos Para Vigilância e Combate ao Vektor Aedes Aegypti transmissor da Dengue, Chikungunya e Zika, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Brasnorte, Estado do Mato Grosso em sua reunião extraordinária, realizada no dia 02 de Março de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Municipal nº 1.523/2013 de 02/07/2013 e considerando;

I - Que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, conforme determina o artigo 2º da Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990 da Presidência da República;

II - A Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências;

III - A Portaria GM/MS nº 1.347, de 24 de julho de 2002, que institui o Programa Nacional de Controle da Dengue e dá outras providências;

IV - As Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue publicadas pelo Ministério da Saúde no ano de 2009;

V - A Portaria Nº 025/2016/GBSES, que regulamenta a transferência de recursos do Fundo Estadual para os fundos municipais, destinados às ações de controle do vetor transmissor da Dengue, Chikungunya e Zika, no âmbito do Estado de Mato Grosso;

VI - A Resolução CIB ad referendum Nº 11 de 16/12/2015 – transferência de recursos financeiros da reprogramação no âmbito do bloco de financiamento da Vigilância em Saúde;

VII - O Estado de emergência em saúde pública decretado pelo ministério da Saúde, através da Portaria nº 1.813, de 11 de novembro de 2015, que declarou situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional por alteração do padrão de ocorrências de microcefalia no Brasil;

VIII - A alteração no padrão epidemiológicos de ocorrências no estado e que a investigação local demanda da resposta coordenada das ações de saúde de competência da vigilância e atenção à saúde, entre as três esferas de gestão do SUS;

VIII - O número crescente de casos notificados de Dengue, Chikungunya e Zika, e que foi confirmada pelo ministério da Saúde a relação entre o surto de microcefalia e o Zika vírus, cujo mosquito transmissor é o Aedes aegypti;

X - Que o evento é complexo e demanda esforços conjuntos do Sistema único de Saúde e demais setores do Poder Público para o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

XI - A Ata nº 002 da reunião extraordinária 319 (trecentésima décima nona) do Conselho Municipal de Saúde de Brasnorte/MT, de 02 de Março de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos Para Vigilância e Combate ao Vektor Aedes Aegypti transmissor da Dengue, Chikungunya e Zika, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Brasnorte/MT, 2 de março de 2016

Maria Aparecida Muniz
Presidente Do C.M.S. De Brasnorte/MT
Port.: 407/2015

HOMOLOGADA

Eudes Tarciso De Aguiar



Prefeito Municipal De Brasnorte/MT

Prefeitura de Cáceres, 22 de abril de 2016.

Portaria nº 196/2016

O Sr. Eudes Tarciso de Aguiar, Prefeito do Município de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

ARTIGO 1º - Conceder Licença para Acompanhamento Familiar, de acordo com o artigo 107 da Lei complementar 017/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais: a servidora **Nadia Mendes de Sousa**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 01 mês, 17/03/2016 a 16/04/2016.

ARTIGO 2º - Exonerar a pedido da servidora, a partir de 17/03/2016 a Servidora **Fernanda Wenner do Prado Brepohl**, admitida através da portaria nº 211/2015 no cargo de Supervisora de Exames Laboratoriais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

ARTIGO 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte – MT, aos Dezesete dias do mês de Março do Ano de Dois Mil e Dezesesseis.

Publique-se, Registre-se e Comunique - se.

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito de Brasnorte

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

LICITAÇÕES

AVISO DE RESULTADO FINAL
TOMADA DE PREÇO Nº 04/2016

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público o resultado da licitação para realização de licitação. A presente licitação tem como o objeto TOMADA DE PREÇO visando à contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura para a prestação de serviços técnicos de elaboração de Projeto Executivo para execução de Construção de edificação para abrigar uma de Unidade de Pronto Atendimento – UPA – Porte 1, em imóvel situado na Zona Urbana do município de Cáceres – MT.

Entrega/Execução: 120 (cento e vinte) dias

Valor estimado: R\$ 104.105,16 (cento e quatro mil, cento e cinco reais e dezesseis centavos).

Resultado: A Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 6º, inciso XVI da Lei nº 8.666/93, declara a empresa **P1 ASSESSORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA, CNPJ: 17.504.585/0001-80, VENCEDORA** do certame com o valor de **R\$ 98.897,72 (noventa e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos)**. Abre-se, então, prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos.

Prefeitura de Cáceres, 20 de abril de 2016.

ALICE DE FÁTIMA GONZAGA ARAUJO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016

Protocolo Nº 45096 de 30 de dezembro de 2015.

Interessado: Secretaria Municipal de Obras e Serviços urbanos

Objeto: TOMADA DE PREÇO objetivando a contratação de empresa especializada em engenharia visando a construção/conclusão da obra reprogramada do Terminal Turístico Sangradouro, nesta cidade de Cáceres-MT, de acordo com, Termo de Referência, Justificativa, Convênio, Termo Aditivo de prazo, Projetos (em CD), Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Resumo do Orçamento, BDI, QCI – Quadro de composição do Investimento, RAE/CEF – Relatório de Análise Técnica.

Despesas: 100- Recurso Próprio
324 - Convênio

Vencedor: **RP CONSTRUÇÕES E SERVIÇO LTDA EPP - CNPJ: 36.927.515/0001-89**

Valor total: R\$ 1.140.284,06 (um milhão, cento quarenta mil, duzentos e oitenta e quatro reais e seis centavos)

Alice de Fátima Gonzaga Araujo
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

PORTARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 280/2016

PORTARIA Nº 280/2016, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA A SENHORA MARIA DIAS DOS REIS LOPES DIAS PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE ATENDIMENTO DE BIBLIOTECA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ATO

DECRETO Nº 467/2016 _____ DE: 19/04/2016

“EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL ART. 83 INCISO V E XXX QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALDEZ VIANA NUNES, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado De Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas em Lei:

DECRETA:

Artigo 1º. Fica Decretado que no dia 21 de Abril de 2016, funcionará o expediente normalmente nas repartições Públicas Municipais, compensando com o feriado no dia 22 de Abril de 2016.

Artigo 2º. Fica Decretado Feriado Municipal no dia 22 de Abril de 2016, no Município de Canabrava do Norte – MT, Lembrando que o expediente voltará funcionar normalmente no dia 25 de Abril de 2016 as 8:00 hs do corrente ano.

Artigo 3º. Ficam excluídos do presente Decreto:

- I – Serviços Essenciais de Saúde,
- II - Vigilância Municipal,
- III - Serviços de Limpeza Pública,

Artigo 4º. O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

VALDEZ VIANA NUNES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE,

CONCURSO PÚBLICO

DECRETO Nº 462/2016 _____ DE: 18/03/2016

“Prorroga o Concurso Público referente ao Edital de reabertura 01/2013, dos cargos de Ensino Fundamental e Médio realizado pelo Município de Canabrava do Norte-MT e dá outras providências.”

VALDEZ VIANA NUNES, Prefeito Municipal de CANABRAVA DO NORTE-MT, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal e,

CONSIDERANDO os termos do item 9.1 do Edital de reabertura nº 001/2013, referente à validade do Concurso;

CONSIDERANDO a necessidade do chamamento de candidatos aprovados no referido certame, em decorrência de carência de pessoal ocupante de cargo de provimento efetivo da Administração Direta que vão surgindo;

CONSIDERANDO o prazo legal determinado pela Constituição Federal no art. 37, incisos III e IV que dispõe acerca da prorrogação do Concurso Público em vigor;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 379/2014 de que trata da homologação do Concurso;

DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado o Concurso Público, concernente ao Edital de reabertura 01/2013 dos cargos de Ensino Fundamental e Médio, por igual período de 02 (dois) anos, objetivando o preenchimento de cargos vagos que foram disponibilizados, para atender o interesse Público da Administração.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte-MT, 18 de Março de 2016.

VALDEZ VIANA NUNES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

LICITAÇÕES

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016
REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que o vencedor na sessão que se realizou na data de **20/04/2016** na modalidade de Pregão Presencial, menor preço por Item foi: **MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA. - EPP., conforme ata., os itens 06 e 14, foram desertos.**

Canarana -MT, 20 de Abril de 2016.

MARLI INES LONDERO
Pregoeira Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016
REGISTRO DE PREÇOS

" ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP "
LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -
RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 575/2015, torna público **Registro de preços para futura e eventual aquisição de lubrificantes, filtros e outros para entrega fracionada e de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana-MT**, na modalidade **Pregão Presencial** no dia **05/05/2016 às 08h00min (Horário Brasília)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completo na Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail licitacoes.canarana@gmail.com ou no endereço eletrônico www.canarana.mt.gov.br.

Canarana-MT., 20 de Abril de 2016.

MARLI INES LONDERO
Pregoeira Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016
REGISTRO DE PREÇOS

" ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP "
LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -
RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 575/2015, torna público **Registro de preços para futura e eventual aquisição de bolsas específicas padronizadas e uniformes para os agentes comunitários de Saúde do Município de Canarana-MT**, na modalidade **Pregão Presencial** no dia **06/05/2016 às 08h00min (Horário Brasília)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completo na Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail licitacoes.canarana@gmail.com ou no endereço eletrônico www.canarana.mt.gov.br.

Canarana-MT., 20 de Abril de 2016.

MARLI INES LONDERO
Pregoeira Oficial

AVISO DE "ADESÃO"
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Sorriso

ÓRGÃO GERENCIADOR/REALIZADOR: Prefeitura Municipal de

CNPJ/MF: 03.239.076/0001-62

ENDEREÇO: Avenida Porto Alegre Nº 255 – Centro – Sorriso-MT

ÓRGÃO ADESO: Secretaria Municipal de Viação e Obras

ADESÃO PARCIAL – PREGÃO PRESENCIAL: Nº 049/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 094/2015

FORNECEDOR: M DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA.

ENDEREÇO: Av. da Feb nº 2.138, bairro da Manga, Varzea Grande,

Estado de Mato Grosso

CNPJ: 07.811.058/0001-64

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de caminhão equipado com compactador de lixo.

ADESÃO PARCIAL: ITEM 01.

VALOR GLOBAL: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

DATA DA ATA: 29/05/2015

VIGÊNCIA: Por 12 (doze) meses.

ADESÃO AUTORIZADA POR: Ofício GAPRE nº 116/2016 de

30/03/2016

CANARANA-MT., 20 DE ABRIL DE 2016.

IVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal em Exercício

ELIZEU DIAS PINHEIRO
Secretário de Viação e Obras

PORTARIA Nº 182/2016.
De 20 de Abril de 2015.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º Designar **VALMIR IORI** no cargo de Chefe do Departamento de Compras e Serviços Gerais, como **SUPLENTE DE FISCAL DE CONTRATO** do **Processo nº 056/2014** que tem por objeto a **contratação de empresa especializada em prestar serviços técnicos de engenharia na elaboração do plano municipal de gerenciamento de resíduos sólidos e readequação do projeto básico de destinação final de resíduos sólidos urbanos da cidade de Canarana-MT**, no período que o **Servidor GUILHERME JUNIOR POZZOBOM**, servidor no cargo de Veterinário – **FISCAL DO REFERIDO CONTRATO** estiver em gozo de Férias, Licença, etc.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 142/2014.

Evaldo Osvaldo Diehl
Prefeito Municipal

PORTARIA

PORTARIA Nº 181/2016.
De 20 de Abril de 2015.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a Portaria nº 162/2016 que nomeia **LILIANE FERREIRA LIMA** Fiscal de Contratos referente aos Processos nº 045/2015.

Art. 2º - Designar **IRAN MOREIRA DE MELO**, Auxiliar Administrativo, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 045/2015** que tem por Objeto **Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais diversos de construção, com entrega diária e fracionada de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana-MT.**

Art. 3º - Nomear **MAGDA PATRÍCIA ANDOLHE** no cargo de Telefonista, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 162/2016.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 19

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 20 de Abril de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2016

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Maria Aparecida Cavalcanti da Silva, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS - EDITAL nº 028/2016, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRES E FRETES DE ENCOMENDAS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS**, cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 06/05/2016, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Pregoeira/Equipe de Apoio das 8:30 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 20 de abril de 2016.

Maria Aparecida Cavalcanti da Silva
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

ATOS

ATO GP Nº 425/2016

MAURO MENDES FERREIRA, Prefeito Municipal de Cuiabá em exercício, no uso de suas atribuições legais, especialmente na forma do que dispõe o art.41, incisos VI, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e,

considerando o **Concurso Público de Provas e Títulos** de que trata o Edital do Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT, de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012;

considerando o **Resultado Final do Concurso** homologado por meio do Edital do Resultado Final – Nível Fundamental e Médio de 16 de abril de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1113 de 16 de Abril de 2012 e Edital de Resultado Final – Nível Superior de 10 de Maio de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1117 de 11 de Maio de 2012.

considerando a Liminar deferida nos Autos do Mandado de Segurança nº. 47879-72.2015.811.0041 do Estado de Mato Grosso/Poder Judiciário/Comarca de Cuiabá-MT/Juíza da 4ª Vara Especializada da Fazenda Pública e;

considerando o Ofício PGM/PJ/Nº233/2016, de 22/03/2016, do Procurador Judicial do Município, da Procuradoria Geral do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, para exercer as suas funções junto à Prefeitura Municipal de Cuiabá, o candidato aprovado para o respectivo cargo abaixo discriminado:

CARGO: **PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM**
OCUPAÇÃO/PERFIL PROFISSIONAL: **ENFERMAGEM**
NÍVEL: **SUPERIOR**

Nº	NOME	CPF
289º	VASTI DE SOUZA RAPOSA	02079841157

Art. 2º - O candidato citado no artigo anterior, no cumprimento do interesse e conveniência da Administração Pública somente tomarão posse se expressarem concordância com a lotação designada e comprovarem os requisitos de que trata o Edital do Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT, de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012; item 2 – subitem 2.1 e alíneas e subitem 2.2, abaixo indicadas, sem prejuízo de outros requisitos que venham expressos no referido edital:

a) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;

b) ser brasileiro ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos;

c) apresentar Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) estar quite com as obrigações eleitorais e com o fisco municipal, para os candidatos de ambos os sexos;

e) estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

f) encontrar-se em pleno gozo de seus direitos políticos e civis;

g) não estar incompatibilizado para a investidura em cargo público;

h) não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

i) apresentar declaração de não exercer qualquer atividade pública ou privada incompatível com o exercício de sua função;

j) não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT;

k) comprovar a escolaridade exigida para o exercício do cargo, atendendo aos requisitos constantes no ANEXO I e do item 2. deste Edital, apresentando diploma ou certificado de conclusão, devidamente regularizados com base na legislação vigente, no ato da convocação;

l) ser considerado apto física e mentalmente no Exame Admissional, fato apurado pela Perícia Médica Oficial, a ser designado, para o exercício do cargo, não sendo, inclusive, pessoa com deficiência incompatível com as atribuições do cargo, conforme Lei Complementar 093/03. Caso o candidato seja considerado INAPTO para as atividades relacionadas ao cargo, por ocasião dos exames médicos pré-admissionais, este será ELIMINADO.

m) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data de nomeação;

n) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais da justiça estadual e federal, dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;

o) apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos;

p) cumprir, na íntegra, as determinações previstas no Edital de abertura do Concurso Público e seus anexos;

q) apresentar declaração de bens e valores que integram seu patrimônio e;

r) apresentar outros documentos que a legislação vier a exigir.

2.2. O candidato, se aprovado e classificado, por ocasião da nomeação deverá provar que possui todas as condições para provimento do cargo para o qual foi inscrito, apresentando o original e cópia de todos os documentos exigidos pelo presente Edital e Anexos e outros que lhe forem solicitados, dentro do prazo legal, confrontando-se então declaração e documentos, sob pena de perda do direito à vaga.

Art. 3º - Para efetivar a comprovação dos requisitos de que tratam os artigos anteriores, e outros, os nomeados pelo presente ATO deverão apresentar os documentos abaixo indicados.

I – FOTOCÓPIA DE:

- Identidade (RG);
- CPF/CIC;
- PIS ou PASEP;
- Título de Eleitor;
- Comprovante de Quitações Eleitorais (três últimas eleições);
- Comprovante Débitos Fiscais Municipais;
- Casado(a) – Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento dos Dependentes;
- Documento de Quitação com o Serviço Militar;
- Número da Conta/Agência do Banco do Brasil S/A (se tiver); e
- Comprovante de endereço.

II – ORIGINAL DE :

- 01 (uma) fotografia 3 x 4;
- Atestado de Sanidade física e mental, expedido/homologado por Junta Médica Municipal de acordo com os exames apresentados § 3º;
- Certidão Negativa – Cartório Distribuidor da Justiça Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- Certidão Negativa das Varas Cíveis e Criminais da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- Declaração de que não acumula cargo público nos termos CF;
- Certidões do Estado de Mato Grosso, município de Várzea Grande e Prefeitura Municipal de Cuiabá (fornecidas pelas respectivas Secretarias de Administração) se exercer ou não cargos nessas Unidades da Federação e se positiva, especificar o cargo/ carga horária exercida.
- Declaração de que não foi demitido por justa causa ou em decorrência de processo administrativo ou criminal;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes;
- Declaração de compromisso para participação do Curso de Formação
- Requisitos básicos exigidos para o cargo/área, conforme abaixo especificado:

- Declaração de compromisso para participação do Curso de Formação
- Requisitos básicos exigidos para o cargo/área, conforme abaixo especificado:

§ 1º - item 2 – subitem 2.1, alínea k):

ENSINO SUPERIOR – CARGO: PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM

OCUPAÇÃO PROFISSIONAL	PERFIL	REQUISITOS
Enfermagem		<ul style="list-style-type: none"> Diploma de graduação em Enfermagem, devidamente registrado; Inscrição no Conselho da categoria profissional.

§ 2º - Todos os documentos apresentados em fotocópias deverão estar acompanhados dos respectivos originais para a devida conferência, no Ato da entrega, ou autenticados em cartório.

§ 3º - Para Homologação do Atestado de Sanidade Física e Mental, Art. 2º, item 2.1, letra I, pela Junta Médica Municipal, deverão ser apresentados os seguintes exames:

- Atestado de sanidade mental (psiquiatria)
- Hemograma;
- Proto-parasitológico de fezes;
- Urina.
- Carteira de vacinação contra Hepatite B (para os cargos da área de saúde)

§ 4º - Os documentos comprobatórios dos requisitos caracterizados nos incisos I e II do artigo 3º, do presente ATO, serão exigidos dos candidatos aprovados e nomeados antes da efetivação da posse.

§ 5º - A não apresentação dos documentos ou a sua apresentação de forma diversa a estabelecida, importará, conforme o caso, na nulidade da aprovação ou habilitação e perda dos direitos decorrentes daquelas, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade documental.

§ 6º - A não apresentação dos documentos elencados nos incisos I e II do artigo 3º, do presente ATO dentro do prazo legal, acarretará a perda do direito à vaga, conforme disposto no item 13 subitem 13.4 do **Edital de Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT** de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012 ;

§ 7º - Os candidatos nomeados para os cargos serão submetidos a um Curso de Formação Profissional, que será ofertado pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, sendo obrigatória a frequência às aulas, parte integrante do período do estágio probatório.

§ 8º - Cumprirá à Prefeitura Municipal de Cuiabá, a organização do referido curso, com a divulgação dos horários e turmas.

Art. 4º - O candidato portador de deficiência terá as atribuições do cargo pretendido aferidas em relação à compatibilidade de sua deficiência conforme perícia médica e de acordo com a legislação pertinente (item 5 - **Edital de Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT** de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012 ;

Art. 5º - Os candidatos considerados aprovados/classificados (dentro dos limites das vagas), conforme se observa no art. 1º deste ATO, serão convocados para nomeação, por cargo, pela ordem rigorosa de classificação e necessidade de preenchimento das vagas oferecidas no concurso por parte da Prefeitura Municipal de Cuiabá, através do Ato do Prefeito (item 13 - subitem 13.5 - **Edital de Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT** de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012 ;

Art. 6º - O candidato nomeado, durante o Estágio Probatório, deverá permanecer na sua Lotação, no mínimo de três anos conforme Emenda Constitucional nº 19 de 04 de junho de 1999, como condição para a aquisição da estabilidade, além da avaliação especial de desempenho.

Art. 7º - Os documentos serão recebidos, na forma do que preceitua o § 2º do artigo 3º, mediante ato formal de recebimento, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Palácio Alencastro - Cuiabá - MT, andar térreo, no horário das 08hs30m às 17hs00m, no prazo de 30 dias após a publicação deste ATO, local onde os candidatos nomeados poderão receber novas orientações se for o caso.

Art. 8º - Este ATO entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADO, PUBLICADO, CUMPRA-SE
PALÁCIO ALENCASTRO em Cuiabá-MT, 06 de Abril de 2016.

MAURO MENDES FERREIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA GARCIA VILLAGA LOURENÇO
Secretária Municipal de Gestão

Informações Adicionais:

Os documentos necessários à comprovação deverão ser requeridos junto aos seguintes Órgãos:

a) Atestado de Sanidade Física e Mental, expedido/homologado pela Junta Médica Municipal (art. 3º II - "b", deste Ato).

Fazer agendamento para perícia médica através do telefone (65) 3645-6145

Obs: (somente serão agendados para perícia médica, os candidatos que já estiverem de posse dos exames constantes no § 3º do art. 3º, deste Ato).

b) Certidão Negativa - Cartório Distribuidor das Varas Cíveis e Criminais da Justiça Estadual dos últimos 05 (cinco) anos (art. 3º II - "d", deste Ato).

Órgão: Justiça Estadual - Fórum Cível

c) Certidão Negativa - Cartório Distribuidor da Justiça Federal (art. 3º II - "c", deste Ato).

Grosso

d) Certidões do Estado de Mato Grosso e Prefeitura Municipal de Várzea Grande (art. 3º II - "f", deste Ato).

Órgão: **Secretaria Estadual de Administração**

Órgão: **Secretaria Municipal de Administração de Várzea Grande**

ATO GP Nº 426/2016

MAURO MENDES FERREIRA, Prefeito Municipal de Cuiabá em exercício, no uso de suas atribuições legais, especialmente na forma do que dispõe o art.41, incisos VI, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e,

considerando o **Concurso Público de Provas e Títulos** de que trata o Edital do Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT, de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012 ;

considerando o **Resultado Final do Concurso** homologado por meio do Edital do Resultado Final - Nível Fundamental e Médio de 16 de abril de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1113 de 16 de Abril de 2012 e Edital de Resultado Final - Nível Superior de 10 de Maio de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1117 de 11 de Maio de 2012.

considerando o **ATO GP nº 425/2016, de 06 de Abril de 2016;**

considerando a Liminar deferida nos Autos do Mandado de Segurança nº. 47879-72.2015.811.0041 do Estado de Mato Grosso/Poder Judiciário/Comarca de Cuiabá-MT/Juízo da 4ª Vara Especializada da Fazenda Pública e;

considerando o Ofício PGM/PJ/Nº233/2016, de 22/03/2016, do Procurador Judicial do Município, da Procuradoria Geral do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar para posse na forma deste ATO, em cumprimento de Liminar Deferida, o candidato abaixo relacionado para exercer o cargo junto a Prefeitura Municipal de Cuiabá.

CARGO: PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM
OCUPAÇÃO/PERFIL PROFISSIONAL: ENFERMAGEM
NÍVEL: SUPERIOR

Nº	NOME	CPF
289º	VASTI DE SOUZA RAPOSA	02079841157

§ 1º. A posse se efetivará nas instalações onde funciona a Secretaria Municipal de Gestão - SMGE, com endereço à **Rua Praça Alencastro, 158 - Palácio Alencastro - 4º Andar - Centro**, local em que o candidato empossado assinará o seu Termo de Posse, ato contínuo, será encaminhado à sua lotação, para início imediato das atividades.

§ 2º. A posse de que trata este ATO atinge a candidato nomeado pelo **ATO GP nº 425/2016** que compareceram na **Prefeitura Municipal de Cuiabá - Secretaria Municipal de Gestão - Protocolo Central - andar térreo do Palácio Alencastro - Centro - Cuiabá/MT** e apresentaram, de **forma completa**, as suas respectivas **documentações hábeis para o ATO DE POSSE**.

Art. 2º - O nomeado deverá apresentar-se no Palácio Alencastro, para assinatura do Termo de Posse e início de seu exercício no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Art. 3º - O candidato de que trata os parágrafos anteriores que não comparecer nos prazos de Entrega de Documentação, Posse bem como para a entrada em Exercício no local de lotação, motivarão a nulidade do Ato de Posse/Nomeação/Convocação, bem como, demais efeitos inerentes.

Art. 4º - As posses dos candidatos aprovados não esgotam as prerrogativas da Administração Pública Municipal em continuar os exames dos documentos apresentados pelos empossados, mantendo as diligências que entenderem necessárias.

§ 1º. Verificada ainda qualquer lacuna documental, o servidor empossado será chamado pela Comissão de Concurso a substituir o documento apresentado ou se for o caso, complementá-la.

§ 2º. Se, constatando a impossibilidade de substituição do documento, ou a sua complementação, será o servidor empossado por este ATO automaticamente exonerado ou demitido.

Art. 5º - Este ATO entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADO, PUBLICADO, CUMPRA-SE
PALÁCIO ALENCASTRO em Cuiabá-MT, 06 de Abril de 2016.

MAURO MENDES FERREIRA
Prefeito Municipal

ANA PAULA GARCIA VILLAGA LOURENÇO
Secretária Municipal de Gestão



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 21

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

ATO GP Nº. 440/2016

MAURO MENDES FERREIRA, Prefeito Municipal de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais, especialmente na forma do que dispõe o art.41, incisos VI, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Concurso Público de Provas e Títulos** de que trata o Edital do Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT, de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012;

Considerando o **Resultado Final do Concurso** homologado por meio do Edital do Resultado Final – Nível Fundamental e Médio de 16 de abril de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1113 de 16 de Abril de 2012 e Edital de Resultado Final – Nível Superior de 10 de Maio de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1117 de 11 de Maio de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados, para exercerem as suas funções junto à Prefeitura Municipal de Cuiabá, os candidatos aprovados para os respectivos cargos abaixo discriminados:

CARGO: **ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
OCUPAÇÃO/PERFIL PROFISSIONAL: **SERVIÇO SOCIAL**
NÍVEL: **SUPERIOR**

Nº	NOME	CPF
25º	LEIZA DE FRANÇA	98194330106
26º	ERLANI DE SOUZA BRAUNA PORTO	01808775180

Art. 2º - Os candidatos citados no artigo anterior, no cumprimento do interesse e conveniência da Administração Pública somente tomarão posse se expressarem concordância com a lotação designada e comprovarem os requisitos de que trata o Edital do Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT, de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012; item 2 – subitem 2.1 e alíneas e subitem 2.2, abaixo indicadas, sem prejuízo de outros requisitos que venham expressos no referido edital:

- ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;
- ser brasileiro ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos;
- apresentar Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- estar quite com as obrigações eleitorais e com o fisco municipal, para os candidatos de ambos os sexos;
- estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- encontrar-se em pleno gozo de seus direitos políticos e civis;
- não estar incompatibilizado para a investidura em cargo público;
- não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- apresentar declaração de não exercer qualquer atividade pública ou privada incompatível com o exercício de sua função;
- não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT;
- comprovar a escolaridade exigida para o exercício do cargo, atendendo aos requisitos constantes no ANEXO I e do item 2. deste Edital, apresentando diploma ou certificado de conclusão, devidamente regularizados com base na legislação vigente, no ato da convocação;
- ser considerado apto física e mentalmente no Exame Admissional, fato apurado pela Perícia Médica Oficial, a ser designado, para o exercício do cargo, não sendo, inclusive, pessoa com deficiência incompatível com as atribuições do cargo, conforme Lei Complementar 093/03. Caso o candidato seja considerado INAPTO para as atividades relacionadas ao cargo, por ocasião dos exames médicos pré-admissionais, este será ELIMINADO.
- ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data de nomeação;
- apresentar certidão negativa de antecedentes criminais da justiça estadual e federal, dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos;
- cumprir, na íntegra, as determinações previstas no Edital de abertura do Concurso Público e seus anexos;
- apresentar declaração de bens e valores que integram seu patrimônio e;
- apresentar outros documentos que a legislação vier a exigir.

2.2. O candidato, se aprovado e classificado, por ocasião da nomeação deverá provar que possui todas as condições para provimento do cargo para o qual foi inscrito, apresentando o original e cópia de todos os documentos exigidos pelo presente Edital e Anexos e outros que lhe forem solicitados, dentro do prazo legal, confrontando-se então declaração e documentos, sob pena de perda do direito à vaga.

Art. 3º - Para efetivar a comprovação dos requisitos de que tratam os artigos anteriores, e outros, os nomeados pelo presente ATO deverão apresentar os documentos abaixo indicados.

I – FOTOCÓPIA DE:

- Identidade (RG);
- CPF/CIC;
- PIS ou PASEP;
- Título de Eleitor;
- Comprovante de Quitaões Eleitorais (três últimas eleições);
- Comprovante Débitos Fiscais Municipais;
- Casado(a) – Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento dos Dependentes;
- Documento de Quitação com o Serviço Militar;
- Número da Conta/Agência do Banco do Brasil S/A (se tiver); e
- Comprovante de endereço.

II – ORIGINAL DE :

- 02 (duas) fotografias 3 x 4;
- Atestado de Sanidade física e mental, expedido/homologado por Junta Médica Municipal de acordo com os exames apresentados § 3º;
- Certidão Negativa – Cartório Distribuidor da Justiça Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- Certidão Negativa das Varas Cíveis e Criminais da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- Declaração de que não acumula cargo público nos termos CF;
- Certidões do Estado de Mato Grosso, município de Várzea Grande e Prefeitura Municipal de Cuiabá (fornecidas pelas respectivas Secretarias de Administração) se exercem ou não cargos nessas Unidades da Federação e se positiva, especificar o cargo/ carga horária exercida.
- Declaração de que não foi demitido por justa causa ou em decorrência de processo administrativo ou criminal;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes;
- Declaração de compromisso para participação do Curso de Formação Profissional;
- Requisitos básicos exigidos para o cargo/área, conforme abaixo especificado:

§ 1º - item 2 – subitem 2.1, alínea k):

ENSINO SUPERIOR – CARGO: ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OCUPAÇÃO PROFISSIONAL / PERFIL	REQUISITOS
Serviço Social	<ul style="list-style-type: none"> Diploma de graduação em Serviço Social, devidamente registrado; Inscrição no Conselho da categoria profissional.

§ 2º - Todos os documentos apresentados em fotocópias deverão estar acompanhados dos respectivos originais para a devida conferência, no Ato da entrega, ou autenticados em cartório.

§ 3º - Para Homologação do Atestado de Sanidade Física e Mental, Art. 2º, item 2.1, letra I, pela Junta Médica Municipal, deverão ser apresentados os seguintes exames:

- Atestado de sanidade mental (psiquiatria)
- Hemograma;
- Proto-parasitológico de fezes;
- Urina.

§ 4º - Os documentos comprobatórios dos requisitos caracterizados nos incisos I e II do artigo 3º, do presente ATO, serão exigidos dos candidatos aprovados e nomeados antes da efetivação da posse.

§ 5º - A não apresentação dos documentos ou a sua apresentação de forma diversa a estabelecida, importará, conforme o caso, na nulidade da aprovação ou habilitação e perda dos direitos decorrentes daquelas, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade documental.

§ 6º - A não apresentação dos documentos elencados nos incisos I e II do artigo 3º, do presente ATO dentro do prazo legal, acarretará a perda do direito à vaga, conforme disposto no item 13 subitem 13.4 do **Edital de Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT** de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012;

§ 7º - Os candidatos nomeados para os cargos serão submetidos a um Curso de Formação Profissional, que será ofertado pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, sendo obrigatória a frequência às aulas, parte integrante do período do estágio probatório.

§ 8º - Cumprirá à Prefeitura Municipal de Cuiabá, a organização do referido curso, com a divulgação dos horários e turnos.

Art. 4º - O candidato portador de deficiência terá as atribuições do cargo pretendido aferidas em relação à compatibilidade de sua deficiência conforme perícia médica e de acordo com a legislação pertinente (item 5 - **Edital de Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT** de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012);

Art. 5º - Os candidatos considerados aprovados/classificados (dentro dos limites das vagas), conforme se observa no art. 1º deste ATO, serão convocados para nomeação, por cargo, pela ordem rigorosa de classificação e necessidade de preenchimento das vagas oferecidas no concurso por parte da Prefeitura Municipal de Cuiabá, através do Ato do Prefeito (item 13 – subitem 13.5) – **Edital de Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT** de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012;

Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012 ;

Art. 6º - O candidato nomeado, durante o Estágio Probatório, deverá permanecer na sua Lotação, no mínimo de três anos conforme Emenda Constitucional nº 19 de 04 de junho de 1999, como condição para a aquisição da estabilidade, além da avaliação especial de desempenho.

Art. 7º - Os documentos serão recebidos, na forma do que preceitua o § 2º do artigo 3º, mediante ato formal de recebimento, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Cuiabá – Palácio Alencastro – Cuiabá - MT, andar térreo, no horário das 08hs:30m às 17hs00m, tendo 30 dias a partir da data da publicação deste ato, local onde os candidatos nomeados poderão receber novas orientações se for o caso.

Art. 8º - Este ATO entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRADO, PUBLICADO, CUMPRADO
PALÁCIO ALENCASTRO em Cuiabá-MT, 07 de Abril de 2016.

MAURO MENDES FERREIRA
Prefeito Municipal de Cuiabá

ANA PAULA GARCIA VILLAÇA LOURENÇO
Secretária Municipal de Gestão

Informações Adicionais:

Os documentos necessários à comprovação deverão ser requeridos junto aos seguintes Órgãos:

a) Atestado de Sanidade Física e Mental, expedido/homologado pela Junta Médica Municipal (art. 3º II – “b”, deste Ato).

Fazer agendamento para perícia médica através do telefone (65) 3645-6145

Obs: (somente serão agendados para perícia médica, os candidatos que já estiverem de posse dos exames constantes no § 3º do art. 3º, deste Ato).

b) Certidão Negativa – Cartório Distribuidor das Varas Cíveis e Criminais da Justiça Estadual dos últimos 05 (cinco) anos (art. 3º II – “d”, deste Ato).

Órgão: Justiça Estadual – Fórum Cível
Endereço: Avenida Historiador Rubens de Mendonça s/nº

c) Certidão Negativa – Cartório Distribuidor da Justiça Federal (art. 3º II – “c”, deste Ato).

Órgão: **JUSTIÇA FEDERAL – Seção Judiciária do Estado de Mato**

Grosso

Endereço: Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 4888

d) Certidões do Estado de Mato Grosso e Prefeitura Municipal de Várzea Grande (art. 3º II – “f”, deste Ato).

Órgão: **Secretaria Estadual de Administração**

Endereço: Centro Político Administrativo – Bloco III – Avenida Historiador Rubens de Mendonça.

Horário de Funcionamento:

Órgão: **Secretaria Municipal de Administração de Várzea Grande**

Endereço: Avenida Castelo Branco, 2500 – Bairro Água Limpa

ATO GP Nº. 441/2016

MAURO MENDES FERREIRA, Prefeito Municipal de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais, especialmente na forma do que dispõe o art.41, incisos VI, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e,

considerando o **Concurso Público de Provas e Títulos** de que trata o Edital do Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT, de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012 ;

considerando o **Resultado Final do Concurso** homologado por meio do Edital do Resultado Final – Nível Fundamental e Médio de 16 de abril de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1113 de 16 de Abril de 2012 e Edital de Resultado Final – Nível Superior de 10 de Maio de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1117 de 11 de Maio de 2012.

considerando os candidatos nomeados pelo **ATO GP nº 440/2016**, de ,
07 de Abril de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar para posse na forma deste ATO, os candidatos abaixo relacionados para exercerem cargos junto a Prefeitura Municipal de Cuiabá.

CARGO: **ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
OCUPAÇÃO/PERFIL PROFISSIONAL: **SERVIÇO SOCIAL**
NÍVEL: **SUPERIOR**

Nº	NOME	CPF
25º	LEIZA DE FRANÇA	98194330106
26º	ERLANI DE SOUZA BRAUNA PORTO	01808775180

§ 1º. A posse se efetivará nas instalações onde funciona a Secretaria Municipal de Gestão – SMGE, com endereço à Rua Praça Alencastro, 158 – Palácio Alencastro

– **4º Andar - Centro**, local em que o candidato empossado assinará o seu Termo de Posse, ato contínuo, será encaminhado à sua lotação, para início imediato das atividades.

§ 2º. As posses de que trata este ATO atingem aos candidatos nomeados pelo ATO GP nº **440/2016** que compareceram na **Prefeitura Municipal de Cuiabá – Secretaria Municipal de Gestão - Protocolo Central – andar térreo do Palácio Alencastro – Centro – Cuiabá/MT** e apresentaram, de **forma completa**, as suas respectivas **documentações hábeis para o ATO DE POSSE**.

Art. 2º - Os nomeados deverão apresentar-se no Palácio Alencastro, para assinatura do Termo de Posse e início de seu exercício no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Art. 3º - Os candidatos de que trata os parágrafos anteriores que não comparecerem nos prazos de Entrega de Documentação, Posse bem como para a entrada em Exercício no local de lotação, motivarão a nulidade do Ato de Posse/Nomeação/Convocação, bem como, demais efeitos inerentes.

Art. 4º - As posses dos candidatos aprovados não esgotam as prerrogativas da Administração Pública Municipal em continuar os exames dos documentos apresentados pelos empossados, mantendo as diligências que entenderem necessárias.

§ 1º. Verificada ainda qualquer lacuna documental, o servidor empossado será chamado pela Comissão de Concurso a substituir o documento apresentado ou se for o caso, complementá-la.

§ 2º. Se, constatando a impossibilidade de substituição do documento, ou a sua complementação, será o servidor empossado por este ATO automaticamente exonerado ou demitido.

Art. 5º - Este ATO entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADO, PUBLICADO, CUMPRADO
PALÁCIO ALENCASTRO em Cuiabá-MT, 07 de Abril de 2016.

MAURO MENDES FERREIRA
Prefeito Municipal de Cuiabá

ANA PAULA GARCIA VILLAÇA LOURENÇO
Secretária Municipal de Gestão

ATO GP Nº. 442/2016

MAURO MENDES FERREIRA, Prefeito Municipal de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais, especialmente na forma do que dispõe o art.41, incisos VI, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Concurso Público de Provas e Títulos** de que trata o Edital do Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT, de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012;

Considerando o **Resultado Final do Concurso** homologado por meio do Edital do Resultado Final – Nível Fundamental e Médio de 16 de abril de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1113 de 16 de Abril de 2012 e Edital de Resultado Final – Nível Superior de 10 de Maio de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1117 de 11 de Maio de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados, para exercerem as suas funções junto à Prefeitura Municipal de Cuiabá, os candidatos aprovados para os respectivos cargos abaixo discriminados:

CARGO: **ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
OCUPAÇÃO/PERFIL PROFISSIONAL: **SERVIÇO SOCIAL**
NÍVEL: **SUPERIOR**

Nº	NOME	CPF
27º	MAGGIE CAROLINA MAIDANA	83995994172
28º	NEIO LUCIO MONTEIRO LIMA	10768807115
29º	DIONETE DALVA LIBERATO SILVA	17559936172
30º	FERNANDA MAIARA CORTES SENRA	00902749110
31º	CLAUDINEIDE JOSE DE SALES	49541374115
32º	FABIANA MARIA AUXILIADORA DA SILVA SOARES	63064162187
33º	SUELI AUGUSTA DE ARAÚJO	94367728153
34º	ALCIMARA NEUZA PERIN DOS REIS	46873830178
35º	MARCOS ANTONIO JULKOVSKI	48762121120
36º	SIMONY SILVA OLIVEIRA	01987672186
37º	MARILEN RENATHA FRANÇA FERREIRA DE OLIVEIRA	02921074125
38º	HELLEN JANAYNA FERRERIA DE JESUS	99436213115



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 23

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

39º	RAYANE DE PAULA COSTA	02210261180
40º	POLLYANNA GOMES SANTANA	71807225100
41º	ALINE CRYSTINA LEMES NASCIMENTO	03122860155
42º	FRANCISLENE RODRIGUES SANTOS	56978316172
43º	FAILSE CIDELE DA SILVA	83279644100
44º	MARIA DE JESUS DACOL	10343636115
45º	CENIRA BENEDITA EVANGELISTA	32912927153
46º	HELLEN CRISTINA XAVIER DA CONCEIÇÃO	00877749175
47º	JOANIL MARIA CASAROTTO	36308781134
48º	ROSANGELA SOARES DOS REIS ANTONELLI	52723259900
49º	MARINA DE FATIMA COLOMBO LIMA	02642945995
50º	VERA LUCIA MARTINS PEREIRA	70016950178
51º	CRISTIANE LOPES DA SILVA	89530195168
52º	NAYANE BEATRIZ EVANGELISTA TAQUES	02538774152

Art. 2º - Os candidatos citados no artigo anterior, no cumprimento do interesse e conveniência da Administração Pública somente tomarão posse se expressarem concordância com a lotação designada e comprovarem os requisitos de que trata o Edital do Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT, de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012; item 2 – subitem 2.1 e alíneas e subitem 2.2, abaixo indicadas, sem prejuízo de outros requisitos que venham expressos no referido edital:

a) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;
b) ser brasileiro ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos;
c) apresentar Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
d) estar quite com as obrigações eleitorais e com o fisco municipal, para os candidatos de ambos os sexos;
e) estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

f) encontrar-se em pleno gozo de seus direitos políticos e civis;
g) não estar incompatibilizado para a investidura em cargo público;
h) não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

i) apresentar declaração de não exercer qualquer atividade pública ou privada incompatível com o exercício de sua função;
j) não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT;
k) comprovar a escolaridade exigida para o exercício do cargo, atendendo aos requisitos constantes no ANEXO I e do item 2. deste Edital, apresentando diploma ou certificado de conclusão, devidamente regularizados com base na legislação vigente, no ato da convocação;

l) ser considerado apto física e mentalmente no Exame Admissional, fato apurado pela Perícia Médica Oficial, a ser designado, para o exercício do cargo, não sendo, inclusive, pessoa com deficiência incompatível com as atribuições do cargo, conforme Lei Complementar 093/03. Caso o candidato seja considerado INAPTO para as atividades relacionadas ao cargo, por ocasião dos exames médicos pré-admissionais, este será ELIMINADO.

m) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data de nomeação;
n) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais da justiça estadual e federal, dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;

o) apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos;

p) cumprir, na íntegra, as determinações previstas no Edital de abertura do Concurso Público e seus anexos;

q) apresentar declaração de bens e valores que integram seu patrimônio e;

r) apresentar outros documentos que a legislação vier a exigir.

2.2. O candidato, se aprovado e classificado, por ocasião da nomeação deverá provar que possui todas as condições para provimento do cargo para o qual foi inscrito, apresentando o original e cópia de todos os documentos exigidos pelo presente Edital e Anexos e outros que lhe forem solicitados, dentro do prazo legal, confrontando-se então declaração e documentos, sob pena de perda do direito à vaga.

Art. 3º - Para efetivar a comprovação dos requisitos de que tratam os artigos anteriores, e outros, os nomeados pelo presente ATO deverão apresentar os documentos abaixo indicados.

I – FOTOCÓPIA DE:

- Identidade (RG);
- CPF/CIC;
- PIS ou PASEP;
- Título de Eleitor;
- Comprovante de Quitações Eleitorais (três últimas eleições);
- Comprovante Débitos Fiscais Municipais;
- Casado(a) – Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento dos Dependentes;
- Documento de Quitação com o Serviço Militar;

- Número da Conta/Agência do Banco do Brasil S/A (se tiver); e
- Comprovante de endereço.

II – ORIGINAL DE :

- 02 (duas) fotografias 3 x 4;
- Atestado de Sanidade física e mental, expedido/homologado por Junta Médica Municipal de acordo com os exames apresentados § 3º;
- Certidão Negativa – Cartório Distribuidor da Justiça Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- Certidão Negativa das Varas Cíveis e Criminais da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- Declaração de que não acumula cargo público nos termos CF;
- Certidões do Estado de Mato Grosso, município de Várzea Grande e Prefeitura Municipal de Cuiabá (fornecidas pelas respectivas Secretarias de Administração) se exercem ou não cargos nessas Unidades da Federação e se positiva, especificar o cargo/ carga horária exercida.
- Declaração de que não foi demitido por justa causa ou em decorrência de processo administrativo ou criminal;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes;
- Declaração de compromisso para participação do Curso de Formação Profissional;
- Requisitos básicos exigidos para o cargo/área, conforme abaixo especificado:

§ 1º - item 2 – subitem 2.1, alínea k):

ENSINO SUPERIOR – CARGO: ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
OCUPAÇÃO PROFISSIONAL / PERFIL	REQUISITOS
Serviço Social	<ul style="list-style-type: none"> Diploma de graduação em Serviço Social, devidamente registrado; Inscrição no Conselho da categoria profissional.

§ 2º - Todos os documentos apresentados em fotocópias deverão estar acompanhados dos respectivos originais para a devida conferência, no Ato da entrega, ou autenticados em cartório.

§ 3º - Para Homologação do Atestado de Sanidade Física e Mental, Art. 2º, item 2.1, letra I, pela Junta Médica Municipal, deverão ser apresentados os seguintes exames:

- Atestado de sanidade mental (psiquiatria)
- Hemograma;
- Proto-parasitológico de fezes;
- Urina.

§ 4º - Os documentos comprobatórios dos requisitos caracterizados nos incisos I e II do artigo 3º, do presente ATO, serão exigidos dos candidatos aprovados e nomeados antes da efetivação da posse.

§ 5º - A não apresentação dos documentos ou a sua apresentação de forma diversa a estabelecida, importará, conforme o caso, na nulidade da aprovação ou habilitação e perda dos direitos decorrentes daquelas, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade documental.

§ 6º - A não apresentação dos documentos elencados nos incisos I e II do artigo 3º, do presente ATO dentro do prazo legal, acarretará a perda do direito à vaga, conforme disposto no item 13 subitem 13.4 do Edital de Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012 ;

§ 7º - Os candidatos nomeados para os cargos serão submetidos a um Curso de Formação Profissional, que será ofertado pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, sendo obrigatória à frequência às aulas, parte integrante do período do estágio probatório.

§ 8º - Cumprirá à Prefeitura Municipal de Cuiabá, a organização do referido curso, com a divulgação dos horários e turmas.

Art. 4º - O candidato portador de deficiência terá as atribuições do cargo pretendido aferidas em relação à compatibilidade de sua deficiência conforme perícia médica e de acordo com a legislação pertinente (item 5 - Edital de Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012 ;

Art. 5º - Os candidatos considerados aprovados/classificados (dentro dos limites das vagas), conforme se observa no art. 1º deste ATO, serão convocados para nomeação, por cargo, pela ordem rigorosa de classificação e necessidade de preenchimento das vagas oferecidas no concurso por parte da Prefeitura Municipal de Cuiabá, através do Ato do Prefeito (item 13 – subitem 13.5) – Edital de Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012 ;



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 24

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

Art. 6º - O candidato nomeado, durante o Estágio Probatório, deverá permanecer na sua Lotação, no mínimo de três anos conforme Emenda Constitucional nº 19 de 04 de junho de 1999, como condição para a aquisição da estabilidade, além da avaliação especial de desempenho.

Art. 7º - Os documentos serão recebidos, na forma do que preceitua o § 2º do artigo 3º, mediante ato formal de recebimento, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Cuiabá – Palácio Alencastro – Cuiabá - MT, andar térreo, no horário das 08hs:30m às 17hs00m, tendo 30 dias a partir da data da publicação deste ato, local onde os candidatos nomeados poderão receber novas orientações se for o caso.

Art. 8º - Este ATO entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADO, PUBLICADO, CUMPRADO-SE
PALÁCIO ALENCASTRO em Cuiabá-MT, 07 de Abril de 2016.

MAURO MENDES FERREIRA
Prefeito Municipal de Cuiabá

ANA PAULA GARCIA VILLAÇA LOURENÇO
Secretária Municipal de Gestão

Informações Adicionais:

Os documentos necessários à comprovação deverão ser requeridos junto aos seguintes Órgãos:

a) Atestado de Sanidade Física e Mental, expedido/homologado pela Junta Médica Municipal (art. 3º II – “b”, deste Ato).

Fazer agendamento para perícia médica através do telefone (65) 3645-6145

Obs: (somente serão agendados para perícia médica, os candidatos que já estiverem de posse dos exames constantes no § 3º do art. 3º, deste Ato).

b) Certidão Negativa – Cartório Distribuidor das Varas Cíveis e Criminais da Justiça Estadual dos últimos 05 (cinco) anos (art. 3º II – “d”, deste Ato).

Órgão: Justiça Estadual – Fórum Cível
Endereço: Avenida Historiador Rubens de Mendonça s/nº

c) Certidão Negativa – Cartório Distribuidor da Justiça Federal (art. 3º II – “c”, deste Ato).

Órgão: **JUSTIÇA FEDERAL – Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso**

Endereço: Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 4888

d) Certidões do Estado de Mato Grosso e Prefeitura Municipal de Várzea Grande (art. 3º II – “f”, deste Ato).

Órgão: **Secretaria Estadual de Administração**

Endereço: Centro Político Administrativo – Bloco III – Avenida Historiador Rubens de Mendonça.

Horário de Funcionamento:

Órgão: **Secretaria Municipal de Administração de Várzea Grande**

Endereço: Avenida Castelo Branco, 2500 – Bairro Água Limpa

ATO GP Nº. 443/2016

MAURO MENDES FERREIRA, Prefeito Municipal de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais, especialmente na forma do que dispõe o art.41, incisos VI, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e,

considerando o **Concurso Público de Provas e Títulos** de que trata o Edital do Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT, de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012 ;

considerando o **Resultado Final do Concurso** homologado por meio do Edital do Resultado Final – Nível Fundamental e Médio de 16 de abril de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1113 de 16 de Abril de 2012 e Edital de Resultado Final – Nível Superior de 10 de Maio de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1117 de 11 de Maio de 2012.

considerando os candidatos nomeados pelo **ATO GP nº 442/2016**, de ,
07 de Abril de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar para posse na forma deste ATO, os candidatos abaixo relacionados para exercerem cargos junto a Prefeitura Municipal de Cuiabá.

CARGO: **ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
OCUPAÇÃO/PERFIL PROFISSIONAL: **SERVIÇO SOCIAL**
NÍVEL: **SUPERIOR**

Nº	NOME	CPF
27º	MAGGIE CAROLINA MAIDANA	83995994172
28º	NEIO LUCIO MONTEIRO LIMA	10768807115
29º	DIONETE DALVA LIBERATO SILVA	17559936172
30º	FERNANDA MAIARA CORTES SENRA	00902749110
31º	CLAUDINEIDE JOSE DE SALES	49541374115

32º	FABIANA MARIA AUXILIADORA DA SILVA SOARES	63064162187
33º	SUELI AUGUSTA DE ARAÚJO	94367728153
34º	ALCIMARA NEUZA PERIN DOS REIS	46873830178
35º	MARCOS ANTONIO JULKOVSKI	48762121120
36º	SIMONY SILVA OLIVEIRA	01987672186
37º	MARILEN RENATHA FRANÇA FERREIRA DE OLIVEIRA	02921074125
38º	HELLEN JANAYNA FERRERIA DE JESUS	99436213115
39º	RAYANE DE PAULA COSTA	02210261180
40º	POLLYANNA GOMES SANTANA	71807225100
41º	ALINE CRYSTINA LEMES NASCIMENTO	03122860155
42º	FRANCISLENE RODRIGUES SANTOS	56978316172
43º	FAILSE CIDELE DA SILVA	83279644100
44º	MARIA DE JESUS DACOL	10343636115
45º	CENIRA BENEDITA EVANGELISTA	32912927153
46º	HELLEN CRISTINA XAVIER DA CONCEIÇÃO	00877749175
47º	JOANIL MARIA CASAROTTO	36308781134
48º	ROSANGELA SOARES DOS REIS ANTONELLI	52723259900
49º	MARINA DE FATIMA COLOMBO LIMA	02642945995
50º	VERA LUCIA MARTINS PEREIRA	70016950178
51º	CRISTIANE LOPES DA SILVA	89530195168
52º	NAYANE BEATRIZ EVANGELISTA TAQUES	02538774152

§ 1º. A posse se efetivará nas instalações onde funciona a Secretaria Municipal de Gestão – SMGE, com endereço à **Rua Praça Alencastro, 158 – Palácio Alencastro – 4º Andar - Centro**, local em que o candidato empossado assinará o seu Termo de Posse, ato contínuo, será encaminhado à sua lotação, para início imediato das atividades.

§ 2º. As posses de que trata este ATO atingem aos candidatos nomeados pelo ATO GP nº **442/2016** que compareceram na **Prefeitura Municipal de Cuiabá – Secretaria Municipal de Gestão - Protocolo Central – andar térreo do Palácio Alencastro – Centro – Cuiabá/MT** e apresentaram, de **forma completa**, as suas respectivas **documentações hábeis para o ATO DE POSSE**.

Art. 2º - Os nomeados deverão apresentar-se no Palácio Alencastro, para assinatura do Termo de Posse e início de seu exercício no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Art. 3º - Os candidatos de que trata os parágrafos anteriores que não comparecerem nos prazos de Entrega de Documentação, Posse bem como para a entrada em Exercício no local de lotação, motivarão a nulidade do Ato de Posse/Nomeação/Convocação, bem como, demais efeitos inerentes.

Art. 4º - As posses dos candidatos aprovados não esgotam as prerrogativas da Administração Pública Municipal em continuar os exames dos documentos apresentados pelos empossados, mantendo as diligências que entenderem necessárias.

§ 1º. Verificada ainda qualquer lacuna documental, o servidor empossado será chamado pela Comissão de Concurso a substituir o documento apresentado ou se for o caso, complementá-la.

§ 2º. Se, constatando a impossibilidade de substituição do documento, ou a sua complementação, será o servidor empossado por este ATO automaticamente exonerado ou demitido.

Art. 5º - Este ATO entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADO, PUBLICADO, CUMPRADO-SE
PALÁCIO ALENCASTRO em Cuiabá-MT, 07 de Abril de 2016.

MAURO MENDES FERREIRA
Prefeito Municipal de Cuiabá

ANA PAULA GARCIA VILLAÇA LOURENÇO
Secretária Municipal de Gestão

ATO GP Nº. 444/2016

MAURO MENDES FERREIRA, Prefeito Municipal de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais, especialmente na forma do que dispõe o art.41, incisos VI, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o **Concurso Público de Provas e Títulos** de que trata o Edital do Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT, de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 25

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012;

Considerando o **Resultado Final do Concurso** homologado por meio do Edital do Resultado Final – Nível Fundamental e Médio de 16 de abril de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1113 de 16 de Abril de 2012 e Edital de Resultado Final – Nível Superior de 10 de Maio de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1117 de 11 de Maio de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados, para exercerem as suas funções junto à Prefeitura Municipal de Cuiabá, os candidatos aprovados para os respectivos cargos abaixo discriminados:

CARGO: **PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR**

OCUPAÇÃO/PERFIL PROFISSIONAL: **ASSISTENTE TÉCNICO**

ESPECIALIZADO

NÍVEL: **SUPERIOR**

Nº	NOME	CPF
90º	IVALDO NUNES ARAUJO SOBRINHO	57170347172
91º	SUELLEN LOPES DE PINHO	66749832334
92º	JÉSSICA SILVA PIRES DOS SANTOS	01706600100

Art. 2º - Os candidatos citados no artigo anterior, no cumprimento do interesse e conveniência da Administração Pública somente tomarão posse se expressarem concordância com a lotação designada e comprovarem os requisitos de que trata o Edital do Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT, de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012; item 2 – subitem 2.1 e alíneas e subitem 2.2, abaixo indicadas, sem prejuízo de outros requisitos que venham expressos no referido edital:

a) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;
b) ser brasileiro ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos;

c) apresentar Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) estar quite com as obrigações eleitorais e com o fisco municipal, para os candidatos de ambos os sexos;

e) estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

f) encontrar-se em pleno gozo de seus direitos políticos e civis;

g) não estar inabilitado para a investidura em cargo público;

h) não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

i) apresentar declaração de não exercer qualquer atividade pública ou privada incompatível com o exercício de sua função;

j) não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT;

k) comprovar a escolaridade exigida para o exercício do cargo, atendendo aos requisitos constantes no ANEXO I e do item 2. deste Edital, apresentando diploma ou certificado de conclusão, devidamente regularizados com base na legislação vigente, no ato da convocação;

l) ser considerado apto física e mentalmente no Exame Admissional, fato apurado pela Perícia Médica Oficial, a ser designado, para o exercício do cargo, não sendo, inclusive, pessoa com deficiência incompatível com as atribuições do cargo, conforme Lei Complementar 093/03. Caso o candidato seja considerado INAPTO para as atividades relacionadas ao cargo, por ocasião dos exames médicos pré-admissionais, este será ELIMINADO.

m) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data de nomeação;

n) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais da justiça estadual e federal, dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;

o) apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos;

p) cumprir, na íntegra, as determinações previstas no Edital de abertura do Concurso Público e seus anexos;

q) apresentar declaração de bens e valores que integram seu patrimônio e;

r) apresentar outros documentos que a legislação vier a exigir.

2.2. O candidato, se aprovado e classificado, por ocasião da nomeação deverá provar que possui todas as condições para provimento do cargo para o qual foi inscrito, apresentando o original e cópia de todos os documentos exigidos pelo presente Edital e Anexos e outros que lhe forem solicitados, dentro do prazo legal, confrontando-se então declaração e documentos, sob pena de perda do direito à vaga.

Art. 3º - Para efetivar a comprovação dos requisitos de que tratam os artigos anteriores, e outros, os nomeados pelo presente ATO deverão apresentar os documentos abaixo indicados.

I – FOTOCÓPIA DE:

- Identidade (RG);
- CPF/CIC;
- PIS ou PASEP;
- Título de Eleitor;
- Comprovante de Quitações Eleitorais (três últimas eleições);
- Comprovante Débitos Fiscais Municipais;
- Casado(a) – Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento dos Dependentes;

- Documento de Quitação com o Serviço Militar;
- Número da Conta/Agência do Banco do Brasil S/A (se tiver); e
- Comprovante de endereço.

II – ORIGINAL DE :

- 01 (uma) fotografia 3 x 4;
- Atestado de Sanidade física e mental, expedido/homologado por Junta Médica Municipal de acordo com os exames apresentados § 3º;

c) Certidão Negativa – Cartório Distribuidor da Justiça Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;

d) Certidão Negativa das Varas Cíveis e Criminais da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;

e) Declaração de que não acumula cargo público nos termos CF;

f) Certidões do Estado de Mato Grosso, município de Várzea Grande e Prefeitura Municipal de Cuiabá (fornecidas pelas respectivas Secretarias de Administração) se exercem ou não cargos nessas Unidades da Federação e se positiva, especificar o cargo/ carga horária exercida.

g) Declaração de que não foi demitido por justa causa ou em decorrência de processo administrativo ou criminal;

h) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes;

i) Declaração de compromisso para participação do Curso de Formação Profissional;

j) Requisitos básicos exigidos para o cargo/área, conforme abaixo especificado:

§ 1º - item 2 – subitem 2.1, alínea k):

ENSINO SUPERIOR – CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL

SUPERIOR

OCUPAÇÃO / PROFISSIONAL	PERFIL	REQUISITOS
Assistente Técnico Especializado		Diploma de graduação em nível superior em qualquer área de conhecimento, devidamente registrado.

§ 2º - Todos os documentos apresentados em fotocópias deverão estar acompanhados dos respectivos originais para a devida conferência, no Ato da entrega, ou autenticados em cartório.

§ 3º - Para Homologação do Atestado de Sanidade Física e Mental, Art. 2º, item 2.1, letra I, pela Junta Médica Municipal, deverão ser apresentados os seguintes exames:

- Atestado de sanidade mental (psiquiatria)
- Hemograma;
- Proto-parasitológico de fezes;
- Urina.

§ 4º - Os documentos comprobatórios dos requisitos caracterizados nos incisos I e II do artigo 3º, do presente ATO, serão exigidos dos candidatos aprovados e nomeados antes da efetivação da posse.

§ 5º - A não apresentação dos documentos ou a sua apresentação de forma diversa a estabelecida, importará, conforme o caso, na nulidade da aprovação ou habilitação e perda dos direitos decorrentes daquelas, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade documental.

§ 6º - A não apresentação dos documentos elencados nos incisos I e II do artigo 3º, do presente ATO dentro do prazo legal, acarretará a perda do direito à vaga, conforme disposto no item 13 subitem 13.4 do **Edital de Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT** de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012 ;

§ 7º - Os candidatos nomeados para os cargos serão submetidos a um Curso de Formação Profissional, que será ofertado pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, sendo obrigatória à frequência às aulas, parte integrante do período do estágio probatório.

§ 8º - Cumprirá à Prefeitura Municipal de Cuiabá, a organização do referido curso, com a divulgação dos horários e turmas.

Art. 4º - O candidato portador de deficiência terá as atribuições do cargo pretendido aferidas em relação à compatibilidade de sua deficiência conforme perícia médica e de acordo com a legislação pertinente (item 5 - **Edital de Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT** de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012 ;

Art. 5º - Os candidatos considerados aprovados/classificados (dentro dos limites das vagas), conforme se observa no art. 1º deste ATO, serão convocados para nomeação, por cargo, pela ordem rigorosa de classificação e necessidade de preenchimento das vagas oferecidas no concurso por parte da Prefeitura Municipal de Cuiabá, através do Ato do Prefeito (item 13 – subitem 13.5) – **Edital de Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT** de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012 ;



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 26

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

Art. 6º - O candidato nomeado, durante o Estágio Probatório, deverá permanecer na sua Lotação, no mínimo de três anos conforme Emenda Constitucional nº 19 de 04 de junho de 1999, como condição para a aquisição da estabilidade, além da avaliação especial de desempenho.

Art. 7º - Os documentos serão recebidos, na forma do que preceitua o § 2º do artigo 3º, mediante ato formal de recebimento, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Cuiabá – Palácio Alencastro – Cuiabá - MT, andar térreo, no horário das 08hs:30m às 17hs00m, tendo 30 dias a partir da data da publicação deste ato, local onde os candidatos nomeados poderão receber novas orientações se for o caso.

Art. 8º - Este ATO entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRADO, PUBLICADO, CUMpra-SE
PALÁCIO ALENCASTRO em Cuiabá-MT, 11 de Março de 2016.

MAURO MENDES FERREIRA
Prefeito Municipal de Cuiabá

ANA PAULA GARCIA VILLAÇA LOURENÇO
Secretária Municipal de Gestão

Informações Adicionais:
Os documentos necessários à comprovação deverão ser requeridos junto aos seguintes Órgãos:

a) Atestado de Sanidade Física e Mental, expedido/homologado pela Junta Médica Municipal (art. 3º II – “b”, deste Ato).

Fazer agendamento para perícia médica através do telefone (65) 3645-6145

Obs: (somente serão agendados para perícia médica, os candidatos que já estiverem de posse dos exames constantes no § 3º do art. 3º, deste Ato).

b) Certidão Negativa – Cartório Distribuidor das Varas Cíveis e Criminais da Justiça Estadual dos últimos 05 (cinco) anos (art. 3º II – “d”, deste Ato).

Órgão: Justiça Estadual – Fórum Cível
Endereço: Avenida Historiador Rubens de Mendonça s/nº

c) Certidão Negativa – Cartório Distribuidor da Justiça Federal (art. 3º II

Órgão: **JUSTIÇA FEDERAL – Seção Judiciária do Estado de Mato**

Grosso

Endereço: Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 4888

d) Certidões do Estado de Mato Grosso e Prefeitura Municipal de Várzea Grande (art. 3º II – “f”, deste Ato).

Órgão: **Secretaria Estadual de Administração**

Endereço: Centro Político Administrativo – Bloco III – Avenida Historiador Rubens de Mendonça.

Horário de Funcionamento:

Órgão: **Secretaria Municipal de Administração de Várzea Grande**

Endereço: Avenida Castelo Branco, 2500 – Bairro Água Limpa

ATO GP Nº. 445/2016

MAURO MENDES FERREIRA, Prefeito Municipal de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais, especialmente na forma do que dispõe o art.41, incisos VI, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e,

considerando o **Concurso Público de Provas e Títulos** de que trata o Edital do Concurso Público nº 001/2012/PMC/MT, de 18 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1097 de 13/01/2012, pela Retificação 01 de 19 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1098 de 19/01/2012, Retificação 02 de 20 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012, Retificação 03 de 23 de Janeiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1100 de 27/01/2012 e Retificação 04 de 02 de Fevereiro de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1102 de 10/02/2012 ;

considerando o **Resultado Final do Concurso** homologado por meio do Edital do Resultado Final – Nível Fundamental e Médio de 16 de abril de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1113 de 16 de Abril de 2012 e Edital de Resultado Final – Nível Superior de 10 de Maio de 2012, publicado na Gazeta Municipal nº 1117 de 11 de Maio de 2012.

considerando os candidatos nomeados pelo **ATO GP nº 444/2016, de 11 de Março de 2016;**

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar para posse na forma deste ATO, os candidatos abaixo relacionados para exercerem cargos junto a Prefeitura Municipal de Cuiabá.

CARGO: **PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR**
OCUPAÇÃO/PERFIL PROFISSIONAL: **ASSISTENTE TÉCNICO**

ESPECIALIZADO

NÍVEL: **SUPERIOR**

Nº	NOME	CPF
90º	NIVALDO NUNES ARAUJO SOBRINHO	57170347172
91º	SUELLEN LOPES DE PINHO	66749832334
92º	JÉSSICA SILVA PIRES DOS SANTOS	01706600100

§ 1º. A posse se efetivará nas instalações onde funciona a Secretaria Municipal de Gestão – SMGE, com endereço à **Rua Praça Alencastro, 158 – Palácio Alencastro**

– **4º Andar - Centro**, local em que o candidato empossado assinará o seu Termo de Posse, ato contínuo, será encaminhado à sua lotação, para início imediato das atividades.

§ 2º. As posses de que trata este ATO atingem aos candidatos nomeados pelo ATO GP nº **444/2016** que compareceram na **Prefeitura Municipal de Cuiabá – Secretaria Municipal de Gestão - Protocolo Central – andar térreo do Palácio Alencastro – Centro – Cuiabá/MT** e apresentaram, de **forma completa**, as suas respectivas **documentações hábeis para o ATO DE POSSE**.

Art. 2º - Os nomeados deverão apresentar-se no Palácio Alencastro, para assinatura do Termo de Posse e início de seu exercício no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Art. 3º - Os candidatos de que trata os parágrafos anteriores que não comparecerem nos prazos de Entrega de Documentação, Posse bem como para a entrada em Exercício no local de lotação, motivarão a nulidade do Ato de Posse/Nomeação/Convocação, bem como, demais efeitos inerentes.

Art. 4º - As posses dos candidatos aprovados não esgotam as prerrogativas da Administração Pública Municipal em continuar os exames dos documentos apresentados pelos empossados, mantendo as diligências que entenderem necessárias.

§ 1º. Verificada ainda qualquer lacuna documental, o servidor empossado será chamado pela Comissão de Concurso a substituir o documento apresentado ou se for o caso, complementá-la.

§ 2º. Se, constatando a impossibilidade de substituição do documento, ou a sua complementação, será o servidor empossado por este ATO automaticamente exonerado ou demitido.

Art. 5º - Este ATO entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADO, PUBLICADO, CUMpra-SE
PALÁCIO ALENCASTRO em Cuiabá-MT, 11 de Março de 2016.

MAURO MENDES FERREIRA
Prefeito Municipal de Cuiabá

ANA PAULA GARCIA VILLAÇA LOURENÇO
Secretária Municipal de Gestão

LEGISLAÇÃO

DECRETO Nº 6.001 DE 20 DE ABRIL DE 2.016

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.

O **Prefeito Municipal de Cuiabá**, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 41, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Cuiabá e na Lei Complementar nº. 359, 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Governo e Comunicação que tem como objetivo estabelecer normas e atribuir responsabilidades aos seus gestores e servidores públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, em Cuiabá - MT, 20 de abril de 2.016.

MAURO MENDES FERREIRA
Prefeito Municipal

KLEBER ALVES DE LIMA
Secretário Municipal de Governo e Comunicação

REGIMENTO INTERNO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regimento Interno trata da organização e das atribuições gerais da Secretaria Municipal de Governo e Comunicação, órgão da administração direta, define a estrutura de autoridade, caracterizando as relações hierárquicas, descreve as atribuições específicas e comuns dos servidores investidos em cargos e funções de direção e chefia, e fixa normas gerais de trabalho.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Governo e Comunicação compete:

I - dispensar atendimento ao público, orientando-o no sentido de melhor solucionar as suas reivindicações;

II - promover a articulação com a sociedade civil organizada;

III - estabelecer relações institucionais com os entes e poderes constituídos;

IV - coordenar o cerimonial da Prefeitura Municipal;

V - assistir e coordenar o expediente oficial do Prefeito Municipal;

VI - formular e executar a política de comunicação do município, compreendendo a articulação das relações da administração municipal com os meios de comunicação e o planejamento de campanhas de divulgação institucional da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Cabe à Secretaria Municipal de Governo e Comunicação os assuntos estratégicos de interesse do Município de Cuiabá em Brasília-DF, competindo-lhe prestar auxílio nos projetos e convênios que o município vier a firmar com a União, bem como contemplar mecanismos facilitadores de projetos que visem o progresso do município.



Art. 3º As unidades da Secretaria Municipal de Governo e Comunicação funcionarão perfeitamente articuladas entre si, em regime de colaboração mútua, estando distribuídas da seguinte forma:

- I – Direção Superior:
1. Gabinete do Secretário.

II - DELIBERAÇÃO COLEGIADA:

1. Conselho de Recursos Fiscais do Município de Cuiabá.

III – Assessoramento Superior:

1. Chefia de Gabinete do Prefeito.
2. Unidade de Assessoria:
2.1. Assessor Estratégico;
2.2. Assessor Técnico;
2.3. Assessor Executivo;
2.4. Assessor.

IV – GERÊNCIA SUPERIOR:

1. Gabinete do Secretário Adjunto de Governo e Relações Institucionais;
2. Gabinete do Secretário Adjunto de Comunicação;
3. Gabinete do Secretário Adjunto de Relações Comunitárias;
4. Gabinete do Secretário Adjunto de Assuntos Estratégicos.

V – Administração Sistêmica:

1. Diretoria Administrativa e Financeira:
1.1. Assistente I.

VI – Execução Programática:

1. Diretoria de Jornalismo;
2. Diretoria de Publicidade e Marketing;
3. Diretoria de Atos e Decretos;
4. Diretoria de Cerimonial;
5. Coordenadoria de Núcleo de Apoio ao Prefeito;
6. Coordenadoria de Núcleo de Apoio Institucional;
7. Coordenadoria de Núcleo de Apoio a Primeira Dama;
8. Coordenadoria de Defesa Civil.

TÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM

COMISSÃO

Capítulo I

DAS ATRIBUIÇÕES COMUNS

Art. 4º Aos ocupantes de cargos de chefia, em qualquer nível, incumbe:

I- observar as diretrizes governamentais para a prestação eficiente dos serviços de interesse da comunidade;

II - planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de sua área de competência;

III - compatibilizar ações de maneira a evitar atividades conflitantes, dispersão de esforços e desperdício de recursos públicos;

IV – promover a execução das atividades a cargo da unidade que dirige;

V – programar e controlar a execução dos trabalhos, fornecendo indicativos aos seus superiores das necessidades de recursos humanos e materiais da área;

VI – apresentar relatório periódico de avaliação das atividades desenvolvidas pela sua unidade;

VII – emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos pertinentes a sua área de atuação;

VIII – controlar a frequência do pessoal sob sua coordenação;

XI – zelar pela fiel observância deste Regimento Interno, dos regulamentos, das normas e das instruções do serviço;

X – realizar avaliação de estágio probatório dos servidores sob sua coordenação; e

XI – exercer outras atividades compatíveis com a natureza de suas funções e que lhe forem atribuídas pela chefia a que estiver subordinado.

Capítulo II

**DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS E ESPECIAIS
DA DIREÇÃO SUPERIOR**

Seção I

Do Secretário

Art. 5º Ao titular da Secretaria Municipal de Governo e Comunicação compete:

I- elaborar, em consonância com as diretrizes do Governo, Programa de Trabalho com definição dos objetivos e metas do órgão, para aprovação do chefe do Poder Executivo;

II- referendar atos legislativos e normativos baixados pelo Prefeito Municipal;

III- firmar, isoladamente ou com interveniência de outros Secretários do Município, acordos, contratos e ajustes de interesse do órgão ou das entidades vinculadas e supervisionadas na forma da lei;

IV- propor o preenchimento de cargos em comissão e funções gratificadas dos órgãos e entidades sob sua jurisdição;

V- convocar e presidir reuniões periódicas de coordenação;

VI- propor auditoria de qualquer ato dos subordinados nos órgãos sob sua jurisdição, observando o que dispuser a legislação;

VII- determinar a abertura de inquéritos administrativos e aplicar punições disciplinares aos seus subordinados, nos termos da legislação;

VIII- propor alterações de estrutura e funcionamento dos órgãos e entidades sob sua jurisdição;

IX- aprovar normas internas;

X- elaborar relatório de atividades dos programas executados pelos órgãos sob sua jurisdição;

XI- assessorar o Prefeito nas suas atividades e funções administrativas, políticas e sociais, no que tange à área de atuação da Secretaria Municipal de Governo e Comunicação;

XII- a gestão do processo legislativo, no âmbito do Poder Executivo, de forma articulada com os demais órgãos municipais e, em especial, com a Procuradoria-Geral do Município;

XIII- submeter ao Prefeito projetos de leis e de decretos municipais;

XIV- discutir, selecionar, planejar e supervisionar a execução das políticas de governo;

XV- administrar os fundos e recursos específicos de sua Secretaria;

XVI- designar e dispensar os ocupantes das funções gratificadas da Secretaria Municipal de Governo e Comunicação com aprovação final do Prefeito;

XVII- designar os membros da Secretaria de Governo e Comunicação que integrarão os diversos Conselhos em funcionamento na estrutura administrativa do município;

XVIII- baixar Instruções Internas ou Ordens de Serviço, de forma e caráter interno; e

XIX- desempenhar outras atribuições que lhe forem cometidas por lei ou ato do chefe do Poder Executivo.

Capítulo III

DA DELIBERAÇÃO COLEGIADA

Seção I

Do Conselho de Recursos Fiscais

Art. 6º O Conselho de Recursos Fiscais do Município é órgão colegiado, integrante da estrutura da Prefeitura Municipal, com autonomia administrativa e decisória, com incumbência de julgar em segunda instância recursos voluntários e de ofício referentes a processos administrativos de sua competência junto à Secretaria Municipal de Fazenda, sem subordinação hierárquica e rege-se pelo Decreto nº 4.510, de 29 de dezembro de 2006, publicado na gazeta Municipal nº 804 de 29 de dezembro de 2006, p.29, e tem como competências:

I – julgar os recursos voluntários e de ofício das decisões de primeira instância, pela via administrativa, sobre lançamento e incidência de impostos, taxas, contribuições de melhoria e acréscimo legais, assim como sobre a legitimidade da aplicação de multas decorrentes do poder de polícia do Município de Cuiabá por infração e legislação tributária, ambiental, transportes, vigilância sanitária, obras e posturas em geral do Município de Cuiabá;

II - julgar os pedidos de reconsideração;

III - julgar os pedidos de revisão;

IV – emitir parecer, quando protocolado pelo Prefeito Municipal, sobre questões fiscais e outros assuntos de interesse do fisco e dos contribuintes;

V – representar ao Prefeito Municipal, propondo a adoção de medidas tendentes ao aperfeiçoamento da legislação tributária e de fiscalização, objetivando a Justiça Fiscal e a conciliação entre os contribuintes e a Fazenda Municipal;

VI – desenvolver atividades correlatas.

Capítulo IV

DO ASSESSORAMENTO SUPERIOR

Seção I

DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO

Art. 7º Ao Chefe de Gabinete do Prefeito, cabe:

I- assessorar o Prefeito na análise de documentos e relatórios administrativos, bem como na interlocução de natureza executiva com a administração pública e sociedade, sob a coordenação do Secretário Municipal de Governo e Comunicação, e/ou do Secretário Adjunto de Governo e Relações Institucionais;

II- preparar e expedir a correspondência oficial do Prefeito;

III- proferir despachos interlocutórios em processos cuja decisão caiba ao Chefe do Poder Executivo para subsidiar o despacho decisórios de sua competência;

IV- monitorar junto às Secretarias as ações estratégicas, definidas pelo Chefe do Poder Executivo;

V- controlar a observância dos prazos para emissão de pronunciamentos, pareceres e informações da responsabilidade do Prefeito;

VI- despachar os documentos oficiais recebidos pelo Chefe de Gabinete através de e-mails, malote digital e sistema de movimentação de processos - MVP, encaminhando e monitorando junto aos órgãos municipais;

VII- despachar os documentos recebidos pelo Prefeito, oriundos do TCE, MPE, TCU, Defensoria Pública e demais órgãos de controle para os devidos encaminhamentos;

VIII- monitorar o cumprimento de prazo em relação aos documentos enviados pelos órgãos de controle ao Chefe do Poder Executivo;

IX- promover o atendimento das demandas espontâneas dirigidas ao Chefe do Poder Executivo, encaminhando à Secretaria responsável para análise e providências necessárias;

Parágrafo único. É atribuição da Secretária de Gabinete do Prefeito:

I- organizar as audiências do Prefeito;

II- monitorar a execução das audiências;

III- confirmar as audiências;

IV- agendar viagens e zelar por todo o trâmite destas;

V- providenciar veículos para viagens, além de reservas em hotéis e restaurantes, quando necessário.

VI- agendar, previamente, as visitas e audiências que o Prefeito fará aos órgãos, secretarias, ministérios e autarquias ligadas ao Governo Estadual e Federal, ou Empresas e entidades privadas para tratar de assuntos de interesse do município;

VII- manter as guarnições do Gabinete do Prefeito.

Seção II

DA UNIDADE DE ASSESSORIA



Art. 8º Compete à assessoria, fundamentalmente:
I- auxiliar o Secretário Municipal na execução de atividades que dependam de apoio especializado e pessoal;
II- exercer a assessoria, de acordo com diretrizes programáticas e estratégias definidas pelo governo municipal;
III- coordenar as relações com entidades, organizações, comunidades e outras afetas à sua área;
IV- coletar, compilar e atualizar dados, indicadores e estatísticas relacionadas aos serviços realizados na área de atuação;
V- preparar estudos especiais;
VI- auxiliar o contato com pessoas e instituições conforme determinação do Secretário;
VII- criar e manter instrumentos de gestão capazes de produzir ganhos de eficiência, eficácia e efetividade nas ações que vier a desenvolver;
VIII- preparar relatórios, análises, pareceres e conferências;
IX- submeter à consideração superior os assuntos que excedam à sua competência; e
X- realizar as atividades adicionais que, a critério do titular da Pasta, requeiram a colaboração dos assessores.

Capítulo V DA GERÊNCIA SUPERIOR

Seção I Do Secretário Adjunto

Art. 9º Ao Secretário Adjunto cabe:
I- supervisionar a execução das atividades da Secretaria;
II- preparar o expediente necessário aos despachos do Secretário da Pasta;
III- coordenar todas as medidas indispensáveis à programação anual e sua execução satisfatória;
IV- consolidar, analisar e avaliar as informações relativas ao desempenho da Secretaria;
V- emitir parecer sobre o desempenho das unidades administrativas e do pessoal da Secretaria; e
VI- assistir às unidades sob sua responsabilidade nas atividades de planejamento, execução e controle.

§ 1º Ao titular da Secretaria Adjunta de Governo e Relações Institucionais cabe, especialmente:
I- despachar diretamente com o Secretário;
II- substituir o Secretário Municipal nas suas ausências e impedimentos;
III- promover reuniões de integração com os Diretores, Assessores, Coordenadores e Assistentes;
IV- representar o Secretário, a critério deste, em audiências, reuniões e eventos em geral;
V- supervisionar a execução das atividades da Secretaria de acordo com o que for fixado pelo Secretário da Pasta;
VI- submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência; e
VII- desempenhar outras atividades correlatas.

§ 2º Ao titular da Secretaria Adjunta de Comunicação cabe, especialmente:
I- despachar diretamente com o Secretário;
II- representar o Secretário, a critério deste, em audiências, reuniões e eventos em geral;
III- promover reuniões, na sua área de atuação, de integração com os Diretores, Assessores, Coordenadores e Assistentes;
IV- submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;
V- supervisionar a execução das atividades da Secretaria de acordo com o que for fixado pelo Secretário da Pasta;
VI- preparar o expediente necessário aos despachos do Secretário da Pasta;
VII- coordenar todas as medidas indispensáveis à programação definida pelo Secretário da Pasta e sua execução satisfatória;
VIII- consolidar, analisar e avaliar as informações relativas ao desempenho da Secretaria;
IX- desempenhar outras atividades correlatas.

§ 3º Ao titular da Secretaria Adjunta de Relações Comunitárias cabe, especialmente:
I- preparar o expediente necessário aos despachos do Secretário da Pasta;
II- despachar diretamente com o Secretário;
III- elaborar e manter atualizado o Cadastro das Lideranças Comunitárias;
IV- elaborar, em consonância com as diretrizes do Governo, Programa de Trabalho com definição dos objetivos e metas do setor, para aprovação do Secretário Municipal de Governo e Comunicação;
V- convocar e presidir reuniões periódicas de coordenação no âmbito do seu setor;
VI- elaborar relatório de atividades dos programas e projetos executados por seu setor;
VII- assessorar o Secretário Municipal de Governo e Comunicação nas suas atividades e funções administrativas, políticas e sociais, nos assuntos concernentes à sua jurisdição;
VIII- representar o Secretário Municipal de Governo e Comunicação, a critério deste, em audiências, reuniões e eventos em geral;
IX- submeter à consideração do Secretário Municipal de Governo e Comunicação os assuntos que excedam a sua competência;

X- supervisionar a execução das atividades da Secretaria de acordo com o que for fixado pelo Secretário da Pasta;
XI- coordenar todas as medidas indispensáveis à programação definida pelo Secretário Municipal de Governo e Comunicação e sua execução satisfatória;
XII- consolidar, analisar e avaliar as informações relativas ao desempenho da Secretaria no âmbito de sua jurisdição;
XIII- desempenhar outras atribuições que lhe forem atribuídas por lei, ato do chefe do Poder Executivo ou determinação do Secretário da Pasta.

§ 4º Ao titular da Secretaria Adjunta de Assuntos Estratégicos cabe, especialmente:

I - coordenar os assuntos estratégicos de interesse do Município de Cuiabá em Brasília-DF, competindo-lhe prestar auxílio nos projetos e convênios que o Município vier a firmar com a União, bem como contemplar mecanismos facilitadores de projetos que visem o progresso do Município;

II- desempenhar outras atividades correlatas.

Capítulo VI DA ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA

Seção I DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAF

Art. 10. Compete à Coordenadoria Administrativa:
I- coordenar, controlar, planejar e organizar as atividades relativas aos recursos humanos, contratos, convênios, bem como a execução financeira dos planos, programas e projetos da Secretaria;

II- administrar o sistema contábil e de controle patrimonial da Secretaria;
III- dirigir e controlar as atividades técnico-administrativas e orçamentárias;

dentro do prazo legal;

IV- elaborar a proposta orçamentária para exercício seguinte;
V- preparar as demonstrações contábeis e providenciar sua publicação

solicitado, no que diz respeito ao exercício de sua competência;
VI- prestar auxílio ao Auditor-chefe e Tribunal de Contas, quando Auditoria, procedendo ao seu controle e acompanhamento;

VII- elaborar e submeter à aprovação do Auditor-chefe o Plano Anual de Orçamento Anual e no Plano Plurianual do órgão, avaliando a conformidade de sua execução.

VIII- acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas no Orçamento Anual e no Plano Plurianual do órgão, avaliando a conformidade de sua execução.

IX- preparar cadastro funcional dos servidores, mantendo sob seu controle os arquivos de registro de pessoal;

X- preparar a folha de pagamento e recolher as contribuições fiscais;
XI- controlar, manter e abastecer o almoxarifado da Secretaria;

XII- fiscalizar e controlar a execução dos serviços de limpeza e manutenção;

XIII- coletar, registrar, classificar atos oficiais, documentos e publicações de interesse específico da área administrativa da Secretaria; e

XIV- executar outras atribuições necessárias ao atendimento da legislação municipal.

Seção II DO ASSISTENTE

Art. 11. Ao Assistente de Gabinete compete, especialmente:
I- assistir ao titular da Pasta, proporcionando-lhe apoio indispensável ao cumprimento dos seus objetivos, preparando o expediente necessário aos despachos e auxiliando-o na execução de atividades que dependam de apoio pessoal;
II- desempenhar outras atividades correlatas.

Capítulo VII DA EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

Seção I DA DIRETORIA DE JORNALISMO

Art. 12. Compete à Diretoria de Jornalismo:
I- a condução das atividades relacionadas à Assessoria de Imprensa do Município de Cuiabá;

II- planejar e propor políticas públicas inerentes às unidades específicas;

III- elaborar planos de ação voltados para sua respectiva área de atuação;

IV- apresentar relatórios das ações desenvolvidas, todas as vezes que for solicitado pelo Secretário;

V- coordenar a execução de políticas públicas inerentes às competências no âmbito das respectivas unidades e assistir o Secretário e Secretário Adjunto de Comunicação nos assuntos de sua área de atuação;

VI- conferir todos os atos da Secretaria, além de auxiliar o Secretário da Pasta;

VII- preparar estudos especiais;

VIII- preparar relatórios, análises, pareceres e conferências;

IX- realizar as atividades adicionais que, a critério do titular da Pasta, requeiram a colaboração dentro de sua área específica;

X- executar outras atividades inerentes ao cargo.

Seção II DA DIRETORIA DE PUBLICIDADE E MARKETING

Art. 13. Compete à Diretoria de Publicidade e Marketing:

I- a condução das atividades relacionadas aos Assessores de Marketing;

II- coordenar serviços de publicidade, propaganda e marketing;



publicidade e marketing;
III- planejar e executar estratégias de comunicação e ações de
IV- propor o desenvolvimento de novos produtos e serviços;
V- elaborar e/ou solicitar e aprovar campanhas publicitárias;
VI- propor ações e projetos para gerir a imagem institucional e fortalecer
a marca do Município de Cuiabá;
VII- analisar propostas de mídia e editoração de publicações internas e
externas;
VIII- coordenar campanhas publicitárias e educativas sobre temas de
importância social;
IX- coordenar, assessorar e supervisionar os trabalhos prestados pelas
agências de publicidade do Município de Cuiabá;
X- atender as demandas de comunicação e marketing de todas as
secretarias do Município de Cuiabá;
XI- dirigir e supervisionar a execução das atividades de publicidade e
marketing;

Seção III DA DIRETORIA DE ATOS E DECRETOS

Art. 14. Compete à Diretoria de Atos e Decretos:
I- assistir a chefia imediata em assuntos de sua área de atuação e
submeter os atos administrativos e regulamentares para sua apreciação;
II- elaborar a correspondência oficial e os atos administrativos do titular
da Pasta;
III- encaminhar e fazer publicar, através do órgão competente, atos
oficiais carentes dessa providência;
IV- coordenar o recebimento e distribuição dos expedientes,
encaminhados ao gabinete do titular da pasta e ao Prefeito Municipal;
V- acompanhar a gestão do processo legislativo, no âmbito do Poder
Executivo, de forma articulada com os demais órgãos municipais e com a Procuradoria-Geral do
Município;
VI- receber, encaminhar e providenciar as respostas, de acordo com as
orientações das secretarias e órgãos públicos municipais, dentro dos prazos estabelecidos pela Lei
Orgânica do Município, dos pedidos de informações, dos requerimentos e indicações
encaminhados pelo Poder Legislativo Municipal;
VII- executar as ações necessárias, conforme orientação da Secretaria
Municipal de Gestão, para admissão de pessoal e exercício de cargo em comissão e função de
confiança dos servidores da administração pública direta e indireta do Município de Cuiabá;
VIII- executar as ações necessárias, conforme orientação da Secretaria
Municipal de Gestão, de cessão de servidor público da Administração Pública Direta e Indireta do
Município de Cuiabá aos Órgãos e Entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e
Municípios e de servidores públicos à disposição do Município de Cuiabá;
IX- registrar dados das atividades desenvolvidas e elaborar relatórios
periódicos;
X- prestar informações solicitadas por outros órgãos em assuntos
relacionados à legislação e documentos oficiais;
XI- enviar as informações que devam ser prestadas à Câmara Municipal,
após instruídas pelos órgãos de competência;
XII- proceder aos registros pertinentes das leis sancionadas e/ou
promulgadas, bem como dos Decretos Municipais;
XIII- examinar expedientes submetidos à consideração do titular da
Pasta, solicitando as diligências necessárias à sua perfeita instrução;
XIV- executar tarefas afins por determinação superior.

Seção IV DA DIRETORIA DE CERIMONIAL

Art. 15. Compete à Diretoria de Cerimonial o agendamento e a
caracterização dos eventos oficiais do Poder Executivo Municipal, além de realizar contatos,
convites, recepção a visitantes oficiais e coordenação da Ordem do Dia, sob a coordenação direta
do Secretário Municipal de Governo e Comunicação e/ou Secretário Adjunto de Comunicação.

Seção V DA COORDENADORIA DE NÚCLEO DE APOIO AO PREFEITO

Art. 16. Cabe à Coordenadoria de Núcleo de Apoio ao Prefeito:
I - apoiar a gestão das Secretarias, buscando eficiência nas ações
estratégicas, resolutividade nos processos, bem como monitoramento e cumprimento de metas
estratégicas estabelecidas;
II- trabalhar de forma articulada com as Secretarias Municipais e demais
Órgãos;

III- executar tarefas afins por determinação superior.

Seção VI DA COORDENADORIA DE NÚCLEO DE APOIO INSTITUCIONAL

Art. 17. Cabe à Coordenadoria de Núcleo de Apoio Institucional:
I - planejar e efetivar, após análise da chefia imediata, trabalhos que
versam sobre a Segurança Orgânica - SEGUR do executivo municipal;
II - questionar e aperfeiçoar ações estratégicas em curso, com vistas
para o melhor desempenho dos trabalhos;
III - orientar e acompanhar o secretário em demandas atinentes a
eventuais notícias de atos delituosos de servidores, ou de particulares contra a Administração
Pública; e
VI - atuação "in continenti" em demandas de emergência e urgência,
conforme conveniência e oportunidade da chefia imediata.

Seção VII DA COORDENADORIA DE NÚCLEO DE APOIO A PRIMEIRA DAMA

Art. 18. Compete à Coordenadoria de Núcleo de Apoio a Primeira
Dama:
I- assistir a Primeira Dama do Município, que atuará por meio da
representatividade política decorrente de sua função honorífica;

II- trabalhar de forma articulada com os secretários municipais;
III- contribuir com o desenvolvimento social, mediante a busca do
engajamento da sociedade civil organizada para a execução de programas multissetoriais que
contemplem ações para o crescimento do Município de Cuiabá, para a melhoria da qualidade de
vida dos municípios e a redução da desigualdade.

Seção VIII DA COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 19. Compete à Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil:
I - coordenar e supervisionar as ações de Defesa Civil;
II - manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à
Defesa Civil;

III - elaborar e implementar planos, programas e projetos de Proteção e
Defesa Civil;
IV- coordenar as campanhas de melhorias para a construção de uma
cidade resiliente, mais humana e capaz de superar os eventos adversos;

V - implantar bancos de dados, elaborar mapas temáticos sobre
ameaças múltiplas, vulnerabilidades, nível de riscos e recursos relacionados com o equipamento
do território, disponíveis para o apoio às operações;

VI - criar e operacionalizar o Centro de Capacitação de Proteção e
Defesa Civil de Cuiabá;

VII - assegurar a profissionalização e a qualificação, em caráter
permanente, de recursos humanos para as ações de Proteção e Defesa Civil através dos cursos
de Formação de Agente de Proteção e Defesa Civil - CFA e de Formação de Gestores de Proteção
e Defesa Civil - CFG;

VIII - instituir e operacionalizar o Centro de Gerenciamento de
Desastres - CGD, promover a consolidação e a interligação das informações de riscos e desastres
no âmbito do SIMPDEC, manter o Sistema Nacional e Estadual informados sobre as ocorrências
de desastres em atividades de Defesa Civil e a articulação com órgãos de monitorização, alerta e
alarme com o objetivo de aperfeiçoar a previsão de desastres elencados na Codificação Brasileira
de Desastres - COBRAD;

IX - propor ao Prefeito Municipal a decretação de Situação de
Emergência e de Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pelo
Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC e demais legislações correspondentes;

X - articular a distribuição e o controle dos suprimentos necessários ao
abastecimento em situações de desastres;

XI - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por
desastres e preencher os formulários estabelecidos pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa
Civil - SINPDEC com base nas informações prestadas pelos Órgãos integrantes do Sistema
Municipal de Proteção e Defesa Civil;

XII - articular-se com o Corpo de Bombeiros e a Superintendência
Estadual de Proteção e Defesa Civil do Estado de Mato Grosso;

XIII - participar ativamente da Câmara Temática de Segurança da
Região Metropolitana de Cuiabá;

XIV - incentivar a implantação de Núcleos Comunitários de Proteção e
Defesa Civil e a participação no Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;

XV - coordenar e capacitar os radioamadores integrantes no município
da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores - RENER;

XVI - coordenar o Sistema de Informações sobre Desastres de Cuiabá -
SINDESC;

XVII - elaborar e operacionalizar os Planos de Contingência do
Departamento de Defesa Civil;

XVIII - instituir e operacionalizar a Rede Municipal de Alerta de
Desastres.

Capítulo VIII DA COMPETÊNCIA DA JUNTA MILITAR

Seção I Da Assistência à Junta Militar

Art. 20. A Junta Militar é órgão vinculado diretamente às Forças
Armadas sob a responsabilidade direta do Gabinete do Prefeito e compete o alistamento militar,
controle e distribuição dos certificados de alistamento militar dos jovens do Município de Cuiabá.

Capítulo IX DA COMPETÊNCIA DA SECRETARIA DE GABINETE DO SECRETÁRIO

Art. 21. Compete à Secretaria de Gabinete o seguinte:
I- elaborar, receber, registrar e encaminhar os expedientes e processos
destinados ao titular da Pasta;

II- marcar e controlar audiências de pessoas com o Secretário;

III- atender aos telefonemas de forma cortês;

IV- receber e informar pessoas que procuram a Secretaria;

V- organizar a agenda do Secretário; e

VI- realizar outras atividades que lhe foram atribuídas.

VII- TÍTULO II DOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO

Art. 22. Aos servidores, cujas atribuições não foram especificadas neste
Regimento, além de caber cumprir as ordens, determinações, instruções e formular sugestões que
contribuam para o aperfeiçoamento do trabalho, cumpre-lhes, também, observar as prescrições
legais e regulamentares, executando com zelo e eficiência as tarefas que lhes sejam confiadas, e
especialmente:

I - executar diariamente as atribuições inerentes ao seu cargo;



II – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;

III – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos;

IV – ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político, opção sexual e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;

V – ter respeito à hierarquia;

VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema;

VII – comunicar imediatamente à seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis;

VIII – manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;

IX – participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum;

X – apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função;

XI – manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e as legislações pertinentes ao órgão onde exerce suas funções;

XII – cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo, emprego ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem;

XIII – facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito;

XIV – atender os requisitos de segurança para acesso aos sistemas informatizados municipais;

XV – não ausentar-se injustificadamente de seu local de trabalho;

XVI – realizar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e aqueles atribuídos pela chefia imediata;

XVII – observar sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar;

XVIII – zelar pela boa aplicação dos bens confiados à sua guarda; e

XIX – observar os prazos legais para a análise dos processos administrativos, atendimentos às requisições e pedidos de informações.

Art. 23. Os servidores de provimento efetivo lotados na Secretaria Municipal de Governo e Comunicação são designados pelo Secretário para atuarem nas Unidades da Secretaria.

Art. 24. As unidades da Secretaria de Governo e Comunicação funcionarão perfeitamente articuladas entre si em regime de colaboração mútua.

Art. 25. Nas férias e afastamentos legais, os servidores lotados na Secretaria Municipal de Governo e Comunicação deverão:

I – ao sair, entregar relatório para o colega que o substituirá, com cópia para a chefia imediata, dos assuntos pendentes para atendimento; e

II – no término dos afastamentos do colega substituído, o servidor deverá entregar relatório dos assuntos resolvidos e pendências existentes, com cópia para a chefia imediata.

Art. 26. Além das proibições legais decorrentes do exercício de cargo público, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Governo e Comunicação é vedado especialmente:

I – empregar, em qualquer expediente oficial, expressão ou termos desrespeitosos;

II – valer-se da qualidade de servidor para obter vantagens; e

III – manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções, salvo quando autorizado pelo Secretário Municipal.

Art. 27. Os servidores lotados na Secretaria Municipal de Governo e Comunicação estão sujeitos ao cumprimento da carga horária semanal prevista para cada cargo, registrado em sistema de ponto.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Para cumprimento das competências explicitadas neste Regimento Interno, a Secretaria Municipal de Governo e Comunicação articular-se-á com os demais órgãos da Administração Municipal.

Art. 29. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Secretário e quando se fizer necessário, pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 30. Integram ao presente Regimento Interno o Anexo Único – Quadro de Cargos Comissionados.

Art. 31. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

ANEXO ÚNICO QUADRO DE CARGOS COMISSONADOS SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO

CARGO	SIMBOLOGIA	VAGAS
Secretário	DAS-1	1
Secretário Adjunto	DGA-1	4

Diretor	DAS-2	5
Coordenador	DAS-4	1
Assessor Técnico	DAS-3	25
Assessor	DAS-4	14
Assistente I	DAS-5	10
Coordenador de Núcleo	DGA-3	3
Chefe de Gabinete	DGA-1	1
Assessor Estratégico	DGA-3	5
Assessor Executivo	DAS-2	3

DECRETO Nº 5.996 DE 19 DE ABRIL DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO AOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ.

O Prefeito Municipal de Cuiabá-MT, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A :

Art. 1º Em conformidade com o art. 6º, da Lei nº 6.017 de 22 de dezembro de 2.015, ficam abertos em favor do(s) Órgão(s) abaixo relacionados, da Prefeitura Municipal de Cuiabá créditos suplementares por superávit financeiro até o valor de R\$ 3.609.149,75 (três milhões e seiscentos e nove mil e cento e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos), conforme programa de trabalho constante do anexo I.

Tipo: 160

PROCESSO FIPLAN Nº	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR SUPLEMENTADO
218	12101 Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo	3.461.896,81
219	12602 Fundo Municipal de Desenvolvimento do Desporto Municipal	147.252,94
TOTAL		3.609.149,75

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 19 de abril de 2016.

MAURO MENDES FERREIRA
Prefeito Municipal

GUILHERME FREDERICO DE MOURA MULLER
Secretário Municipal de Planejamento

NEXO I

ANEXO I	CRÉDITO ADICIONAL	DOTAÇÃO A SUPLEMENTAR
---------	-------------------	-----------------------

PROCESSO : 218						UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 12101 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo					
PROGRAMA DE TRABALHO						RECURSOS DE TODAS AS FONTES					
FU	SUB	PRO	PAOE	REG	ESPECIFICAÇÃO	E	NATUREZA	FTE	IC	TRO	VALOR
27	812	012	2027	9900	Desenvolvimento de Atividades do Desporto e do Lazer - Cuiabá	F	31900400	361	OD	NO	2.275.120,83
						F	31901300	361	OD	NO	777.840,00
						F	33903900	361	OD	NO	282.327,25
						F	44905200	361	OD	NO	87.940,93
						F	44909200	361	OD	NO	38.667,80
PROCESSO : 219						UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 12602 - Fundo Municipal de Desenvolvimento do Desporto Municipal					
PROGRAMA DE TRABALHO						RECURSOS DE TODAS AS FONTES					
FU	SUB	PRO	PAOE	REG	ESPECIFICAÇÃO	E	NATUREZA	FTE	IC	TRO	VALOR
27	812	012	2062	9900	Manutenção	F	33903900	640	OD	NO	147.252,94

				das Ações do Fundo de Desenvolvimento do Desporto Municipal - Cuiabá						
TOTAL GERAL:										3609149,75

PROCESSO FIPLAN Nº	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR SUPLEMENTAD O
178	2710 1 Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	343.006,40
181	1560 1 Fundo Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos	22.000,00
204	3210 1 Secretaria Municipal de Ordem Pública	20.776,00
214	1210 1 Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo	88.366,80
215	2360 1 Fundo Municipal de Habitação	25.887,91
220	1210 1 Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo	1.056.524,09
TOTAL		1.556.561,20

ANEXO I	CRÉDITO ADICIONAL	DOTAÇÃO A SUPLEMENTAR
---------	-------------------	-----------------------

PROCESSO : 178					UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 27101 - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos						
PROGRAMA DE TRABALHO					RECURSOS DE TODAS AS FONTES						
F U	SUB	PRO	PAOE	REG	ESPECIFICAÇÃO	E	NATUREZA	FT E	IC	TRO	VALOR
15	122	014	2004	9900	Remuneração de Pessoal e Encargos Sociais Cuiabá	F	33904900	100	OD	NO	343.006,40
PROCESSO : 181					UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 15601 - Fundo Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos						
PROGRAMA DE TRABALHO					RECURSOS DE TODAS AS FONTES						
F U	SUB	PRO	PAOE	REG	ESPECIFICAÇÃO	E	NATUREZA	FT E	IC	TRO	VALOR
04	122	014	2005	9900	Ações de Informática Cuiabá	F	44905200	103	OD	NO	22.000,00
PROCESSO : 204					UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 32101 - Secretaria Municipal de Ordem Pública						
PROGRAMA DE TRABALHO					RECURSOS DE TODAS AS FONTES						
F	SUB	PRO	PAOE	REG	ESPECIFICAÇÃO	E	NATUREZA	FT	IC	TRO	VALOR

[illegible]

ANEXO II	DOTAÇÃO A ANULAR
----------	------------------

PROCESSO : 178					UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 27101 - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos						
PROGRAMA DE TRABALHO					RECURSOS DE TODAS AS FONTES						
FU	SUB	PRO	PAOE	REG	ESPECIFICAÇÃO	E	NATUREZA	FTE	IC	TRO	VALOR
15	122	014	2004	9900	Remuneração de Pessoal e Encargos Sociais - Cuiabá	F	31909400	100	OD	NO	343.006,40
TOTAL GERAL:										343.006,40	
PROCESSO : 181					UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 15601 - Fundo Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos						
PROGRAMA DE TRABALHO					RECURSOS DE TODAS AS FONTES						
FU	SUB	PRO	PAOE	REG	ESPECIFICAÇÃO	E	NATUREZA	FTE	IC	TRO	VALOR
04	122	014	2005	9900	Ações de Informática Cuiabá	F	33903900	103	OD	NO	22.000,00
TOTAL GERAL:										22.000,00	
PROCESSO : 204					UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 32101 - Secretaria Municipal de Ordem Pública						
PROGRAMA DE TRABALHO					RECURSOS DE TODAS AS FONTES						
FU	SUB	PRO	PAOE	REG	ESPECIFICAÇÃO	E	NATUREZA	FTE	IC	TRO	VALOR
06	122	014	2005	9900	Ações de Informática Cuiabá	F	33903900	100	OD	NO	20.776,00
TOTAL GERAL:										20.776,00	
PROCESSO : 214					UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 12101 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo						
PROGRAMA DE TRABALHO					RECURSOS DE TODAS AS FONTES						
FU	SUB	PRO	PAOE	REG	ESPECIFICAÇÃO	E	NATUREZA	FTE	IC	TRO	VALOR
27	812	012	2027	9900	Desenvolvimento de Atividades do Desporto e do Lazer - Cuiabá	F	33903900	100	OD	NO	88.366,80

TOTAL GERAL:											88.366,80
PROCESSO : 215					UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 23601 - Fundo Municipal de Habitação						
PROGRAMA DE TRABALHO					RECURSOS DE TODAS AS FONTES						
FU	SUB	PRO	PAOE	REG	ESPECIFICAÇÃO	E	NATUREZA	FTE	IC	TRO	VALOR
16	482	027	1018	9900	Construção e de Melhorias das Unidades Habitacionais Cuiabá	F	33903900	663	OD	NO	25.887,91
TOTAL GERAL:											25.887,91
PROCESSO : 220					UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 12101 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo						
PROGRAMA DE TRABALHO					RECURSOS DE TODAS AS FONTES						
FU	SUB	PRO	PAOE	REG	ESPECIFICAÇÃO	E	NATUREZA	FTE	IC	TRO	VALOR
27	812	012	2168	9900	Reforma e Manutenção das Unidades Esportivas recreativas Cuiabá	F	44905100	100	OD	NO	1.056.524,09
TOTAL GERAL:											1.056.524,09

II – Assessoramento Superior:
a) Unidade de Assessoria:

1. Assessor.

III – Gerência Superior:

a) Gabinete do Secretário Adjunto de Apoio à Segurança Pública;
b) Gabinete do Secretário Adjunto de Fiscalização;
c) Gabinete do Secretário Adjunto de Proteção e Defesa do Consumidor.

IV – Administração Sistêmica:

a) Diretoria Administrativa e Financeira:
1. Coordenadoria de Patrimônio e Logística;
2. Coordenadoria de TI e Comunicação;
2.1 Gerência Administrativa;
b) Assistente I;
c) Assistente II.

V – Execução Programática:

a) Diretoria de Segurança Pública;
b) Diretoria de Fiscalização;
1. Gerência Sistêmica de Fiscalização I;
2. Gerência Operacional de Fiscalização II;
c) Gerência de Prevenção e Apoio Operacional;
d) Gerência de Planejamento;
e) Gerência de Proteção Institucional.

Art. 2º O Regimento Interno da Secretaria deverá ser elaborado no prazo de 60 (sessenta) dias, onde serão regulamentadas as competências específicas das Assessorias, Diretorias, Coordenadorias, Gerências e demais setores da sua estrutura organizacional.

Parágrafo Único. A publicação do Regimento Interno dar-se-á por meio de Decreto, após a análise da Procuradoria Geral do Município de Cuiabá.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, Cuiabá, 20 de abril de 2016.

Mauro Mendes Ferreira
Prefeito Municipal

EDUARDO HENRIQUE DE SOUZA
Secretário Municipal de Ordem Pública

DECRETO Nº 5.998 DE 19 DE ABRIL DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO AOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ.

O Prefeito Municipal de Cuiabá-MT, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A :

Art. 1º Em conformidade com o art. 6º, da Lei nº 6.017 de 22 de dezembro de 2015, ficam abertos em favor do(s) Órgão(s) abaixo relacionados, da Prefeitura Municipal de Cuiabá créditos suplementares por excesso de arrecadação até o valor de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), conforme programa de trabalho constante do anexo I.

Tipo: 150

PROCESSO FIPLAN Nº	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR SUPLEMENTADO
212	16601 Fundo Único Municipal de Saúde	2.400.000,00
TOTAL		2.400.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 19 de abril de 2016.

MAURO MENDES FERREIRA
Prefeito Municipal

GUILHERME FREDERICO DE MOURA MULLER
Secretário Municipal de Planejamento

DECRETO Nº 6.000 DE 20 DE ABRIL DE 2016

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, NÍVEIS HIERÁRQUICOS, ORGÂNICOS E FUNCIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 41, incisos VI, XXII e XXXV, alínea a, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 359, de 05 de dezembro de 2014,

CONSIDERANDO o advento da Lei Complementar nº 408, de 31 de março de 2016;

DECRETA:

Art. 1º A Estrutura Organizacional e os níveis hierárquicos, orgânicos e funcionais da Secretaria Municipal de Ordem Pública são os seguintes:

I – Direção Superior:
a) Gabinete do Secretário.

PORTARIAS

PORTARIA SMTRADE Nº. 002/2016

Alex Jony Silva, Secretário Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico – SMTRADE, no uso de suas atribuições legais, torna público o teor desta portaria para os devidos efeitos, em consonância com as normativas legais, em especial os princípios da Publicidade e Transparência que norteia a administração pública.

CONSIDERANDO o crescente número de reclamações dos munícipes a respeito de algumas atividades comerciais inconcebíveis e da qualidade dos serviços prestados porém praticadas internamente ao Mercado Varejista do Porto, centro de nossa Capital;

CONSIDERANDO a política de reurbanização e adequação dos espaços públicos desenvolvidos pela Prefeitura de Cuiabá, que busca devolver ao município a vitalidade e serventia dos bens e patrimônio nos moldes para os quais foram projetados;

RESOLVE:

Art. 1º – Os permissionários ocupantes de espaços públicos dentro do Mercado Varejista do Porto devem responder ao levantamento realizado pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico, através de seus fiscais em parceria com a Ordem Pública, sobre atividades desenvolvidas e apresentar as licenças ou os respectivos alvarás de funcionamento dos estabelecimentos, certidões de débitos fiscais emitido pela Prefeitura de Cuiabá, documentos pessoais assim como o comprovante de quitação da taxa de manutenção conforme decreto que regulamenta o Mercado Varejista do Porto.

Art. 2º – A não apresentação dos documentos solicitados dentro do prazo enseja a suspensão imediata das atividades desenvolvidas. O prazo para apresentação das justificativas junto a Secretaria responsável pela autuação será de 15 dias posterior a autuação.

Art. 3º – O horário de funcionamento das atividades internas do Mercado Varejista do Porto deve ser encerrado as 20h00min, com o fechamento dos portões de acesso.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMpra-SE.
Cuiabá, 15 de abril de 2016.

Alex Jony Silva
Secretário Municipal de Trabalho e desenvolvimento Econômico - SMTRADE.



PORTARIA Nº 229/2016/GS/SME

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por delegação de competência das disposições contidas no art. 2º do Decreto nº 5.741 de 02 de abril de 2.015;

RESOLVE:

INDEFERIR Licença Prêmio dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, conforme previsto nos artigos 57 e 58 da Lei nº 4.594/2004 e artigos 50 a 51 da Lei nº 220/2010 – Lei Orgânica dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação.

-**Processo nº 19.617/2016-1 – CARLA EJANEA PEREIRA DA SILVA, TDI**, matrícula nº 4023674, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9777/SME**.

-**Processo nº 12.690/2016-1 – ELISABETE ALVES GUIMARÃES, PROFESSORA**, matrícula nº 2968784, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2006/2011, conforme **Despacho nº 9751/SME**.

-**Processo nº 11.837/2016-1 – GISELY RODRIGUES DAS NEVES SILVA GOMES, PROFESSORA**, matrícula nº 2964961, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2005/2010, conforme **Despacho nº 9744/SME**.

-**Processo nº 14.874/2016-1 – JANETE APARECIDA PASTORE, TDI**, matrícula nº 2974355, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2003/2008, conforme **Despacho nº 9778/SME**.

-**Processo nº 15.538/2016-1 – JUCILENE RIBEIRO RAMOS, TNE**, matrícula nº 2968899, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9747/SME**.

-**Processo nº 18.974/2014-1 – MARIA APARECIDA DE MEDEIROS, TDI**, matrícula nº 2964510, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2000/2005, conforme **Despacho nº 9725/SME**.

-**Processo nº 11.320/2016-1 – MIRIAN PEREIRA, PROFESSORA**, matrícula nº 4022041, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9748/SME**.

-**Processo nº 15.453/2016-1 – ROSILENE DA SILVA SANTOS, PROFESSORA**, matrícula nº 2577967, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9749/SME**.

-**Processo nº 24.607/2016-1 – ROSIRIS ARENA ROSSI, PROFESSORA**, matrícula nº 2968697, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9750/SME**.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMpra-SE

Cuiabá – MT, 04 de abril de 2016.

Profª. Marioneide Angelica Kliemaschewsk
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 230/2016/GS/SME

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por delegação de competência das disposições contidas no art. 2º do Decreto nº 5.741 de 02 de abril de 2.015;

RESOLVE:

DEFERIR Licença Prêmio dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, conforme previsto nos termos dos artigos 57 e 58 da Lei nº 4.594/2004 e artigos 50 e 51 da Lei nº 220/2010 – Lei Orgânica dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação.

-**Processo nº 19.754/2016-1 – ANGELY APARECIDA DE ARRUDA, PROFESSORA**, matrícula nº 2576835, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9752/SME**.

-**Processo nº 14.917/2016-1 – ACENIL SILVA PRADO ROSA, PROFESSORA**, matrícula nº 2575851, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9753/SME**.

-**Processo nº 13.566/2016-1 – CELESTINA MARQUES DA SILVA E SILVA, PROFESSORA**, matrícula nº 2575513, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9754/SME**.

-**Processo nº 12.949/2016-1 – GISELE SOCORRO DE LIMA, TAE**, matrícula nº 2968736, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9769/SME**.

-**Processo nº 11.798/2016-1 – GISELY RODRIGUES DAS NEVES SILVA GOMES, PROFESSORA**, matrícula nº 2964961, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2010/2015, conforme **Despacho nº 9755/SME**.

-**Processo nº 10.735/2016-1 – IVO JESUS DA SILVA, TAE**, matrícula nº 2571587, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2004/2009, conforme **Despacho nº 9745/SME**.

-**Processo nº 12.736/2016-1 – IVO JESUS DA SILVA, TAE**, matrícula nº 2571587, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 1999/2004, conforme **Despacho nº 9746/SME**.

-**Processo nº 10.733/2016-1 – IVO JESUS DA SILVA, TAE**, matrícula nº 2571587, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2009/2014, conforme **Despacho nº 9768/SME**.

-**Processo nº 15.764/2016-1 – JOSELINA ADILES DE SOUZA, TMIE**, matrícula nº 4022910, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9756/SME**.

-**Processo nº 13.561/2016-1 – JOSIMAIRI FRANCIS HERCULANO RODRIGUES, PROFESSORA**, matrícula nº 4022051, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9757/SME**.

-**Processo nº 15.532/2016-1 – JUMARA PAULA DE ALMEIDA, TMIE**, matrícula nº 2968970, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9758/SME**.

-**Processo nº 18.130/2016-1 – MARCELLO ALEXANDRE DE DEUS NEVES CAPELÃO, TAE**, matrícula nº 4021316, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9770/SME**.

-**Processo nº 11.800/2016-1 – MARCUS VINICIUS DE SIQUEIRA, TAE**, matrícula nº 2968729, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9759/SME**.

-**Processo nº 12.937/2016-1 – MARIA NEVES DO CARMO, PROFESSORA**, matrícula nº 4022025, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9772/SME**.

-**Processo nº 12.942/2016-1 – MARILIA GABRIELA DALSICO MONTEIRO, PROFESSORA**, matrícula nº 4023372, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9761/SME**.

-**Processo nº 12.168/2016-1 – MARLY TEODORA DE ALMEIDA SOUZA, PROFESSORA**, matrícula nº 2968818, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9771/SME**.

-**Processo nº 17.284/2016-1 – MILANA GOMES FERRAZ, PROFESSORA**, matrícula nº 2575503, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9760/SME**.

-**Processo nº 11.085/2016-1 – RONICLEIA ALVES DE OLIVEIRA CAVALCANTE, TNE**, matrícula nº 2968914, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9773/SME**.

-**Processo nº 17.186/2016-1 – ROSANA CRISTINA ANZELHOTE, PROFESSORA**, matrícula nº 4021964, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9764/SME**.

-**Processo nº 15.560/2016-1 – ROSANE FRANÇA CORRÊA, PROFESSORA**, matrícula nº 4022010, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9763/SME**.

-**Processo nº 14.957/2016-1 – ROSANGELA DE OLIVEIRA FLORIANO, PROFESSORA**, matrícula nº 2575724, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9765/SME**.

-**Processo nº 16.199/2016-1 – ROSENIL PEREIRA SOUZA, TNE**, matrícula nº 4022970, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9766/SME**.

-**Processo nº 15.468/2016-1 – ROSILENE DA SILVA SANTOS, PROFESSORA**, matrícula nº 2577967, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2006/2011, conforme **Despacho nº 9762/SME**.

-**Processo nº 11.792/2016-1 – RITA DE CASSIA JERÔNIMO, PROFESSORA**, matrícula nº 2968701, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9774/SME**.

-**Processo nº 11.834/2016-1 – WELLINGTON AMARAL E SILVA, PROFESSOR**, matrícula nº 4022470, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9775/SME**.

-**Processo nº 14.399/2016-1 – ZORAIDE SANTOS QUEIROZ, TMIE**, matrícula nº 4022768, 03 (três) meses, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme **Despacho nº 9767/SME**.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMpra-SE

Cuiabá – MT, 04 de abril de 2016.

Profª. Marioneide Angelica Kliemaschewsk
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 231/2016/GS/SME

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por delegação de competência das disposições contidas no art. 2º do Decreto nº 5.741 de 02 de abril de 2.015;

RESOLVE:



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 34

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

DEFERIR Licença Prêmio dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, conforme previsto nos termos dos artigos 50 e 51 da Lei nº 220/2010 - Lei Orgânica dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação.

-**Processo nº 13.627/2016-1 – ANA LUCIA SILVA DOS SANTOS, PROFESSORA**, matrícula nº 2575867, 03 (três) meses, referente ao quinquênio **2011/2016**, conforme **Despacho nº 9780/SME**.

-**Processo nº 15.015/2016-1 – DALVA PEREIRA DE ABREU OLIVEIRA, PROFESSORA**, matrícula nº 2575777, 03 (três) meses, referente ao quinquênio **2011/2016**, conforme **Despacho nº 9782/SME**.

-**Processo nº 15.000/2016-1 – EUNICE CHAGAS BARBOSA, TMIE**, matrícula nº 2967712, 03 (três) meses, referente ao quinquênio **2010/2015**, conforme **Despacho nº 9783/SME**.

-**Processo nº 14.791/2016-1 – GLAUCIA FERNANDES DAS NEVES, TMIE**, matrícula nº 4023098, 03 (três) meses, referente ao quinquênio **2011/2016**, conforme **Despacho nº 9784/SME**.

-**Processo nº 15.007/2016-1 – GERCELINA FERREIRA PEDROSO DE CAMPOS, PROFESSORA**, matrícula nº 2575460, 03 (três) meses, referente ao quinquênio **2011/2016**, conforme **Despacho nº 9785/SME**.

-**Processo nº 17.150/2016-1 – ILENI PINTO DE ARRUDA, TNE**, matrícula nº 2968919, 03 (três) meses, referente ao quinquênio **2011/2016**, conforme **Despacho nº 9786/SME**.

-**Processo nº 17.147/2016-1 – LUZIA REGINA DA SILVA, TNE**, matrícula nº 2968911, 03 (três) meses, referente ao quinquênio **2011/2016**, conforme **Despacho nº 9787/SME**.

-**Processo nº 13.785/2016-1 – MAILDE PENA DA SILVA CORREA, TNE**, matrícula nº 2968891, 03 (três) meses, referente ao quinquênio **2011/2016**, conforme **Despacho nº 9788/SME**.

-**Processo nº 15.371/2016-1 – RENATA CARVALHO DA SILVA FERNANDES, PROFESSORA**, matrícula nº 2965389, 03 (três) meses, referente ao quinquênio **2010/2015**, conforme **Despacho nº 9789/SME**.

-**Processo nº 13.655/2016-1 – TANIA APARECIDA DE OLIVEIRA FONTES, PROFESSORA**, matrícula nº 4022767, 03 (três) meses, referente ao quinquênio **2011/2016**, conforme **Despacho nº 9790/SME**.

-**Processo nº 17.196/2016-1 – WALDECI FERREIRA DE SOUZA, PROFESSORA**, matrícula nº 2575706, 03 (três) meses, referente ao quinquênio **2011/2016**, conforme **Despacho nº 9791/SME**.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMpra-SE

Cuiabá – MT, 04 de abril de 2016.

Profª. Marioneide Angelica Kliemaschewsk
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 232 /2016/GS/SME

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando as disposições contidas na Lei Complementar nº 225 de 29/12/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar o disposto na Portaria, abaixo transcrita, da servidora relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em razão do interstício de 3 anos entre uma elevação e outra, conforme Lei Municipal nº 220 de 22 de dezembro de 2010, dispõe em seu artigo 13.

PORTARIA Nº 446/2015/GS/SME

Processo nº 0.019.198/2014-1 - DEFERIR pedido de **Elevação de Nível da Servidora MARIA BENEDITA PEDROSO**, Técnica em Multimeios Didáticos, matrícula nº 2062630, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do nível **TMD3 SUPERIOR para o Nível TMD4 SUPERIOR + ESPECIALIZAÇÃO**. Conforme Parecer nº 0146/2015/ASSEJUR/SME, a partir do dia 13/08/2014.

Onde se Lê: (...) "**a partir de 13/08/2014**"
(...); Leia-se: (...) "**a partir de 10/05/2015**".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua assinatura, revogando-se as disposições contrárias.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMpra – SE

Cuiabá, 11 de abril de 2016.

Profª Marioneide Angélica Kliemaschewsk
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 241 /2016/GS/SME

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando as disposições contidas na Lei Complementar nº 225 de 29/12/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar o disposto na Portaria, abaixo transcrita, do servidor relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação:

- **PORTARIA Nº SMGE 050/2014 – EN Processo nº 0.036.359/2014-1 - DEFERIR** pedido de **Elevação de Nível da Servidora MARLENE INEZ DE SOUZA CORREA**, Técnica em Multimeios Didáticos, matrícula nº **29642097**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do nível **TMD II para o nível TMD III** nos termos do art. 4º, 12 e 13 da Lei Complementar Municipal nº 220 de 22 de dezembro de 2010.

Onde se Lê: (...) "**MATRÍCULA Nº 29642097**"
(...); Leia-se: (...) "**MATRÍCULA Nº 2964209**".

- **PORTARIA Nº SMGE 076/2014 – EN Processo nº 0.057.011/2014-1 - DEFERIR** pedido de **Elevação de Nível da Servidora MARIA ROSANGELA COSTA SILVA**, Técnica em Desenvolvimento Infantil, matrícula nº 2964397, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do nível **TDI II (Lei 4.594/04)** para o nível **TDI II** nos termos do art. 4º, 12 e 13 da Lei Complementar Municipal nº 220 de 22 de dezembro de 2010.

Onde se Lê: (...) "**MATRÍCULA Nº 2964397**"
(...); Leia-se: (...) "**MATRÍCULA Nº 2976300**".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua assinatura, revogando-se as disposições contrárias.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMpra - SE
Cuiabá, 13 de abril de 2016.

Profª Marioneide Angélica Kliemaschewsk
Secretária Municipal de Educação, em exercício

PORTARIA Nº 243 /2016/GS/SME

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando as disposições contidas na Lei Complementar nº 225 de 29/12/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar o disposto na Portaria, abaixo transcrita, da servidora relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação:

PORTARIA Nº 655/2015/GS/SME

Processo nº 0.011.958/2015-1 - INDEFERIR pedido de **Elevação de Nível da Servidora ALESSANDRA PINTO DE SOUZA**, Técnica em Desenvolvimento Infantil, matrícula nº 4027677, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do nível **TDI MÉDIO PARA TDI SUPERIOR**. Conforme Parecer nº 0700/2015/ASSEJUR/SME.

Onde se Lê: (...) "**INDEFERIR**"
(...); Leia-se: (...) "**DEFERIR**"; a partir de 26 de Outubro de 2015.

Onde se Lê: (...) "**TDI MÉDIO**"
(...); Leia-se: (...) "**TDI MÉDIO + PROFISSIONALIZANTE**".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua assinatura, revogando-se as disposições contrárias.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMpra - SE
Cuiabá, 13 de abril de 2016.

Profª Marioneide Angélica Kliemaschewsk
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 244 /2016/GS/SME

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por delegação de competência das disposições contidas no art. 2º do Decreto nº 5.741 de 02 de abril de 2.015;

RESOLVE:

Retificar o disposto na **Portaria SMGE Nº 356/2014 - EN**, publicada em **06/11/2014**, pg **24** do **Diário Oficial de Contas – Tribunal de Contas de Mato Grosso**, que deferiu a elevação de nível da servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do artigo 72, da Lei nº 220/2010- Lei Complementar da Secretaria Municipal de Educação.

Processo 926893-7 - DEFERIR o pedido de **ELEVAÇÃO DE NÍVEL** da servidora **LAUDELINA ROSA ARRUDA DE PINHO**, Técnico em Manutenção e Infraestrutura Escolar, matrícula nº **2975235**, do nível **TMIE Médio para TMIE Médio + Profissionalizante**, nos

termos da Lei Complementar Municipal nº 220 de 22 de Dezembro de 2010, a partir da data da publicação da portaria.

Onde se lê (...): TMIE MÉDIO para TMIE Médio + Profissionalizante
Leia-se (...): TMIE 1 para TMIE Médio + Profissionalizante

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE,

Cuiabá – MT, 13 de abril de 2016.

Profª Marioneide Angélica Kliemaschewsk
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 246 /2016/GS/SME

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por delegação de competência, conforme PORTARIA SME Nº 5.741/2015 de 02 de abril de 2015.

RESOLVE:

DEFERIR O AFASTAMENTO SEM ÔNUS do servidor abaixo relacionado conforme previsto no artigo 56 da Lei Complementar nº 220/2010 da Secretaria Municipal de Educação.

PROCESSO Nº 0.032.494/2016-1 DEFERIR o pedido de Afastamento sem ônus para tratar de interesse particular, por 02 (dois) anos da Servidora **ROSANGELA FERNADES DO CARMO LEIRIA**, matrícula nº 2974951, lotado na Secretaria Municipal de Educação, **sem ônus para esta municipalidade, com efeitos a partir de 29/03/2016.**

Cuiabá – MT, 13 de abril de 2016.

Profª Marioneide Angélica Kliemaschewsk
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 248 /2015/GS/SME

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por delegação de competência, conforme PORTARIA SME Nº 5.741/2015 de 02 de abril de 2015.

RESOLVE:

DEFERIR O AFASTAMENTO SEM ÔNUS dos servidores abaixo relacionados conforme previsto no artigo 56 da Lei Complementar nº 220/2010 da Secretaria Municipal de Educação.

PROCESSO Nº 0.021.572/2016-1 DEFERIR o pedido de Afastamento sem ônus para tratar de interesse particular, por 02 (dois) anos do Servidor **GILMAR ALVES CORREA**, matrícula nº 2558232 lotado na Secretaria Municipal de Educação, **sem ônus para esta municipalidade, com efeitos a partir de 01/02/2016.**

PROCESSO Nº 0.019.525/2016-1 DEFERIR o pedido de Afastamento sem ônus para tratar de interesse particular, por 02 (dois) anos da Servidora **JOSIANE SILVA DOS SANTOS**, matrícula nº 4027731, lotado na Secretaria Municipal de Educação, **sem ônus para esta municipalidade, com efeitos a partir de 01/03/2016.**

PROCESSO Nº 0.015.528/2016-1 DEFERIR o pedido de Afastamento sem ônus para tratar de interesse particular, por 02 (dois) anos da Servidora **ELIZABETH SILVA MAIA**, matrícula nº 4022742, lotado na Secretaria Municipal de Educação, **sem ônus para esta municipalidade, com efeitos a partir de 10/02/2016.**

PROCESSO Nº 0.015.533/2016-1 DEFERIR o pedido de Afastamento sem ônus para tratar de interesse particular, por 02 (dois) anos do Servidor **RAFAEL DE ARRUDA FALCAO NETO**, matrícula nº 2975230, lotado na Secretaria Municipal de Educação, **sem ônus para esta municipalidade, com efeitos a partir de 19/02/2016.**

Cuiabá – MT, 13 de abril de 2016.

Profª Marioneide Angélica Kliemaschewsk
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 253 /2016/GS/SME

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por delegação de competência das disposições contidas no art. 2º do Decreto nº 5.741 de 02 de abril de 2.015;

RESOLVE:

FAZER RETORNAR as suas atividades normais na Secretaria Municipal de Educação.

PROCESSO Nº 0.016.197/2016-1 o servidor **IRACI TOLENTINA DA SILVA**, TDI, matrícula nº. 2974369, lotado na Secretaria de Educação, que se encontrava afastado sem ônus, faz retornar as atividades a partir de **23/02/2016.**

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA - SE

Cuiabá, 13 de abril de 2016.

Profª Marioneide Angélica Kliemaschewsk
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 247 /2016/GS/SME

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por delegação de competência das disposições contidas no art. 2º do Decreto nº 5.741 de 02 de abril de 2.015;

RESOLVE:

Retificar o disposto na Portaria Nº 629/2015/GS/SME, publicada em 15/12/2015, pg. 59 do Diário Oficial de Contas – Tribunal de Contas de Mato Grosso, que deferiu a elevação de nível do servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do artigo 72, da Lei nº 220/2010- Lei Complementar da Secretaria Municipal de Educação.

Processo Nº 0.061.393/2015-1 - DEFERIR o pedido de ELEVAÇÃO DE NÍVEL do servidor **AURELINO JOSE PINHEIRO DA SILVA**, Técnico em Manutenção e Infraestrutura Escolar, matrícula nº 2968335, do nível **TMIE Médio para TMIE Médio + Profissionalizante**, conforme Parecer Nº 0463/2015/ASSEJUR/SME, a partir de 17/06/2015.

Onde se lê (...): TMIE MÉDIO para TMIE Médio + Profissionalizante
Leia-se (...): TMIE 1 para TMIE Médio + Profissionalizante

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE,

Cuiabá – MT, 13 de abril de 2016.

Profª Marioneide Angélica Kliemaschewsk
Secretária Municipal de Educação

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 074/2016 - Originário do Pregão Eletrônico/Registro de Preços nº 082/2014 e Processo Administrativo nº 44.841/2014. **CONTRATANTE:** Município de Cuiabá, através da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado por seu Secretário, Senhor Ary Soares de Souza Júnior. **CONTRATADA:** MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.942.611/0001-47, neste ato representado pelo Senhor Valdir Dias de Moura. **OBJETO:** Aquisição de Materiais Permanentes (Mobiliários, eletroeletrônicos, eletrodomésticos), para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, nas unidades de saúde de Atenção Básica – PSF; Atenção Secundária: Policlínicas e UPAs; Diretoria de Vigilância em Saúde, Hospitais Pronto Socorro Municipal, Hospital São Benedito e demais Unidades pertencente à rede Municipal de Saúde. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 16601; Programação/Ação: 038; Projeto Atividade: 1238, 1239 e 1240; Natureza da Despesa: 44905; Fonte: 110 e 113. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 23.537,44 (vinte e três mil, quinhentos e trinta e sete reais e quarenta e quatro centavos). **AMPARO LEGAL:** Fundamentado na Lei nº. 10.520/2002, L.C. 123/2006, LCM. 192/2009, DM nº. 5.011/2011 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 246/2016 - Originário da Concorrência Pública nº 026/2015 e Processo Administrativo nº 71.613/2015. **CONTRATANTE:** Município de Cuiabá, através da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado por seu Secretário, Senhor Ary Soares de Souza Júnior. **CONTRATADA:** GECON GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.482.408/0001-63, neste ato representado pelo Senhor Carlos Victor Pettele. **OBJETO:** Contratação para execução de obras e serviços de engenharia para construção da unidade de pronto atendimento leste/ UPA Leste - Jd. Leblon, conforme projeto arquitetônico, complementares, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais anexos e proposta/portaria nº. 342/GM/MS. **VIGÊNCIA:** 18 (dezoito) meses a partir da assinatura. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Gestora: 16601; Programa: 038; Projeto Atividade: 1239; Elemento de Despesa: 449051; Fonte: 102. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 4.587.451,93 (quatro milhões e quinhentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e um reais e noventa e três centavos). **AMPARO LEGAL:** Fundamentado na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar Municipal N.º 192, de 05 de outubro de 2009.

CONTRATO DE ADESÃO Nº 242/2016 – Originário do Processo Administrativo nº 036.633/2016, Pregão Presencial/Registro de Preços nº 13/2015/Prefeitura Municipal de Cáceres-MT e Ata de Registro de Preços nº 09/2015. **CONTRATANTE:** Município de Cuiabá, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, neste ato representado por seu Secretário, Senhor Alberto Machado. **CONTRATADA:** INFORTOUCH AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº. 11.729.180/0001-63, representada neste ato pelo Senhor Rodrigo Pietro. **OBJETO:** Contratação de empresa em prestação de serviços em locação de estrutura geral, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 12101; Projeto Atividade: 2127; Elemento de Despesa: 33.90.39; Fonte: 100. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 219.165,00 (duzentos e dezenove mil e cento e sessenta e cinco reais). **AMPARO LEGAL:** Fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal nº. 192 de 05 de outubro de 2009, dos Decretos Municipais nºs 5.011 de 21 de fevereiro de 2011 e 5.456, de 24 de fevereiro de 2014 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 36

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2016 - Processo Administrativo nº 016.495/2016. **OBJETO:** Locação de um imóvel situado à Avenida 02, Lote 05, Bairro Osmar Cabral, nesta capital, de propriedade do Sr. Valdemiro Linhares, para atender as instalações do CRAS Imperial, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano SMASDH, nos termos e condições contidas neste contrato. **LOCATÁRIO:** Município de Cuiabá, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano, representada por seu Secretário, Senhor José Rodrigues Rocha Junior. **LOCADOR:** Valdemiro Linhares, portador do RG nº 15221415 SSP/MT e CPF nº 038.027.251-23. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 16.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Decorrente da realização da Dispensa De Licitação Nº 004/2016, de acordo com fundamento no Inciso X do Art. 24, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações; e fundamentada nas obrigações legais constituídas com base na Lei nº 8.245/91, notadamente nos Artigos 22 e 23. **RATIFICA:** Mauro Mendes Ferreira – Prefeito Municipal de Cuiabá. Cuiabá-MT, 21 de março de 2016.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2015 - Processo Administrativo nº 130.222/2015. **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços bancários. **CONTRATANTE:** Município de Cuiabá, representada pelo Prefeito de Cuiabá, Senhor Mauro Mendes Ferreira e pelo Secretário Municipal de Fazenda, Senhor Pascoal Santullo Neto. **CONTRATADA:** BANCO DO BRASIL S/A., inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 00.000.000/0001-91. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 41.401.220,58 (quarenta e um milhões e quatrocentos e um mil e duzentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos), sendo R\$ 3.401.220,58 (três milhões, quatrocentos e um mil, duzentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos) de saldo remanescente do Contrato 4985/2011, já desembolsado, mais até R\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais). **VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) meses, contados a partir da assinatura. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** A prestação de serviços consubstanciada no presente instrumento foi objeto de Dispensa de Licitação, de acordo com o disposto no art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93, conforme Processo Administrativo nº. MVP 0130222/2015-1. Cuiabá/MT, 28 de dezembro de 2015.

Resolução nº 007/2016/COMDERP

Dispõe sobre Certificado de Cadastro e Registro – CCR

O Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo e Presidente do Conselho Municipal de Desporto e Recreação Pública-COMDERP, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Artigo 11, inciso VI, da Lei nº 3.778 de 03 de Novembro de 1998, alterada pela Lei nº 4.872 de 08/05/2006 e pela Lei nº 5.045 de 28/12/2008, de acordo com a deliberação do Plenário do COMDERP em 14 de abril de 2016, Resolve:

Normalizar a expedição do CERTIFICADO DE CADASTRO E REGISTRO-CCR, de Pessoa Física e Jurídica, junto ao Conselho Municipal de Desporto e Recreação Pública – COMDERP.

Art. 1º - As Entidades Municipais de Administração e Prática do Desporto que desejarem integrar-se no Sistema Municipal de Desporto, conforme, Art. 10, incisos de I a V, §§ 1º e 2º da Lei nº 3.778 de 03 de Novembro de 1998, alterada pela Lei nº 4.872 de 08/05/2006 e pela Lei nº 5.045 de 28/12/2008, combinado com o Art. 1º, alínea "A" da Lei nº 3.927 de 23 de Dezembro de 1.999, deverão solicitar mediante REQUERIMENTO, o CERTIFICADO DE CADASTRO E REGISTRO – CCR, conforme o estabelecido nesta resolução.

Capítulo I

Do Certificado Pessoa Jurídica

Art. 2º - O requerimento de concessão ou renovação do Certificado de Cadastro e Registro – CCR, elaborado em formulário próprio fornecido pelo Conselho Municipal de Desporto e Recreação Pública-COMDERP, deverá ser instruído para obtenção do certificado, na forma do "caput" do Art. 1º, deverão os interessados anexar ao requerimento os seguintes documentos:

- Ofício de solicitação de registro de requerimento, indicando, para fins de cadastro, e qual manifestação esportiva a entidade postulante atua (Esporte de Rendimento, Esporte Participativo ou Esporte Educacional), em duas vias;
- Cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado em Cartório;
- Cópia autenticada da Ata de Eleição e Posse da atual diretoria devidamente registrada em Cartório;
- Balanco Patrimonial e Financeiro do último exercício devidamente assinado por Contador habilitado e registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- Relação dos Membros da atual Diretoria com respectivos cargos e cópias dos documentos pessoais (RG – CPF – Comprovante de Residência);
- Endereço da sede social, bem como dos membros que compõem a atual Diretoria;
- Certidão no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (www.receita.fazenda.gov.br);
- Certidão Negativa de Débito Municipal (Procuradoria Geral do Município);
- Certidão Negativa de Débito Junto ao INSS (www.previdencia.gov.br);
- Certidão Negativa do FGTS (www.fgts.gov.br);
- Certidão Negativa da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);
- Relação das entidades de prática do desporto, que lhes são filiadas, no caso de entidade de administração municipal do desporto;
- Cronograma de atividades relacionadas ao esporte do ano em curso, constando participação ou desenvolvimento de atividades, assinado pelo responsável técnico do CREF;
- Relatório de participação das atividades esportivas desenvolvidas nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;
- Cópia das certidões dos atos constitutivos e alterações posteriores devidamente registrados ou averbados no cartório competente.

Art. 3º - As Entidades Municipais de Administração de Desporto em seus estatutos deverão estar em conformidade com o disposto no Artigo 17º, § único e Artigo 18º da Lei nº 3.778 de 03 de Novembro de 1998, alterada pela Lei nº 4.872 de 08/05/2006 e pela Lei nº 5.045 de 28/12/2008 obrigatoriamente regulamentar, no mínimo:

- Instituição da Comissão Disciplinar, nos termos da Lei.

II – Inelegibilidade de seus dirigentes para o desempenho de cargos e funções eletivas ou de livre nomeação de:

- Condenados por crime doloso em sentença definitiva;
- Inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;
- Inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;
- Afastados de cargos eletivos ou de confiança de entidade desportiva ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária;
- Inadimplentes das contribuições
- Falidos.

Parágrafo Único – A ocorrência de quaisquer das situações previstas neste artigo, ao longo do mandato, importa na perda automática do cargo ou função de direção.

Art. 4º - As prestações de contas anuais, de todas as entidades de administração integrantes do Sistema Municipal, serão obrigatoriamente submetidas, com parecer do Conselho Fiscal, às respectivas Assembleias Gerais para a aprovação final.

Art. 5º - As pessoas físicas, que desejarem integrar-se no Sistema Municipal de Desporto, conforme Art. 10, incisos de I a V, §§ 1º e 2º, em consonância com o disposto no Art. 6º em seu inciso V "apoio a projetos de pesquisa, documentação e informação" e inciso VII "fomento ao desporto de rendimento" da Lei Nº 3.778, de 03 de Novembro de 1998, alterada pela Lei nº 5.045 de 28/12/2008, deverão solicitar mediante **REQUERIMENTO, o CERTIFICADO DE CADASTRO E REGISTRO CCR.**

Capítulo II

Do Certificado Pessoa Física

Art. 6º - Para obtenção do Certificado, na forma do "caput" do Art. 5º, deverão os interessados anexar ao requerimento a seguinte documentação:

- Cópia da cédula de Identidade;
- Cópia do CPF;
- Comprovante de Residência;
- Certidão Negativa Cível e Criminal;
- Certidão Negativa Débitos Municipais;
- Certidão Negativa de Protestos de Títulos;
- Certidão Negativa de Justiça Federal;
- Certidão Negativa da Receita Federal;

Parágrafo 1º - Em se tratando de Atleta, além das documentações constantes no caput deste artigo letras "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g" e "h", deverão apresentar ainda:

- Certidão de Filiação na Entidade de Administração e/ou Prática Municipal do Desporto;

II) Comprovante de participação em eventos oficiais constando seu ranking de colocação, fornecido pelas Entidades de Administração Prática do Desporto e/ou Associações que desenvolvem práticas desportivas não-formais ou fomentam o desporto e lazer em nível Municipal, Regional (Estadual) e/ou Nacional;

III) Comprovante de Cadastro junto ao (COMDERP), da entidade a qual esteja filiada.

Parágrafo 2º - Em se tratando de atleta menor de 21 anos, tal solicitação deverá ser feita através das entidades de Administração e/ou Prática do Desporto;

Parágrafo 3º - Os documentos deverão ser originais ou fotocópias autenticadas.

Art. 7º - O Conselho Municipal de Desporto e Recreação Pública COMDERP, terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data de entrada do requerimento, para análise, avaliação, aprovação pela plenária do COMDERP, em suas reuniões ordinárias, e se necessário, em sessões extraordinárias, expedir parecer final e deliberar a emissão do Certificado de Cadastro e Registro - CCR.

§ Único – O Certificado de Cadastro e Registro – CCR terá a validade de 01(um) ano a contar da data de sua expedição, e sua renovação deverá ser solicitada a pelo menos 30(trinta) 60(sessenta) dias antes da data de vencimento, podendo, posteriormente, novamente ser requerida a qualquer tempo.

Capítulo III

Das Penalidades

Art. 8º - A entidade que não requerer a renovação do seu Certificado de Cadastro e Registro – CCR e, até que o obtenha, ficará impedida de continuar as atividades que exigem o CCR.

Capítulo IV

Das Disposições Gerais

Art. 8º - Deverá constar obrigatoriamente em todo e qualquer material de apresentação e divulgação do projeto, em qualquer tempo, de forma clara, de fácil percepção o apoio institucional da Prefeitura Municipal de Cuiabá, Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, bem como a logomarca do Conselho Municipal de Desporto e Recreação Pública – COMDERP.

Art. 9º - O proponente terá 30 (trinta) dias de prazo, após o encerramento da atividade incentivada, para prestar contas da utilização dos recursos em consonância com o projeto desportivo e Plano de Aplicação apresentado.

Parágrafo Único – O não cumprimento do previsto no "caput" deste artigo inabilitará o empreendedor a se beneficiar do egrégio conselho.

Art. 10º - O formulário de requerimento da concessão ou renovação do Certificado de Cadastro e Registro – CCR, fornecido pelo Conselho Municipal de Desporto e Recreação Pública-COMDERP, integram o anexo I e II desta Resolução.

Art. 11º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as resoluções anteriores.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Cuiabá/MT, 19 de abril de 2016.

Alberto Machado
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.
Presidente do Conselho Municipal de Desporto e Recreação Pública

Assinatura

ANEXO I

JURÍDICA CADASTRO MUNICIPAL DE ENTIDADE ESPORTIVA – PESSOA

Nº _____/2016	
Órgão/Entidade:	
Endereço:	
Bairro:	Complemento:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Responsável:	
RG:	CPF:
Cargo:	Telefone:
Home Page:	
E-mail:	
Parecer: COMDERP/SMCET	
() APROVADO	() NÃO APROVADO

As informações contidas neste formulário são expressão da verdade. Venho, portanto requerer **REGISTRO e/ou RENOVAÇÃO** no Conselho Municipal de Desporto e Recreação Pública-COMDERP, com base no Artigo. 10, seus incisos e §§ da Lei nº 3.778/98, alterada pela Lei nº 4.872/06 e pela Lei nº 5.045/07 e Artigos 24, 25, 26, 27 28, 29 e 30 do Regimento Interno do COMDERP, declarando estarem de acordo com os demais atos emanados pela Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Nestes termos, peço deferimento.
Cuiabá-MT, ____/____/2016

Assinatura

ANEXO II

FÍSICA CADASTRO MUNICIPAL DE ENTIDADE ESPORTIVA – PESSOA

Nº _____/2016	
Proponente:	
RG:	CPF:
Endereço:	
E-mail:	
Bairro:	Complemento:
Cidade:	UF:
CEP:	Telefone:
Entidade Cadastrada:	
Endereço:	
Bairro:	Complemento:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Responsável:	
RG:	CPF:
Cargo:	Telefone:
Home Page:	
E-mail:	
Parecer: COMDERP/SMCET	
() APROVADO	() NÃO APROVADO

As informações contidas neste formulário são expressão da verdade. Venho, portanto requerer **REGISTRO e/ou RENOVAÇÃO** no Conselho Municipal de Desporto e Recreação Pública-COMDERP, com base no Artigo. 10, seus incisos e §§ da Lei nº 3.778/98, alterada pela Lei nº 4.872/06 e pela Lei nº 5.045/07 e Artigos 24, 25, 26, 27 28, 29 e 30 do Regimento Interno do COMDERP, declarando estarem de acordo com os demais atos emanados pela Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Nestes termos, peço deferimento.
Cuiabá-MT, ____/____/2016

EXTRATO DO CONTRATO DE ADESÃO Nº 192/2016 - Originário do Processo Administrativo nº 027.883/2016, Pregão Eletrônico/Registro de Preços nº. 083/2014/SMS e Ata de Registro de Preços nº 014/2015/SMS. **CONTRATANTE:** Município de Cuiabá, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano, neste ato representado por seu Secretário, Senhor José Rodrigues Rocha Junior. **CONTRATADA:** ITÁLIA CAFÉS ESPECIAIS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF nº. 17.389.608/0001-52, representada neste ato por seu representante legal, Senhor Marcelo Correa. **OBJETO:** Aquisição de extintores de incêndio e materiais acessórios, em atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 09601; Projeto Atividade: 2081, 2076 e 2412; Elemento de Despesa: 33.90.30; Fonte: 107. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 10.001,03 (dez mil e um reais e três centavos). **AMPARO LEGAL:** Decorre da realização do Pregão Eletrônico/Registro de Preços nº 083/2014/SMS, realizado com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal nº. 192 de 05 de outubro de 2009, dos Decretos Municipais nºs 5.011 de 21 de fevereiro de 2011 e 5.456, de 24 de fevereiro de 2014 e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

EXTRATO DO CONTRATO DE ADESÃO Nº 235/2016 – Originário do Pregão Eletrônico/Registro de Preços nº 062/2015/SME, Processo Administrativo nº 036.843/2016 e Ata de Registro de Preços nº 002/2016/SME. **CONTRATANTE:** Município de Cuiabá, através da Secretaria Municipal de Gestão, neste ato representado por sua Secretária, Senhora Ana Paula Garcia Villaza Lourenço. **CONTRATADA:** METHA SUPERMERCADO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF nº.08.206.985/0001-18, neste ato representado por seu representante legal Senhor Hélio Santos Borba. **OBJETO:** Aquisição de gênero alimentício e produto estocável, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Gestão/Cuiabá-Prev. **VIGÊNCIA:** Celebrado com vigência até 31/12/2016, contados a partir da data de sua assinatura. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidades Orçamentárias: 06101 e 06602; Projeto Atividade: 2003; Elemento de Despesa: 33.90.30; Fontes: 100 e 241. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 9.250,00 (nove mil e duzentos e cinquenta reais). **AMPARO LEGAL:** decorre da realização do Pregão Eletrônico/Registro de Preços nº 062/2015/SME, realizado com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal 192 de 05 de outubro de 2009, dos Decretos Municipais nºs 5.011 de 21 de fevereiro de 2011 e 5.456, de 24 de fevereiro de 2014 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Resolução nº 008/2016/COMDERP

Estabelece normas e procedimentos administrativos de requerimento de Termo de Concessão Financeira junto ao FUNDEDEM, e da outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO E RECREAÇÃO PÚBLICA-COMDERP, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 11, inciso VI da Lei nº 3.778/98, alterada pela Lei nº 4.872/2006 e pela Lei nº 5.045/2007 e o Artigo 5º, § 2º do Decreto nº 5.376 de 19 de Setembro de 2013, Artigo 4º item VI do Regimento Interno e de acordo com a deliberação do Plenário do COMDERP em 14 de abril de 2016,

RESOLVE:

Artigo 1º - As Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas devidamente Cadastradas e Registradas no COMDERP deverão encaminhar os projetos a serem protocolados no COMDERP/CUIABÁ no período de **14/04/16 a 29/04/16**, no horário das 08h às 17h, devidamente preenchido, assinado pelo responsável técnico, acompanhado de requerimento.

Art. 2º - Os Projetos apresentados deverão seguir os seguintes critérios e procedimentos:

I - Os projetos deverão ser executados no ANO EM CURSO, com no máximo 10 meses de prazo de execução;

II - As Pessoas Jurídicas de administração e de prática desportiva deverão anexar o seu Calendário Oficial de Eventos a serem realizados ou aqueles que irão participar no ano em curso.

III- Os Projetos protocolados no COMDERP serão analisados pela Comissão de Avaliação de Projetos constituída através de Portaria, que emitirá parecer técnico no período de **10/05/16 a 25/05/16** e apresentará, para deliberação final da Plenária do COMDERP no dia **14/06/2016**.

IV - Após a conclusão do processo de avaliação e aprovação da Plenária do COMDERP, o resultado será transcrito em Resolução, até **20/06/2016** e publicados no Diário Oficial do TCE..

Parágrafo Único – Serão aprovados projetos, sendo que os mesmo poderão ser readequados conforme recurso financeiro disponível no FUNDEDEM.

V – Poderão ser investidos no máximo 50% do valor do projeto na aquisição de equipamentos e componentes relacionados ao desenvolvimento e aprimoramento do desporto municipal; ficando vetada a aquisição de material permanente.

Artigo 3º - Somente poderão ser concedidos com recursos do FUNDEDEM mediante protocolo nos prazos definidos nesta Resolução.

Artigo 4º - Os Projetos deverão ser analisados e aprovados pelo Conselho Municipal de Desporto e Recreação Pública, conforme prevê o § 2º do Artigo 5º do Decreto nº 5.376 de 19/09/2013;

Artigo 5º - Diante da necessidade de se analisar os processos de Termo de Concessão, solicitando recursos do FUNDEDEM os mesmos deverão ser aportados no COMDERP ao mínimo de **45 (quarenta e cinco) dias de antecedência para início do(s) evento(s)** a que se destina financiar sob pena de indeferimento do pedido.

§ 1º - Excepcionalmente o COMDERP poderá reduzir o prazo que se trata neste Artigo, mediante justificativa da entidade e ou de pessoa física;



§ 2º - O Projeto e ou Evento que por motivo de força maior não se realizar na data ou período previsto, poderá ser reprogramado desde que o COMDERP seja oficialmente informado com a devida justificativa até 30(trinta) dias de antecedência.

Artigo 6º - Os eventos constantes do calendário de Confederações Brasileiras, Federações Mato-grossenses, da Secretaria Municipal de Esportes, Cidadania e Juventude, das Ligas ou Departamentos que porventura sofrerem alterações de datas e locais e que necessitem obtenção de recursos junto ao FUNDEDEM deverão ser protocolados no COMDERP até 15(quinze) dias de antecedência do início do evento.

§ 1º - Excepcionalmente o COMDERP poderá reduzir o prazo, mediante justificativa do requerente e se entendido como relevante interesse desportivo de rendimento ou educacional.

§ 2º - O recurso solicitado para realização de projeto e ou eventos com chancela de Federações, Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, Ligas ou Departamentos deverão obrigatoriamente ter a DECLARAÇÃO da entidade maior, se foi ou não repassado recursos financeiros ou outra forma de auxílio para sua realização.

§ 3º - A (o) interessada (o) deverá apresentar a destinação dos recursos financeiros captados via FUNDEDEM e os recursos obtidos de patrocínios anexando a relação dos seus patrocinadores e a destinação dos mesmos.

Artigo 7º - Quando a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo/FUNDEDEM, conceder a totalidade do valor solicitado para a realização ou participação do evento, neste valor estará obrigatoriamente incluso, todas as despesas, inclusive taxa de inscrição de equipes e ou atletas, sendo vedada neste caso, a cobrança de ingresso ao público.

Artigo 8º - As Entidades pertencentes ao Sistema Municipal de Desporto que solicitar recursos da SMCET/FUNDEDEM deverão além do plano de aplicação, apresentar em anexo no processo, uma planilha detalhada dos gastos a serem realizados, inclusive com o patrocínio recebido de outras fontes.

§ Único - O COMDERP poderá vetar itens do Plano de Aplicação.

Artigo 9º - O COMDERP não autorizará **Termos de Concessão** oriundos de Federações, podendo essas entidades obterem convênios através das suas Confederações ou de Fundos Estaduais do Desporto.

Artigo 10º - Os projetos e ou eventos esportivos incentivados pelo FUNDEDEM deverão constar em sua mídia de divulgação e no local de desenvolvimento do projeto e ou do evento, que o mesmo está recebendo recursos da Prefeitura Municipal de Cuiabá, inclusive com a veiculação da Logomarca da Prefeitura de Cuiabá.

§ Único: Será nomeada Comissão do Conselho Municipal de Desporto e Recreação Pública para acompanhamento técnico dos projetos contemplados da execução do Plano de Trabalho, mediante solicitação de informações, reuniões, visitas de verificações ou outras formas de avaliação.

Artigo 11º - O valor máximo para cada concessão será de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo que cada proponente poderá requerer até 02(dois) Termos de Concessão por ano, sendo um em cada semestre.

§ 1º - Para o proponente requerer a segunda concessão no mesmo ano terá o prazo de 60(sessenta) dias para prestar contas do primeiro, de acordo com o Artigo 24º da Instrução Normativa SCV Nº 002/2012 e mediante a aprovação do COMDERP.

§ 2º - Caso a solicitação de Termo de Concessão ~~convênios~~ seja superior aos recursos disponibilizados no FUNDEDEM, o COMDERP irá priorizar o apoio a programas e projetos de atividades físicas e esportivas inclusivas especialmente os que atendam crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, pessoas com deficiência e a terceira idade.

Artigo 12º - A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, deverão dispor no site da Prefeitura Municipal de Cuiabá (www.cuiaba.mt.gov.br – link SMCET) o andamento do processo administrativo da concessão, desde protocolo inicial até a decisão final da prestação de contas.

§ Único - O COMDERP deverá proceder à supervisão e fiscalização da execução dos projetos fomentados pelo Fundo de Desenvolvimento do Desporto Municipal – FUNDEDEM, sendo, inclusive, o órgão responsável pela análise e aprovação das prestações de contas dos recursos aplicados.

Artigo 13º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as publicadas anteriormente.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Cuiabá/MT, 19 de abril de 2016.

Alberto Machado
Presidente do Conselho Municipal de Desporto e Recreação

Pública

EXTRATO DO CONTRATO DE ADESAO Nº 250/2016 – Originário do Pregão Eletrônico/Registro de Preços nº 01/2015/Procuradoria da República em Mato Grosso, Processo Administrativo nº 039.915/2016 e Ata de Registro de Preços nº 01/2015. **CONTRATANTE:** Município de Cuiabá, através da Secretaria Municipal de Gestão, neste ato representado por sua Secretária, Senhora Ana Paula Garcia Villaza Lourenço. **CONTRATADA:** CENTRO OESTE AUTOMAÇÕES E CONSTRUÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ Nº. 12.125.440/0001-54, neste ato representado pelo Senhor Wagner Aparecido Batista. **OBJETO:** Contratação de empresa para sob demanda prestar serviços de manutenção predial corretiva com

fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no SINAPI, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Gestão. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 06101; Projeto Atividade: 2001; Elemento de Despesa: 33.90.39; Fonte: 100. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 104.200,00 (cento e quatro mil e duzentos reais). **AMPARO LEGAL:** Decorre da realização do Pregão Eletrônico/Registro de Preços nº: 01/2015/Procuradoria da República em Mato Grosso, realizado com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal 192 de 05 de outubro de 2009, dos Decretos Municipais nºs 5.011 de 21 de fevereiro de 2011 e 5.456, de 24 de fevereiro de 2014 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO

001/2016

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº

A prefeitura Municipal de Curvelândia – MT, através da Comissão de Licitação, nomeado pela portaria nº 001/2016, torna público para os interessados o resultado da Tomada de Preços 001/2016, cujo objeto é contratação de Empresa para Prestação de Serviços na Reforma da Escola Municipal Jair Lebre de Miranda do Município de Curvelândia – MT, cujo certame teve como vencedora a empresa: RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU SANTOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ Nº 10.958.496/0001-64, para o item único, perfazendo o valor de R\$ 68.149,14 (Sessenta e Oito Mil, Cento e Quarenta e Nove Reais e Quatorze Centavos). Curvelândia – MT 20 de Abril de 2016. **CLÁUDIO NASCIMENTO LOPES – Presidente da CPL.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

ATO

DECRETO MUNICIPAL N.º 023/2016

DATA: 20 DE ABRIL DE 2016.

SÚMULA: DETERMINA O LANÇAMENTO DO IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, REFERENTE AO EXERCÍCIO 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o lançamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas, referente ao exercício de 2016.

Art. 2º - O valor do lançamento de que trata o artigo anterior importa em **R\$ 796.949,73 (Setecentos e noventa e seis mil, novecentos e quarenta e nove reais e setenta e três centavos)**, sendo:

a) R\$ 752.968,08 (Setecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e sessenta e oito reais e oito centavos), referente ao IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano;

b) R\$ 43.981,65 (Quarenta e três mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos), referente à Taxa de Coleta de Lixo;

Parágrafo Único - Os valores de que tratam este artigo, estão sujeitos a alterações por eventuais correções de lançamento.

Art. 3º - Para eventuais alterações que se fizerem necessárias em relação ao cadastro do imóvel ou valores deverá o contribuinte solicitar junto ao Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal, as devidas retificações até o dia 06 de Maio de 2016, sendo que após esta data não haverá possibilidade de alterações nos referidos carnês.

Art. 4º - A falsidade ou omissão nas informações fornecidas para a inscrição dos dados cadastrais do imóvel acarretará, ao contribuinte, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do imposto, calculado com base nos dados corretos do imóvel, conforme o que estabelece o art. 196, II, da Lei Complementar nº 002/2006 - Código Tributário Municipal.

Art. 5º - Para o pagamento em cota única até o dia **15 de Junho de 2016** terá o contribuinte desconto de 15% (quinze por cento) sobre o valor do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano.

Art. 6º - Para o pagamento parcelado, fixam-se as seguintes datas de vencimento:

- a) 1ª (primeira) parcela, vencimento em **15 de Junho de 2016;**
- b) 2ª (segunda) parcela, vencimento em **15 de Julho de 2016;**
- c) 3ª (terceira) parcela, vencimento em **15 de Agosto de 2016.**

Art. 7º - Quando o vencimento da parcela, a ser paga, ocorrer em dia que não haja expediente, na instituição recebedora, o prazo para o pagamento da mesma passa a ser o primeiro dia útil, subsequente ao do seu vencimento.

Art. 8º - Ficam notificados do lançamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas do Município de Feliz Natal, relativo ao exercício de 2016 todos os



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 N° 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 39

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

municípios contribuintes, conforme relação de contribuintes, a qual é parte integrante deste Decreto, e que se encontra afixada no quadro mural, localizado no átrio da Prefeitura Municipal.

Art. 9º - Os carnês de pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas, estarão sendo remetidos aos contribuintes até dia 30 de Maio de 2016.

Parágrafo Único - O contribuinte que não receber seu carnê até dia 30 de Maio de 2016, deverá solicitar o mesmo junto ao Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de Feliz Natal.

Art. 10º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 20 DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2016.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

LICITAÇÃO

"SRP" N.º 015/2016

ATA ADESÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL

Pela presente, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA - MT, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Av. Rotary Internacional, 944 – Bairro Santa Maria Bertila, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.347.127/0001-70, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. HÉLIO ANTÔNIO FILIPIN GOULART, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da CI/RG nº. 0371703-5 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº. 126.758.060-72, doravante denominado GERENCIADOR, DECLARA, para os devidos fins, que ADERE à Ata de Registro de Preços nº. 004/2016, decorrente do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 005/2016 do Município de ITUIQUIRA/MT, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de retíficas e motores e consertos de bombas e bicos injetores dos veículos máquinas da frota do Município de Guiratinga/MT previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93, a Lei Federal nº. 10.520/2002, o Decreto Federal nº. 3.555/2000 e o Decreto Municipal 08/2012 e demais legislações aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Adere o Registro de preços para provável futura e eventual aquisição de contratação de empresa para prestação de serviços de retífica de motores e consertos de bombas e bicos injetores dos veículos e máquinas frota município, conforme especificações constantes abaixo:

RETIFICA RONDONOPOLIS

CODIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
--------	-----------	-------	----------------	-------------

LOTE 01 -

6131	RETIFICAR VIRABREQUIM	35	192,56	6.739,60
21002	EMBUCHAR COMANDO	35	48,14	1.684,90
21004	ESMERILHAR E MONTAR CABECOTE	35	96,28	3.369,80
21009	MANDRILHAR BUCHAS DO COMANDO	35	96,28	3.669,80
21010	PLAINAR CABECOTE	35	67,40	2.359,00
21016	RETIFICA DE SEDES	35	9,62	336,70
21017	RETIFICA DE VALVULAS	35	9,62	336,70
21018	TESTAR CABECOTE	35	57,76	2.021,60
24356	TROCAR/ADAPTAR SEDES	35	28,88	1.010,80
24361	LIMPEZA QUIMICA COMPLETA	35	48,14	1.684,90
26540	ENCAMISAR BLOCO	35	192,56	6.739,60
26548	RECUPERAR CABECOTE	35	577,68	20.218,80
29846	EMBUCHAR E MANDRILHAR BUCHAS DE BIELA	35	48,14	1.648,90
42306	BRUNIR FURO DE CILINDRO	35	28,88	1.010,80
42307	RETIFICAR BLOCO	35	192,56	6.739,60
42308	MANDRILHAR MANCAIS	35	231,7	8.087,45

42309	RECUPERAR BLOCO	35	481,40	16.849,00
42310	TROCAR VALVULAS	45	9,62	432,90
42311	TROCAR GUIAS	45	9,62	432,90
42312	TROCAR RETENTORES DO MOTOR	35	7,71	269,85
42313	TROCAR SELOS DO MOTOR	35	7,71	269,85
42314	RETIFICAR CAIXA DE BIELA	35	38,59	1.350,65

TOTAL: 87.000,10 (OITENTA E SETE MIL REAIS E DEZ CENTAVOS)

LOTE: 02

42317	RETIFICAR BOMBA E BICOS INJETORES	500	63,33	31.666,65
-------	-----------------------------------	-----	-------	-----------

TOTAL: 31.666,65 (TRINTA UM MIL SEISCENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E SESSENTA CINCO CENTAVOS)

LOTE: 03

6088	TROCAR GUIAS CABECOTE	30	9,66	289,80
7249	PLAINAR CABECOTE	30	144,99	4.349,70
7251	ESMERILHAR E MONTAR CABECOTE	30	96,66	2.899,80
7803	EMBUCHAR E MANDRILHAR BUCHAS DE BIELA	30	48,33	1.449,90
7809	RECUPERAR CABECOTE	30	483,30	14.499,00
7816	DESEMPENHAR VIRABREQUIM	30	193,32	5.799,60
10327	ENCAMIZAR BLOCO	30	193,32	5.799,60
10329	RETIFICAR VIRABREQUIM	30	289,98	8.699,40
10334	TESTAR CABECOTE	30	67,66	2.029,80
10335	LIMPEZA QUIMICA	30	96,66	2.899,80
13893	TROCAR VALVULAS	30	9,66	289,80
20428	EMBUCHAR COMANDO	30	144,99	4.349,70
20429	ENCHER PISTA E TORNEAR	30	96,66	2.899,80
20434	PLAINAR BLOCO	30	193,32	5.799,60
20438	RETIFICA DE SEDES	30	9,66	289,80
20439	RETIFICA DE VALVULAS	30	9,66	289,80
20517	RETIFICAR BIELA	30	48,33	1.449,90
20519	ADAPTAR/TROCAR SEDES	30	48,33	1.449,90
21913	TROCAR RETENTOR DO MOTOR	30	9,66	289,80
30217	MANDRILHAR MANCAIS	30	334,44	10.033,20
39519	RETIFICAR BLOCO	30	239,71	7.191,30
42315	RECUPERAR BLOCO	30	483,30	14.499,00
42316	BRUNIR FURO DO CILINDRO	30	48,33	1.449,90

TOTAL : 98.997,90 (NOVENTA E OITO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E NOVENTA CENTAVOS)

TOTAL: 250.643,40 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL SEISCENTOS E QUARENTA E TRES REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE

2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir legalmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

2.3. Os quantitativos previstos no Termo de Referência – Anexo I – são estimativas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 40

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

Administração o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquiri-lo.

2.4. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Guiratinga-MT.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1. Os produtos, quando solicitados, deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas – Guiratinga/ MT , situada dentro do perímetro urbano do município de Guiratinga.

4.2. O prazo de entrega dos produtos é de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

4.3. Mediante solicitação devidamente motivada e circunstanciada, a fornecedora poderá pedir dilação do prazo de entrega, por no máximo 10 (dez) dias corridos, cabendo a Prefeitura Municipal decidir pela concessão ou não do referido prazo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos e na legislação pertinente.

5.2. As aquisições oriundas deste instrumento serão efetuadas através de Autorização de Fornecimento (A.F), emitida pela Prefeitura Municipal de Guiratinga, contendo o nº. do processo, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o valor, o endereço e o prazo de entrega.

5.3. A Prefeitura Municipal encaminhará a detentora do registro, mediante e-mail ou fac-símile, solicitação dos produtos que pretende adquirir.

5.4. A Prefeitura Municipal poderá, a qualquer tempo, requerer comprovação da prática dos preços apresentados, que poderá ser feita através da cópia de notas fiscais ou outro documento comprobatório dos preços de mercado.

5.5. A detentora do registro poderá fornecer os produtos somente após o crivo e aceitação da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1. A empresa se obrigará, em um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições de fornecimento, acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que fazem parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta Ata e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 02 (dois) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.1. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus

empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.2. A CONTRATADA autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.1. A Prefeitura Municipal de Guiratinga obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega, desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.2. Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, ou por meio de cheque, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento (A.F), com o respectivo comprovante de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei 8.666/93, serão efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal/fatura.

9.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.4. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.5. Por ocasião do pagamento, a contratada deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica (caso seja aplicável), em conformidade com a legislação aplicável ao fornecimento destinado à administração pública, juntamente com Certidão Negativa de Débitos Perante o INSS e Certificado de Regularidade perante o FGTS, em plena validade.

9.6. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Guiratinga.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

- quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e na Ata de Registro de Preços;

- quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

- quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

- em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

- os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

- por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Contas do TCE/MT, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento do objeto.

11.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC

12.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos, taxas, transporte e frete que forem devidos em decorrência das contratações e ou fornecimento do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Guiratinga, por período de até 02 (dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.2. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.3. A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.4. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias corridos, poderá a Prefeitura, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.5. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos será lançado no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicado em casos de reincidências em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento parcial de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura Municipal.

13.6. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela autoridade competente, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA, salvo se constatado e aceito pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIAS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas relativas às aquisições decorrentes desta licitação serão suportadas pela dotação do Município de Guiratinga a seguir transcritas:

02.020 – Secretaria Municipal de Obras Públicas

0077 – 02.020.26.782.4040.2018.3390339000000 – Manter as Estradas

Vic.c/Lev. Linhas Mestres

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O proponente vencedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução da obrigação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Guiratinga - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA em 02 (DUAS) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Guiratinga - MT, 20 de abril de 2016.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART RETIFICA RONDONOPOLIS

CPF: 126.758.060-72 JOSIANE SOUZA DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ:05.753.703/0001-04

CONTRATADA

MARCUS VINÍCIUS SILVA DIAS ROGÉRIO ALVES ARCOVERDE

CPF: 025.345.661-48 CPF: 751.863.307-87

PREGOEIRO ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL “SRP” Nº

012/2016

Pela presente, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA - MT, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Av. Rotary Internacional, n.º 944, Bairro Santa

Maria Bertila, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.347.127/0001-70, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. HÉLIO ANTÔNIO FILIPIN GOULART, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da CI/RG nº. 0371703-5 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº. 126.758.060-72, doravante denominado GERENCIADOR e a empresa MARIVALDO INOCÊNCIO GUIMARÃES ME, inscrito no CNPJ sob nº. 14.807.444/0001-48, vencedora do certame, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM proceder, nos termos do Pregão Presencial n.º 012/2016, ao REGISTRO DE PREÇOS, com seus respectivos valores nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93, a Lei Federal nº. 10.520/2002, o Decreto Federal nº. 3.555/2000 e o Decreto Municipal 08/2012 e demais legislações aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de preços para a contratação de serviços de reparos e manutenção nas pontes da zona rural do município. Devido ao grande volume de chuvas, transporte escolar da zona rural, faz-se necessário a contratação de empresa para reparos/manutenção de pontes de madeira.

1ª Colocada: MARIVALDO INOCÊNCIO GUIMARÃES ME

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE (METRO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
42219	REMOÇÃO DE PEÇAS DE MADEIRA SEM REAPROVEITAMENTO	539,15	R\$ 12,00	R\$ 6.469,80
42220	REPARO EM ESTRUTURA DE PONTE DE MADEIRA	539,15	R\$ 78,00	R\$ 42.053,70
42221	SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DE MADEIRA	539,15	R\$ 50,00	R\$ 26.957,50
42222	SUBSTITUIR PEÇAS METÁLICAS, PREGOS E GRAMPOS	539,15	R\$ 15,00	R\$ 8.087,25
42223	PINTURA DE PROTEÇÃO NAS PEÇAS DE MADEIRA	539,15	R\$ 15,00	R\$ 8.087,25
42224	TRANSPORTE DE MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MAO DE OBRA ATE O CANTEIRO	1.600,00	R\$ 2,00	R\$ 3.200,00
42226	MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS INCLUINDO INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	11	R\$ 445,00	R\$ 4.895,00
	VALOR TOTAL :			R\$ 99.750,50

2ª Colocada: S. A. LIMA CONSTRUÇÕES LTDA-EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE (METRO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
42219	REMOÇÃO DE PEÇAS DE MADEIRA SEM REAPROVEITAMENTO	539,15	R\$ 12,80	R\$ 6.901,12
42220	REPARO EM ESTRUTURA DE PONTE DE MADEIRA	539,15	R\$ 80,00	R\$ 43.132,00
42221	SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DE MADEIRA	539,15	R\$ 50,27	R\$ 26.957,50
42222	SUBSTITUIR PEÇAS METÁLICAS, PREGOS E GRAMPOS	539,15	R\$ 17,50	R\$ 9.435,12
42223	PINTURA DE PROTEÇÃO NAS PEÇAS DE MADEIRA	539,15	R\$ 16,75	R\$ 9.030,76
42224	TRANSPORTE DE MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MAO DE OBRA ATE O CANTEIRO	1.600,00	R\$ 2,08	R\$ 3.744,00
42226	MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS INCLUINDO INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	11	R\$ 450,00	R\$ 4.950,00
	VALOR TOTAL :			R\$ 104.150,50

PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE

2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir legalmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

2.3. Os quantitativos previstos no Termo de Referência – Anexo I – são estimativas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquiri-lo.

2.4. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador.



CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

de Guiratinga-MT

ATENDIMENTO

4.1. Os produtos, quando solicitados, deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Guiratinga – MT, na Secretaria de Obras Públicas ou, caso sejam enviadas por transportadora, serão retiradas pela Prefeitura no estabelecimento da transportadora, desde que esta seja situada dentro do perímetro urbano do município de Guiratinga.

4.2. O prazo de entrega é de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

4.3. Mediante solicitação devidamente motivada e circunstanciada, a fornecedora poderá pedir dilação do prazo de entrega, por no máximo 05 (cinco) dias corridos, cabendo a Prefeitura Municipal decidir pela concessão ou não do referido prazo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos e na legislação pertinente.

5.2. As aquisições oriundas deste instrumento serão efetuadas através de Autorização de Fornecimento (A.F.), emitida pela Prefeitura Municipal de Guiratinga, contendo o nº. do processo, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o valor, o endereço e o prazo de entrega.

5.3. A Prefeitura Municipal, sempre que julgar conveniente e necessário, adotará diligências com o escopo de constatar a conformidade dos preços praticados pela detentora do registro com os preços praticados no mercado, inclusive diligenciado perante as respectivas montadoras/fábricas e demais empresas que atuem no ramo.

5.4. Caso a detentora do registro estiver impossibilitada de cumprir com o fornecimento do objeto (devidamente justificado e aceito pela Administração), as licitantes remanescentes poderão ser chamadas para fornecer os materiais, desde que o preço registrado encontre-se dentro dos praticados no mercado. Caso não seja possível a negociação nestes termos, a Prefeitura Municipal, por meio de orçamentos, buscará o menor valor e fará a aquisição, dando sempre às detentoras do registro, em ordem de classificação, a preferência na contratação.

5.5. A Prefeitura Municipal poderá, a qualquer tempo, requerer comprovação da prática dos preços apresentados, que poderá ser feita através da cópia de notas fiscais ou outro documento comprobatório dos preços de mercado.

5.6. Os produtos terão o prazo de garantia mínimo de 03 (três) meses ou, se for maior, o estabelecido pelo fabricante, somente sendo afastado quando comprovado mau uso.

5.7. A detentora do registro poderá fornecer produtos somente após o crivo e aceitação da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1. A empresa se obrigará, em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições de fornecimento, acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que fazem parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anomalia que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 02 (dois) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.1. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.2. A CONTRATADA autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.1. A Prefeitura Municipal de Guiratinga obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega, desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.2. Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, ou por meio de cheque, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento (A.F.), com o respectivo comprovante de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), nos termos do art. 5º, § 3º da Lei 8.666/93, serão efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal/fatura.

9.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contanto-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.4. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.5. Por ocasião do pagamento, a contratada deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica, em conformidade com a legislação aplicável ao fornecimento destinado à administração pública, juntamente com Certidão Negativa de Débitos Perante o INSS e Certificado de Regularidade perante o FGTS, em plena validade.

9.6. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo à definição do parágrafo único.

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Guiratinga.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

- quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e na Ata de Registro de Preços;

- quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

- quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

- em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

- os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

- por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Contas do TCE/MT, Jornal de Grande Circulação no Estado de Mato Grosso e Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.



11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento do objeto.

11.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos, taxas, transporte e frete que forem devidos em decorrência das contratações e ou fornecimento do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Guiratinga, por período de até 05 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.2. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.3. A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.4. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias corridos, poderá a Prefeitura, a partir do 10º (décimo) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de até 05 (cinco) anos.

13.5. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicado em casos de reincidências em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento parcial de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura Municipal.

13.6. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela autoridade competente, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionarem-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA, salvo se constatado e aceito pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas relativas às aquisições decorrentes desta licitação serão suportadas pela dotação do Município de Guiratinga a seguir transcritas:

02.020 – Secretaria Municipal de Obras Públicas

0075 – 02.020.26.782.4040.2017.339039 – Manter Pontes, Bueiros e

Mata-Burros

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O proponente vencedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução da obrigação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Guiratinga - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Guiratinga - MT, 20 de abril de 2016.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART MARIVALDO INOCÊNCIO

GUIMARÃES ME

CPF: 126.758.060-72 CNPJ: 00.995.371/0001-50
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADA

MARCUS VINÍCIUS SILVA DIAS ROGÉRIO ALVES ARCOVERDE
CPF: 025.345.661-48 CPF: 751.863.307-87
PREGOEIRO ASSESSOR JURÍDICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

PORTARIA

Portaria nº 185, de 01 de abril de 2016.

Dispõe sobre a nomeação da equipe multidisciplinar para realizar atividades de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o inciso IV do art. 4º da Resolução CONSEMA nº

85/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear equipe multidisciplinar composta pelos servidores abaixo relacionados, para realizarem as atividades de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental no âmbito do Município de Juara-MT:

- Leandro Nepomuceno Filho – Engenheiro Sanitarista;
- Fernanda Vaz – Bióloga;
- Raphael Semensato – Engenheiro Agrônomo;
- Fábio Alves Donizete – Advogado / Procurador Geral do

Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 489/2014.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de abril de 2016.

Edson Miguel Piovesan
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

DECRETO N.º 712/2016.

SÚMULA – Dispõe sobre a Convocação dos candidatos que mencionam, aprovados e/ou classificados em Concurso Público nº 001/2012 do Município de Juína-MT, e dá outras providências.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM, Prefeito Municipal de Juína em Exercício, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

DECRETA:

Art. 1.º Tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2012 realizado nos termos do Edital de Concurso Público nº 001/2012, ficam convocados para a posse e entrada em exercício os candidatos relacionados na Relação dos Candidatos Convocados constantes do ANEXO ÚNICO, do presente Decreto, que desse passa a ser parte integrante.

Art. 2.º Os candidatos ora convocados na forma deste Decreto, deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, sito na Travessa Emmanuel, N.º 605, Centro, no Município de Juína-MT, o mais urgente possível ou em até 05 (cinco) dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis, com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação do respectivo local de trabalho.

Parágrafo Único. O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo implicará na desclassificação dos candidatos, sendo, portanto, considerados desistentes.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juína/MT, aos 20 de Abril de 2016.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juína

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini
Sec. Mun. de Finanças e Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO n.º 712/2016.

Concurso Público n.º 001/2012.

RELAÇÃO DO CANDIDATO CONVOCADO

I – TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

Classificação	Inscrição	Candidato
22º	00886	Ana Maria Barbosa

DECRETO N.º 710/2016

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar e Especial autorizado pela Lei n.º 1.640 de 14/04/2016 e dá outras providências.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM, Prefeito Municipal de Juína-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto no Orçamento Municipal do Exercício de 2015, um Crédito Suplementar no valor de **R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)** autorizados pela Lei n.º 1640/2016 de 14 de Abril de 2016 destinados ao reforço das seguintes dotações Orçamentárias:

11	Departamento de Água e Esgoto Sanitário - DAES	
11.001	Departamento de Água e Esgoto Sanitário	
17	Saneamento	
512	Saneamento Básico Urbano	
1984	Aquisição de Veículos Equipamentos e Material Permanente	
Código	Especificações	Valor R\$
449052	Equipamentos e Material Permanente	450.000,00
	Subtotal da Suplementação	450.000,00
	Total da Suplementação	450.000,00

Art. 2.º - Para dar cobertura aos Créditos abertos no artigo anterior serão utilizados **R\$ 450.000,00** (quatrocentos e cinquenta mil reais) de recursos oriundos de superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2015, de acordo com o Artigo 43, § 1.º da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juína/MT, aos 20 de Abril de 2016.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juína

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LICITAÇÃO

REALINHAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N.º 216/2015
PREGÃO: N.º 096/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.359.201/0001-57, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, n.º 605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo ato Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º 2003502-0-SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n.º 340.434.891-53, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **PRAOBRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.219.585/0001-40, com sede na Av. 554 – Setor de Serviços CEP. 78320-000 Juína/MT, neste ato, representada por **Luciana Alves dos Santos**, brasileira, empresaria, portador da Cédula de identidade RG. 000777132 – SSDC/RO, inscrito no CPF/MF sob o n.º 742.046.962-87,

residente e domiciliado na Av. das Andorinhas, 26 – Modulo 04 – CEP. 78320-000 Juína/MT, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem na forma da pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, Decretos Municipais n.º, 488/2006, 369/2014, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar o presente **REALINHAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cujo mesmo foi autorizado pela Secretaria Municipal de Finanças e Administração, mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Realinhamento da Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AREIA, CASCALHO E PEDRAS ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, do Edital do **Pregão Presencial n.º 096/2015**.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 096/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. O presente Realinhamento da Ata de Registro de Preços terá vigência a contar da data de sua assinatura até **27 de Outubro de 2016**.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município de Juína/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias 20 e 30 do mês subsequente ao recebimento definitivo dos produtos.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REALINHADOS POR ITEM:

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	6593	AREIA FINA P/ M3	PRAOBRA	R\$ 60,00
2	6594	AREIA GROSSA P/ M3	PRAOBRA	R\$ 60,00
3	4648	AREIA MEDIA POR M³	PRAOBRA	R\$ 60,00
4	6634	CASCALHO FINO ATERRO M3	PRAOBRA	R\$ 25,00
5	6635	CASCALHO PARA CONCRETO M3	PRAOBRA	R\$ 72,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.
6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O presente Realinhamento da Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:
8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 N° 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 45

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedor Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pelo completo e perfeito fornecimento dos itens objeto deste certame.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua homologação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada a satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compras.

9.1.16. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.17. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.18. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.19. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida será(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.19.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações, no prazo de 48(Quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.20. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culpa ou dolo, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.21. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.23. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.24. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverá ser feita a partir do recebimento da Ordem de Compras.

10.1.1. Entregar em até 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra, os produtos e serviços solicitados, nas quantidades e local estipuladas na Ordem de Compra, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado.

10.1.1.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.2. A aquisição dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, sempre mediante apresentação da Ordem Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues no prazo estabelecido no item 10.1.1., pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compras e Nota fiscal no local designado na Ordem de Compras, e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente

autorizados, em conformidade com § 8º, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar o mesmo.

10.3.1. Quando o município não aceitar os produtos por estarem em desconformidade com o pactuado, será encaminhado notificação por e-mail, sendo que os itens ficarão a disposição da empresa para serem recolhidos no local onde os mesmos foram entregues, e devendo a empresa realizar a substituição em prazo não superior a 03(três) dias.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. Os produtos deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas na Proposta apresentada na Licitação e serão avaliados no ato de cada entrega, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.6. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.7. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (um por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para o fornecimento dos itens ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto municipal nº 488/2006, 369/2014 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:



a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Doações Orçamentárias pertinentes, constantes do exercício em vigor.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Juína/MT, 22 de Março de 2016.

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT

CNPJ/MF N.º 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

PRAOBRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MAT. DE CONSTRUÇÃO

LTDA-EPP

CNPJ/MF N.º 14.219.585/0001-40
Luciana Alves dos Santos
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Rosimeire de Oliveira Brindarolli
CPF/MF n.º 031.890.961-80

Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MF n.º 771.046.411-49

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 054/2016

A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 60/2016, de 05/04/2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 05/05/2016, às 08:00 horas, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena-MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação **Pregão Presencial SRP Nº 048/2016**. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1126 ou pelo email: licitacao@pmjuruena.com.br.

Objeto da Licitação:

O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES DE GESTÃO EDUCACIONAL PARA LOCAÇÃO, ASSESSORIA E CONSULTORIA, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DOS USUÁRIOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS UNIDADES ESCOLARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Juruena, 20 de Abril de 2016.

NELSON COUTINHO DE MENEZES
PREGOEIRO OFICIAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº

043/2016

A Prefeitura Municipal de Juruena, através do Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria 60/2016 de 05/04/2016, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL 043/2016, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Peças e Acessórios da Linha Mecânica e Elétrica, Genuínas ou Originais de Primeira Linha, Independente de Marca e Categoria, Para Manutenção Preventiva e Corretiva dos Veículos Operacionais Automóveis Leves, Utilitários, Caminhonete, Caminhões, Ônibus e Máquinas Pesadas da Frota Municipal. Onde sagraram-se vencedoras a Empresa **DIMAQ CAMPOTRAT CUIABA COMERCIAL LTDA CNPJ: 05.220.404/0001-04**, a

Empresa **CECILIA PINTO EIRELI ME CNPJ: 15.593.959/0001-55**, a Empresa **MAYCON F. REQUENA PEÇAS - ME CNPJ: 08.490.833/0001-90**, a Empresa **C.S.M. TRATOR PEÇAS LTDA - EPP CNPJ: 04.458.560/0001-45**, a Empresa **NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA - ME CNPJ: 09.619.626/0001-55**, e a Empresa **TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA CNPJ: 70.430.558/0001-92**.

Juruena – MT 20 de Abril de 2016

Nelson Coutinho de Menezes
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

ATO

141/2014

TIPO DE ALTERAÇÃO N.: 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.

CONTRATADO: INVIOLAVEL LUCAS ALARMES LTDA
MOTIVO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

CONTRATUAL

ELAINE BENETTI LOVATEL
PRESIDENTE DA CPL

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
PREFEITO MUNICIPAL

LEGISLAÇÕES

DECRETO N. 3077, 19 DE ABRIL DE 2016.

Estabelece ponto facultativo no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Lucas do Rio Verde, no dia 22 de abril de 2016, para atendimento dos serviços públicos municipais, e dá outras providências.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA, Prefeito do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em especial o artigo 54,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido como ponto facultativo, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Lucas do Rio Verde, o dia 22 de abril de 2016, em virtude do feriado de "Tiradentes" no dia 21 de abril de 2016.

Parágrafo Único. Os serviços essenciais permanecerão inalterados de modo a garantir a prestação ininterrupta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 19 de abril de 2016.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Maria Aparecida Marin Rossato
Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

Registre-se e Publique-se.

DECRETO N. 3079, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Altera a composição dos membros do Conselho Municipal de Contribuintes, e dá outras providências.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA, Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Conselho Municipal de Contribuintes referente aos representantes do Poder Legislativo, que passa a ser representado pelos seguintes membros:

Indicados pelo Poder Legislativo	Titular – Alberto Guilherme Schnitzer Neto
	Suplente – Lenilda Aleixo Rodrigues Pereira
	Sousa de Andrade

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 20 de abril de 2016.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Maria Aparecida Marin Rossato
Secretária Municipal de Finanças e Orçamento
Registre-se e Publique-se

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Maria Aparecida Marin Rossato
Sec. Mun. de Finanças e Orçamento
Registre-se e Publique-se

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
ESTADO DE MATO GROSSO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N. 045/2016

Objeto do Pregão: Pregão (Registro de Preços) para Contratação de pessoa jurídica para executar serviços com fornecimento de peças para manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais (automóveis leves, camionetes, ambulâncias, ônibus, caminhões, máquinas agrícolas e pesadas), independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Lucas do Rio Verde – MT.

Data: 20 de Abril de 2016.

Empresas Vencedoras: PAULO CESAR SCHROPFER ME o item 2, com o valor de R\$ 108,50 (cento e oito reais e cinquenta centavos); o item 5, com o valor de R\$ 121,40 (cento e vinte e um reais e quarenta centavos). JS DIESEL E MECANICA DE AUTO PEÇAS LTDA o item 1, com o valor de R\$ 179,00 (cento e setenta e nove reais); o item 3, com o valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais); o item 4, com o valor de R\$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais). ELETROMAQUINAS MECANICA ELETRICA E AUTOPEÇAS LTDA o item 6, com o valor de R\$ 128,00 (cento e vinte e oito reais).

Lucas do Rio Verde-MT, 20 de Abril de 2016.

Károle Graziela Sontag
Pregoeira

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito de Lucas do Rio Verde - MT, convida todo o secretariado; Vereadores; Presidentes Sindicais; Associações de Bairros e população em geral, para participarem da Audiência Pública para Elaboração da LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias do Exercício Financeiro de 2017), que acontecerá na data de 27 de abril às 17h15min, no Auditório do Paço Municipal. Contamos com a presença de todos.

Lucas do Rio Verde, 20 de abril de 2016.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 372 DE 20 DE ABRIL DE 2016

Prorroga o prazo do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2016 instaurado através da Portaria nº 267/2016, e dá outras providências.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA, Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica.

Considerando a solicitação da Comissão, a qual requer prorrogação do prazo para apresentação do relatório conclusivo.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para apresentação do relatório conclusivo do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2016, instaurada através da Portaria 267/2016, por mais 120(cento e vinte) dias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de Abril de 2016.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

PROCESSO SELETIVO

DECRETO N. 3080, DE 20 DE ABRIL DE 2016.
Altera a composição dos membros do Conselho Municipal Comunitário de Segurança do Município de Lucas do Rio Verde e dá outras providências.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA, Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,
DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Conselho Municipal Comunitário de Segurança referente aos representantes do Poder Legislativo, que passa a ser representado pelos seguintes membros:

Indicados pelo Poder Legislativo	Titular – Alberto Guilherme Schnitzer Neto
	Titular – Lenilda Aleixo Rodrigues Pereira Sousa de Andrade
	Titular- Eliete Ferreira da Silva
	Suplente: Diego Pereira Felipe
	Suplente: Eliezer Fandaruff Hartmann
	Suplente: Sabrina Prado dos Santos Vieira

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 20 de abril de 2016.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Maria Aparecida Marin Rossato
Secretária Municipal de Finanças e Orçamento
Registre-se e Publique-se

DECRETO N. 3081, DE 20 DE ABRIL DE 2016

Abre Crédito Suplementar e da outras providências

OTAVIANO OLAVO PIVETTA, Prefeito do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei Municipal n. 2503/2015:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para atender as seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
07.001.0.0.04.122.0703.2019.3.3.90.39.00.00 - 0100000000
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA R\$

10.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.001.0.0.12.361.1009.2085.3.3.90.30.00.00 - 0101000000
MATERIAL DE CONSUMO R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei Federal n. 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
07.001.0.0.22.661.0702.2032.3.3.90.39.00.00 - 0100000000
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA R\$

10.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.001.0.0.12.122.1001.1026.4.4.90.52.00.00 - 0101000000
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde-MT, 20 de abril de 2016.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 48

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

DIVULGAÇÃO DO GABARITO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N.º 02/2016

A Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2016 da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, nomeada pela Portaria nº 256/2016, no uso de suas atribuições legais, torna público que o Gabarito das Provas Objetivas, realizadas no dia 20/04/2016, encontra-se à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde a partir desta data, bem como no seguinte endereço eletrônico: www.lucasdorioverde.mt.gov.br.

Desta forma, fica valendo a data da publicação deste edital na imprensa oficial como início da contagem de prazo recursal nos termos do edital do processo seletivo.

Lucas do Rio Verde – MT, 25 de abril de 2016.

ROZANGELA PREZOTTO
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

LICITAÇÃO

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 014/2014

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o valor mencionado na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 014/2014, que tem como o objeto a Contratação De Empresa Especializada Para Construção De Unidade Básica De Saúde (Ubs) – Vila Isabel Através Da Proposta N.º 13658344000113/002, Para Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Saúde E Saneamento No Município De Marcelândia – MT.

VALOR DO ACRÉSCIMO: R\$ 3.563,56

VALOR DO CONTRATO TOTAL: R\$ 463.005,38

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

CONTRATADA: RGE CONSTRUTORA LTDA ME

DATA ASSINATURA: 22/04/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 026/2016 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 13 de ABRIL de 2016 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE PINTURA EM PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedora a Empresa VEIGA & SANTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.069.351/0001-26 com valor total de R\$ 67.690,00. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 20 de Abril de 2016.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 028/2016 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 14 de abril de 2016 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS GRÁFICOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ", aonde se sagrou vencedoras as Empresas 4 D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.278.238/0001-25 com valor total de R\$ 160.518,50 e EDITORA GRAFICA MATO GROSSO EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 37.503.281/0001-05 com valor total de R\$ 109.666,75. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 20 de Abril de 2016.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - TOMADA DE PREÇO Nº. 006/2016

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que a Licitação agendada para o dia 15 DE ABRIL DE 2015 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE ONDULAÇÃO TRANSVERSAL EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT foi declarada DESERTA. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 20 de Abril de 2016.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

SERVIÇO Nº 032/2016

EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS KMS RODADOS COM A FINALIDADE DE MANter A GARANTIA DE FABRICA DO VEÍCULO CHEVROLET S-10 QBY 8270 ADQUIRIDO NO PREGÃO ELETRÔNICO 014/2015", de acordo com o termo de referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes da respectiva Dispensa de Licitação 002/2016.

CONTRATADA: BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA

Valor/Global: R\$ 763,17 (Setecentos e sessenta e três reais e dezessete centavos)

Assinatura: 18/04/2016 Vigência: 30/06/2016
Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 08.080.0.2.10.305.0016.2029 – Man. E Programa
Controle de Vigilância em Saúde – 3390.30.000 – Material de Consumo - Fonte 0114000 - R\$ 763,17

EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 033/2016

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE RELÓGIOS PONTO BIOMÉTRICO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE" de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 035/2016 do respectivo Pregão Presencial nº 025/2016.

CONTRATADA: ALINE FONSECA DE CAMPOS ME – ME

Valor/Global: R\$ 8.680,00 (Oito mil seiscentos e oitenta reais).

Assinatura: 20/04/2016 Vigência: 31/12/2016

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 07.070.0.1.12.365.0013.1035 – Aquisição de Material
Permanente – 4490.52.000 – Material Permanente – R\$ 4.340,00

Código Geral: 07.070.0.1.12.36.0013.1042 – Aquisição de Material
Permanente para Educação Infantil – 4490.52.000 – Material Permanente – R\$ 4.340,00

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 034/2016

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, O QUE INCLUI A CAPTAÇÃO DE IMAGENS PARA EXECUÇÃO DE VÍDEOS JORNALÍSTICOS E INSTITUCIONAIS SOBRE AS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, A SEREM VINCULADAS INTERNAMENTE OU EM MÍDIA LOCAL." de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 039/2016 do respectivo Pregão Presencial nº 029/2016.

CONTRATADA: LEONARDO TETSUO YAMATE - MEI

Valor/Global: R\$ 15.769,97 (Quinze mil setecentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos).

Assinatura: 22/04/2016 Vigência: 31/12/2016

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 04.040.0.1.04.122.0005.2007 – Manutenção e Encargos da Sec. De Administração – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - R\$ 15.769,97

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2016

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **PATRICIA KARLA PINTO – ME** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 14.714.049/0001-10 e Inscrição Estadual nº 13.442.146-9, com sede na Rua Joao Candido dos Santos nº 565, Bairro Centro, na Cidade de Pedra Preta – CEP 78.795-000 neste ato representada pelo Procurador RENATO PEREIRA DOS SANTOS portador do R.G. 1572515 SSP/MT e do CPF nº 014.448.461-75, nas quantidades estimadas na **Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO



Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 49

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o “**PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS LP P13 E P45 EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTA EDITAL**” de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2016**.

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

- Secretaria Municipal de Administração;
- Secretaria Municipal de Agricultura;
- Secretaria Municipal de Educação e Desporto;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
1	25	UN	VASILHAME/CASCO P13	150,00	3.750,00	SUPERGASBRAS
2	33	UN	GALAO DE AGUA MINERAL 20 LT (COM O CASCO)	26,33	868,89	LEBRINHA PURISSIMA
3	674	UN	BOTIJAO GAS LP P13 (RECARGA)	75,00	50.550,00	SUPERGASBRAS
4	1.650	UN	AGUA MINERAL 20 LTS (RECARGA)	11,10	18.315,00	LEBRINHA PURISSIMA
5	400	UN	AGUA MINERAL SEM GAS, COPO 200 ML	0,59	236,00	LEBRINHA PURISSIMA
6	66	UN	CILINDRO GAS LP P45 (RECARGA)	270,00	17.820,00	SUPERGASBRAS
			TOTAL		91.539,89	

5 - DOS PRODUTOS

5.1. Local de Entrega

Os produtos deverão ser entregues num prazo Máximo de 24 (Vinte e quatro) horas, logo após a contratada RECEBER A REQUISIÇÃO, sob pena de decair do direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

5.1.1. O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

- 5.1.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;
- 5.1.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.2 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.3 - A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.4 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, ser de 01º linha do fabricante, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização

de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atendendo-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5 - Recebimento dos Produtos:

5.5.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.5.2 A licitante vencedora se compromete a passar com a mercadoria pelo Almoxarifado Central (Hoje localizado na Av. Sebastião Alves Junior, ao lado do Banco HSBC – no Centro de Matupá/MT) para a conferência geral das mercadorias e depois efetuar a entrega no local solicitado.

5.5.3 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.5.4 O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 - Ocorrendo eventualmente falta dos produtos por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro o produto, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá.

6.12 - A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas na Claus. 12 da Presente Ata.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO



8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretária responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n.º 101 ZE-22, neste Município ou:
Os dados bancários para pagamento são PATRICIA KARLA PINTO - ME:

Banco Brasil Ag. Nº 2423-6 Conta corrente nº 20.949-X

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring"**;

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

- Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
- Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;
- Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
- Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

- Por decurso de prazo de vigência;
- Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o

limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº

8666/93;

12.1.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

- Advertência por escrito;
- Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na entrega do produto, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;
- Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

12.3 - Se a Fornecedoradora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Entrega dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno e serão oriundas de Recursos Próprios, Federal e Estadual:

- Código Geral: 04.040.0.1.04.122.0005.2007 - Manutenção e Encargos da Secretaria de Administração - 3390.30.000 - Material de Consumo
- Código Geral: 06.060.0.1.20.606.0011.2011 - Manutenção e Encargos da Secretaria de Agricultura - 3390.30.000 - Material de Consumo
- Código Geral: 07.070.0.6.12.361.0013.2017 - Manutenção das Escolas Municipais Salário Educação - 3390.30.000 - Material de Consumo
- Código Geral: 07.070.0.5.27.812.0012.2012 - Manutenção e Encargos do Departamento de Esportes - 3390.30.000 - Material de Consumo
- Código Geral: 07.070.0.1.12.361.0015.2027 - Manutenção e Encargos da Secretaria de Educação - 3390.30.000 - Material de Consumo
- Código Geral: 08.080.0.1.10.301.0022.2042 - Manutenção e Encargos da Secretaria de Saúde - 3390.30.000 - Material de Consumo
- Código Geral: 08.080.0.2.10.301.0017.2031 - Man. E Enc. Na USFs e P. de Saúdes Rurais - 3390.30.000 - Material de Consumo
- Código Geral: 08.080.0.2.10.305.0016.2029 - Man. E Programa Controle de Vigilância em Saúde - 3390.30.000 - Material de Consumo
- Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0020.2038 - Man. E Encargos do Hospital Municipal - 3390.30.000 - Material de Consumo
- Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0018.2034 - Manutenção do CRDO - 3390.30.000 - Material de Consumo
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0028.2054 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - 3390.30.000 - Material de Consumo



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 51

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

· Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0032.2058 – Manutenção do Programa Acessuas Trabalho – 3390.30.000 – Material de Consumo
· Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0025.2052 – Manutenção do PAIF – Programa de Atenção Especial as Famílias – 3390.30.000 – Material de Consumo
· Código Geral: 09.090.0.3.08.243.0031.2057 – Manutenção do Conselho Tutelar e CMDCA – 3390.30.000 – Material de Consumo
· Código Geral: 09.090.0.1.08.243.0034.2060 – Manutenção da Casa de Retaguarda – 3390.30.000 – Material de Consumo
· Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0025.2037 – Manutenção do PAEFI – 3390.30.000 – Material de Consumo
· Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0023.1126 – Manutenção de Ações do SCFV – 3390.30.000 – Material de Consumo
· Código Geral: 10.100.0.1.15.452.0035.2061 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes – 3390.30.000 – Material de Consumo
· Código Geral: 13.130.0.1.13.122.0042.2069 – Manutenção das Atividades da Secretaria e Departamentos – 3390.30.000 – Material de Consumo

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº. 027/2016 e seus anexos e as propostas das classificadas.
III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

17 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 19 de Abril de 2016.

Município de Matupá
VALTER MIOTTO FERREIRA
Contratante

PATRICIA KARLA PINTO – ME
CNPJ sob o nº. 14.714.049/0001-10 e Inscrição Estadual nº 13.442.146-

Procurador RENATO PEREIRA DOS SANTOS
R.G. 1572515 SSP/MT e do CPF nº 014.448.461-75
CONTRATADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2016

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **VEIGA & SANTOS LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Manaus, nº 1241, Bairro Jardim Vitoria, Cidade de Guarantã do Norte/MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.069.351/0001-26, IE nº 13448174-7, representado neste ato pela Credenciada Sra. LUCIANE MARTINS PASQUETO DO NASCIMENTO, inscrita no CPF nº. 052.931.579-30 e portador do RG nº 9.711.566-4 SSP/PR, nas quantidades estimadas na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o “**PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE PINTURA EM PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL**” de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2016**.

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

- Secretaria Municipal de Educação e Desporto;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	950,00	M2	PINTURA EM ALVENARIA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7,00	6.650,00
2	500,00	M2	PINTURA EM ALVENARIA ESCOLA MUNICIPAL JANE PEREIRA LOPES	7,00	3.500,00
3	950,00	M2	PINTURA EM ALVENARIA ESCOLA MUNICIPAL MUNDO ENCATADO DA CRIANÇA	7,00	6.650,00
4	405,00	M2	PINTURA EM ALVENARIA CAMPO SOCITY BAIRRO UNIÃO	7,00	2.835,00
5	735,00	M2	PINTURA ARQUIBANCADA CAMPO SOCITY BAIRRO UNIÃO	7,00	5.145,00
6	500,00	M2	PINTURA EM ALVENARIA HOSPITAL MUNICIPAL	7,00	3.500,00
7	900,00	M2	PINTURA EM ALVENARIA PRÉDIO CRDO – CENTRO DE REABILITAÇÃO DULCE OMETTO	7,00	6.300,00
8	1.200,00	M2	PINTURA EM ALVENARIA SECRETARIA DE ASSSITENCIA SOCIAL	7,00	8.400,00
9	630,00	M2	PINTURA EM ALVENARIA PRÉDIO CREAS	7,00	4.410,00
10	950,00	M2	PINTURA EM ALVENARIA PRÉDIO DO SCFV – SERVICOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	7,00	6.650,00
11	750,00	M2	PINTURA EM ALVENARIA CASA DA CRIANÇA	7,00	5.250,00
12	450,00	M2	PINTURA EM ALVENARIA CONCHA ACUSTICA	7,00	3.150,00
13	300,00	M2	PINTURA EM PISO CONCHA ACUSTICA	7,00	2.100,00
14	110,00	M2	PINTURA EM ALVENARIA SANITÁRIOS LAGO 04	7,00	770,00
15	340,00	M2	PINTURA EM ALVENARIA QUADRA DE AREIA LAGO 02	7,00	2.380,00
			TOTAL		67.690,00

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 – Os serviços desta licitação deverão ser realizados no prazo de 08 dias, após emissão das requisições pela Secretaria responsável;

5.2 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.3 - A entrega dos serviços desta licitação deverá ser feita nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.4 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após a devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

5.5 – A Empresa contratada deves:

5.5.1 - Proteger com lona plástica, ou outro meio, os móveis, quando for o caso, do local onde será realizado o serviço, a fim de evitar danos ocasionados pela poeira, tinta e por armazenamento inadequado;

5.5.2 - Dar livre acesso à Contratante a todo local do serviço, sem exceção, mantendo em perfeitas condições, a critério desta, escadas, andaimes e outros dispositivos que facilitem a vistoria dos serviços;

5.5.3 - Cumprir as prescrições das Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho;

5.5.4 - No decorrer do serviço a ser executado, determinar que seus funcionários e prepostos obrigatoriamente utilizem os equipamentos de segurança específicos (EPI), estabelecidos pela legislação pertinente;

5.5.5 - Utilizar modernos e eficientes equipamentos e ferramentas necessárias à boa execução dos serviços e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros;

5.5.6 - Transportar, manusear e armazenar com o maior cuidado possível, evitando-se choques, pancadas ou quebras, os vários materiais a empregar no serviço, sendo que, aqueles sujeitos a danos por ação solar, calor, umidade ou chuva, deverão ser guardados em ambientes adequados à sua proteção e utilização;

5.6 - SERVIÇO DE PINTURA

Serviço constando de pintura deverá ser pintado com tinta, em tantas demãos necessárias à perfeita cobertura, na cor fornecida pela Contratante. A superfície das paredes deverá ser previamente preparada, atendendo as seguintes orientações:

a) Partes soltas ou mal aderidas devem ser eliminadas, raspando, lixando ou escovando a superfície;

b) Manchas de gordura ou graxa devem ser eliminadas com solução de água e detergente. Em seguida, enxaguar e aguardar a secagem;

c) Partes mofadas devem ser eliminadas lavando a superfície com água sanitária. Em seguida, enxaguar e aguardar a secagem;

d) Concreto novo: aguardar a secagem e cura e aplicar uma demão de fundo preparador à base d'água;

e) Reboco fraco (baixa coesão): aguardar a secagem e cura e aplicar uma demão de fundo preparador à base d'água;

f) Superfície altamente absorvente (gesso, fibrocimento e tijolo): aplicar uma demão de fundo preparador à base d'água;

g) Superfícies caídas e superfícies com partículas soltas ou mal aderidas: raspar e/ou escovar a superfície eliminando as partes soltas e aplicar uma demão de fundo preparador à base d'água;

h) As Manutenção Predial imperfeições rasas das superfícies devem ser corrigidas com massa látex;

i) Repinturas: Eliminar qualquer espécie de brilho, usando lixa de grana 360/400. As folhas das janelas venezianas externas e o beiral, deverão receber pintura esmalte sintético, acabamento brilhante na cor indicada pela Contratante, em superfície previamente preparada, compreendendo lixamento, aplicação de fundo e massa à óleo para corrigir pequenas imperfeições. As ferragens não destinadas à pintura devem ser protegidas com tiras de papel ou fita crepe, de modo a evitar escorrimento ou respingos de tinta.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo,

devido a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 - Ocorrendo eventualmente falta dos serviços por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outra empresa para fazer a prestação dos serviços, para que não ocorra a falta dos mesmos às Secretarias de Matupá;

6.12 - Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

6.13 - A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.14 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 dias após a prestação dos serviços e a apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE, ora apresentadas e confirmadas pela Secretaria Municipal de Finanças, devidamente atestada pela Secretaria responsável.

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Serviço.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do serviço.

8.5 - O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring"**;

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo à definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.



10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

- Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
- Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;
- Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
- Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

- Por decurso de prazo de vigência;
- Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da Lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o

limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos nos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

- Advertência por escrito;
- Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de prestação dos serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3 - Se a Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Serviço dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIAS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

- Código Geral: 07.070.0.1.12.361.0015.2027 - Manutenção e Encargos da Secretaria de Educação - 3390.39.000 - Pessoa Jurídica
- Código Geral: 07.070.0.5.27.812.0012.2012 - Manutenção e Encargos do Departamento de Esportes - 3390.39.000 - Pessoa Jurídica
- Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0020.2038 - Man. E Encargos do Hospital Municipal - 3390.39.000 - Pessoa Jurídica
- Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0018.2034 - Man. E Encargos do CRDO - 3390.39.000 - Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.1.08.244.0028.2054 - Manutenção das Atividades da Sec. de Assistência Social - 3390.39.000 - Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0025.2037 - Manutenção do PAEFI - 3390.39.000 - Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0023.1126 - Manutenção de Ações do SCFV - 3390.39.000 - Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.1.08.243.0034.2060 - Manutenção da Casa de Retaguarda - 3390.39.000 - Pessoa Jurídica
- Código Geral: 10.100.0.1.15.452.0035.2061 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes - 3390.39.000 - Pessoa Jurídica

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº. 026/2016 e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

17 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 22 de Abril de 2016.

Município de Matupá
VALTER MIOTTO FERREIRA
Contratante

VEIGA & SANTOS LTDA - ME
CNPJ/MF sob o nº 15.069.351/0001-26, IE nº 13448174-7.
Credenciada Sra. LUCIANE MARTINS PASQUETO DO

CPF nº. 052.931.579-30 e portador do RG nº 9.711.566-4 SSP/PR
CONTRATADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2016

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ - ESTADO DE MATO GROSSO**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **4 D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 13.278.238/0001-25 e Inscrição Estadual nº 13.416.449-0, com sede na Travessa Brasília 30 Areão na Cidade de Cuiabá/MT neste ato representado pelo Procurador ALCEU VIEIRA VARDASCA NETO portador do R.G. nº 1976098-1 SSP/MT e do CPF nº 028.181.051-61, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de**



Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS GRÁFICOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTA EDITAL"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2016**.

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria Municipal de Administração;
- Secretaria Municipal de Finanças
- Secretaria Municipal de Educação e Desporto;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	10.210	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE PASTA ASSUNTO - CARTOLINA	4 D	0,56	5.717,60
3	3.500	UN	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE PAPEL TIMBRADO 150 GR, PARA ALVARÁ - TAMANHO A4	4 D	0,31	1.085,00
5	132	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE CARIMBOS AUTOMATICO P/ ASSINATURA - 4911	4 D	30,00	3.960,00
6	61	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE CARIMBOS AUTOMATICO/GRANDE	4 D	35,00	2.135,00
11	283	UN	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO EM PVC, VERTICAL, TAMANHO 86MM X 54MM, COM FOTO E LOGO NA FRENTE COLORIDA, IDENTIFICAÇÃO NO VERSO EM PRETO E BRANCO, COM PRESILHA.	4 D	13,00	3.679,00
12	2.270	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE ENVELOPE TIMBRADO GRANDE 240 X 340	4 D	0,80	1.816,00
13	1.590	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE ENVELOPE TIMBRADO PEQUENO 175 X 250	4 D	0,35	556,50
16	27.100	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE PAPEL TIMBRADO - TAMANHO A4 - 90GR	4 D	0,24	6.504,00
17	275	UN	SERVIÇO DE TROCA DE BORRACHA DE CARIMBO	4 D	15,00	4.125,00
18	2.060	UN	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE ENVELOPE TIMBRADO MEDIO 200 X 280	4 D	0,60	1.236,00
20	40	BL	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE BLOCO DE CUPONS TAMANHO: , CONTENDO 100 CUPONS	4 D	4,20	168,00

			COM VIA DE CONTROLE, VIA DE PREENCHIMENTO PARA URNA.			
24	88	UN	SERVIÇO DE TROCA DE ALMOFADA DE CARIMBO	4 D	15,00	1.320,00
26	120	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE ADESIVOS RECORTADOS 15 X 15	4 D	1,80	216,00
27	54	UN	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE CARIMBO GRANDE PARA ASSINATURA	4 D	35,00	1.890,00
28	64	UN	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE CARIMBO MÉDIO PARA ASSINATURA	4 D	30,00	1.920,00
29	50	UN	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE CARTAZ DE LEITURA E FREQUENCIA TAMANHO 50 X 60 CM	4 D	8,20	410,00
30	515	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE CARTAZ PAPEL COUCHE 90 GR - TAMANHO 50 CM X 50 CM COR 4 X 1	4 D	3,00	1.545,00
31	50	UN	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE CARTILHA PARA ORIENTAÇÃO 21 X 15CM C/ 20 PAGINAS	4 D	18,00	900,00
33	25	UN	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE FAIXA DE RAFIA 80CM DE LARGURA X 4MT DE COMPRIMENTO	4 D	100,00	2.500,00
34	9	UN	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE FAIXA DE RAFIA 80CM DE LARGURA X 7MT DE COMPRIMENTO	4 D	175,00	1.575,00
35	10	UN	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE FAIXA PARA CAMPANHA DE RAFIA 80CM DE LARGURA X 4MT DE COMPRIMENTO.	4 D	100,00	1.000,00
37	22	BL	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE BLOCO DE RELATORIO DE VIAGEM 31 X 21 CM, VIAS 100 X 1, COR 1 X 0, 2 VIAS CARBONADAS	4 D	19,20	422,40
38	2.000	UN	CONFECCÃO DE CARTEIRA DE SAUDE, EM CARTOLINA, 9,5 CM X 7 CM	4 D	0,12	240,00
40	10	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE BLOCO DE BOLETIM DE RECOLHIMENTO 100 X 1 - TAMANHO 20 X 29CM	4 D	20,00	200,00
42	15	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE BLOCO DE FICHA DE DENGUE/ENTOMOLOGICA 100 X 1 - TAMANHO 6 X 7CM	4 D	10,50	157,50
45	120	BL	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE FICHA DE VISITA DOMICILIAR, E-SUS, FRENTE E VERSO BLOCO COM 100	4 D	6,49	778,80
47	6.000	UN	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE PANFLETO DE PAPEL SULFITE 65 GR TAMANHO A4 COR 1X0	4 D	0,15	900,00
51	20	BL	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE BLOCO DE AUTO INFRAÇÃO E MULTA, 3 VIAS CARBONADAS E NUMERADAS, 50X3 TAMANHO A-4	4 D	32,00	640,00
52	100	BL	F46 SERVIÇO DE CONFECCAO DE BLOCO INSP SAM - FRENTE E CONTINUAÇÃO NO VERSO - C/ 100 FLS	4 D	9,69	969,00
55	10	BL	SERVIÇO DE CONFECCAO DE BLOCO DE RELATORIO DE VIAGEM 31 X 21 CM - VIAS 100 X 2 - COR 1 X 0 - 2 VIAS CARBONADAS	4 D	19,20	192,00
57	400	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE CARTAO DE AGENDAMENTO/PROGRAMA SAUDE MENTAL - FRENTE E VERSO, 14X 10CM	4 D	1,50	600,00
58	600	BL	F70 SERVIÇO DE CONFECCAO DE BLOCO RECEITUARIO DE ANTIBIOTICO 2 VIAS CARBONADAS - C/ 100FLS	4 D	7,59	4.554,00
59	10	BL	F51 SERVIÇO DE CONFECCAO DE BLOCO DE PRESCRICAO	4 D	19,80	198,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 55

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

			MEDICA EVOLUCAO - C/ 100 FLS			
60	100	BL	F48 SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCO DE PRESCRICAO MEDICA - FRENTE E VERSO IGUAIS - C/ 100 FLS	4 D	9,30	930,00
61	20	BL	F47 SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCO DE RELATORIO DE ENFERMAGEM HMM - FRENTE E VERSO IGUAIS - C/ 100 FLS	4 D	19,80	396,00
62	20	BL	F44 SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCO DE RESUMO DE ALTA - FORMULARIO FRENTE E CONTINUAÇÃO NO VERSO - C/ 100 FLS	4 D	19,80	396,00
63	525	BL	F43 SERVICO DE CONFECCAO DE FICHA DE IDENTIFICAÇÃO E ANAMNESE DO PACIENTE - FRENTE E VERSO (EM PAPEL DE CARTOLINA)	4 D	35,00	18.375,00
65	10	BL	F41 SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCO DE DEBITO CENTRO CIRURGICO - 100X1	4 D	20,00	200,00
66	100	BL	F33 SERVICO DE CONFECCAO DE GUIA DE ENCAMINHAMENTO CARBONADO 2 VIAS CARBONADAS - C/ 100 FLS	4 D	15,10	1.510,00
67	20	BL	F13 SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE LAUDO P/SOLIC.AUTOR. DE PROC. AMBULATORIAL - 2 VIAS CARBONADA C/ 100 FLS	4 D	15,00	300,00
69	600	BL	F08 SERVICO DE CONFECCAO DE FORMULARIO DE ATESTADO - 100X1	4 D	3,70	2.220,00
70	200	UN	F06 SERVICO DE CONFECCAO DE FICHA INDICE	4 D	1,00	200,00
71	100	UN	F05 SERVICO DE CONFECCAO DE CAPA DE ROA	4 D	1,00	100,00
74	4.410	BL	F01 SERVICO DE CONFECCAO DE RECEITUARIO MEDICO - 100X1	4 D	3,77	16.625,70
76	20	BL	F49 SERVICO DE CONFECCAO DE FICHA OBSTETRICA HOSPITALAR - C/ 100 FLS	4 D	19,80	396,00
77	20	BL	F50 SERVICO DE CONFECCAO DE FICHA OBSTETRICA HOSPITALAR 2 - C/ 100 FLS	4 D	19,80	396,00
78	100	BL	F14 SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCO DE ENCAMINHAMENTO PARA ESPECIALIDADE MÉDICA CARBONADO 100X2	4 D	15,00	1.500,00
80	20	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE BLOCO HISTÓRICO DE ENFERMAGEM, FRENTE E VERSO CONTINUAÇÃO 100X1	4 D	22,50	450,00
83	100	BL	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE RECEITUÁRIO MEDICAMENTO CONTROLADO 2 VIAS CARBONADAS (RECEITA B2) - GRAFICA CADASTRADA JUNTO AANVISA ESTADUAL - 100 X 2	4 D	11,39	1.139,00
84	50	BL	F49 SERVICO DE CONFECCAO DE FICHA INTERNAÇÃO DO PRIMEIRO DIA. 100FLS	4 D	6,20	310,00
85	100	BL	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE RECEITUÁRIO MEDICAMENTO CONTROLADO 2 VIAS CARBONADAS (RECEITA B) - GRAFICA CADASTRADA JUNTO AANVISA ESTADUAL - 100 X 2	4 D	12,90	1.290,00
87	4.400	BL	F52 SERVICO DE CONFECCAO DE SOLICITAÇÃO PARA EXAMES BLOCO COM 100	4 D	5,64	24.816,00
88	300	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE ADESIVO RECORTADO PARA DECLARAÇÃO DE NASCIDOS VIVOS, 13X17 CM	4 D	1,25	375,00
89	600	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE ADESIVO RECORTADOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS 5X6CM	4 D	0,30	180,00
90	200	UN	SERVICO DE CONFECCAO DE	4 D	7,20	1.440,00

			ADESIVOS RECORTADOS 30 X 30			
92	20	BL	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE BLOCO DE DIÁRIA DE ACOMPANHANTE DE PACIENTES, BLOCO COM 100 FOLHAS	4 D	28,50	570,00
93	102	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CORDÃO PARA CRACHÁ DE POLIESTER NA COR AZUL ROYAL TAMANHO 12 X74 PERSONALIZADOS COM IMPRESSOES DO LOGOTIPO DO ACESSUAS TRABALHO AO LONGO DO CORDÃO/PRESILHA DE METAL	4 D	8,00	816,00
94	10	BL	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE RECEITUARIO CONTROLADO 2 VIAS CARBONADAS (RECEITA PARA TALIDOMIDA), GRAFICA CADASTRADA PELA ANVISA, 100X2	4 D	18,00	180,00
95	10	BL	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE RECEITUARIO CONTROLADO 2 VIAS CARBONADAS (RECEITA PARA RETINÓIDES), GRAFICA CADASTRADA PELA ANVISA, 100X2	4 D	16,00	160,00
96	1.000	UN	CONFECÇÃO DE CARTÃO DE ATENDIMENTO NUTRICIONAL, 12 CM X 7,5 CM EM CARTOLINA, FRENTE E VERSO	4 D	0,10	100,00
97	50	BL	F53 SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCO DE ROA ODONTOLOGICA - 100X1	4 D	4,90	245,00
98	2.300	UN	F69 SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCO FICHA DE VISITA DE ACS	4 D	0,12	276,00
99	1.000	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CARTÃO SOMBRA	4 D	0,60	600,00
100	2.000	BL	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE FICHA DE CADASTRO INDIVIDUAL, E-SUS, FRENTE E VERSO BLOCO COM 100	4 D	9,39	18.780,00
102	40	BL	F13 SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE LAUDO P/SOLIC.AUTOR. DE PROC. AMBULATORIAL - 2 VIAS CARBONADA 100 X 2	4 D	15,00	600,00
103	5.000	UN	F17 SERVICO DE CONFECCAO DE CARTAO DE VACINA ADULTO	4 D	0,12	600,00
105	70	UN	F27 SERVICO DE CONFECCAO DE RECEITUARIO AZUL -B-	4 D	4,80	336,00
107	1.000	UN	F32 SERVICO DE CONFECCAO DE CARTAO DO HIPERTENSO E DIABETICO	4 D	0,30	300,00
109	80	BL	F35 SERVICO DE CONFECCAO DE PLANILHA REG. DE VISITA DOMICILIAR DO ACS - 100X1	4 D	4,30	344,00
111	300	UN	SERVICO DE CONFECCAO DE CARTAO DA GESTANTE	4 D	0,98	294,00
112	50	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE FICHA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR (USO EXCLUSIVO DE SAD), E-SUS, FRENTE E VERSO, A-4, BLOCO COM 100	4 D	9,80	490,00
115	80	BL	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA, E-SUS, FRENTE E VERSO BLOCO COM 100	4 D	9,60	768,00
118	20	BL	F60 SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCO DE CADASTRO DO SETOR - FOLHA 2 FRENTE/VERSO	4 D	28,50	570,00
121	1.000	BL	F-63 SERVICO DE CONFECÇÃO DE CARTÃO DE ATENDIMENTO, TAMANHO 10 CM X 6 CM, CARTOLINA FRENTE E VERSO	4 D	0,38	380,00
122	10	BL	F60 SERVICO DE CONFECCAO DE BLOCO DE CADASTRO DO SETOR - FOLHA 3 FRENTE/VERSO EVOLUÇÃO	4 D	28,50	285,00
123	1.200	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CARTILHA PARA ORIENTAÇÃO 21 X 15CM C/ 10 PAGINAS	4 D	3,60	4.320,00



125	2	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE FAIXA PARA CAMPANHA EM LONA 80 CM DE LARGURA X 7 MT DE COMPRIMENTO	4 D	200,00	400,00
127	130	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CARTAZ PAPEL COUCHE 90 GR - TAMANHO 40 CM X 45 CM, COLORIDO	4 D	7,00	910,00
128	1.500	UN	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE FOLHAS DE DESENHOS TIMBRADAS CONCURSO DE DESENHO BELEZAS DE MATUPÁ - FRENTE E VERSO - TAMANHO A4, SULFITE 100	4 D	0,36	540,00
TOTAL DO CREDOR						160.518,50

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 – O prazo máximo para prestação dos serviços será de 08 (Oito) dias, após a ordem de serviço;

5.2 - Os serviços desta licitação deverá ser feita nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.3 - A CONTRATADA deverá substituir os impressos entregues com eventuais defeitos de confecção no prazo máximo de 04 (quatro) dias, a contar da data do recebimento da notificação formal do CONTRATANTE, sujeitando-se, na inobservância, às penalidades previstas no ato convocatório;

5.4 - A CONTRATADA deverá manter sigilo dos dados e informações a que tiver acesso e ceder ao CONTRATANTE o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e produtos gerados, logo após o recebimento definitivo dos serviços prestados;

5.5 - A CONTRATADA deverá obedecer aos padrões exigidos pelo contratante no momento da requisição do serviço referente a impressão, inclusive quanto às cores, tipo e gramatura do papel, acabamento e demais requisitos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

5.6 - A CONTRATADA deverá reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

5.7 – Caso seja necessário fazer alguma substituição, os custos envolvendo este ato, como o de transportes, hospedagens entre outros, serão por conta do Licitante;

5.8 – Para os itens 83, 85, 94 e 95 a GRÁFICA DEVE SER CADASTRADA JUNTO A ANVISA ESTADUAL.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Ocorrendo eventualmente falta dos serviços por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outra empresa para fazer a prestação dos serviços, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá;

6.12 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

6.13 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.14 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 dias após a prestação dos serviços e a apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE, ora apresentadas e confirmadas pela Secretaria Municipal de Finanças, devidamente atestada pela Secretária responsável.

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n° 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são 4 D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA:

Banco Brasil Ag. Nº 0046-9 Conta corrente nº 30884-6

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Serviço.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do serviço.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring"**;

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.



10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

- Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
- Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;
- Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
- Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

- Por decurso de prazo de vigência;
- Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos nos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

- Advertência por escrito;
- Alto licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de prestação dos serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3 - Se a Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Serviço dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIAS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

- Código Geral: 02.020.0.1.04.122.0003.2003 - Manutenção e Atividades do Gabinete do Prefeito - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 04.040.0.1.04.122.0005.2007 - Manutenção e Encargos da Secretaria de Administração - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral - 05.050.0.1.04.123.0009.2009 - Manutenção das Atividades da Secretaria e Departamentos - 3390.39.000 - Pessoa Jurídica
- Código Geral: 07.070.0.1.12.361.0015.2027 - Manutenção e Encargos da Secretaria de Educação - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 08.080.0.2.10.301.0017.2031 - Man. E Enc. Na USFs e P. de Saúdes Rurais - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 08.080.0.2.10.301.0022.2042 - Man. E Enc. Da Secretária de Saúde - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0020.2038 - Man. E Encargos do Hospital Municipal - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0018.2034 - Manutenção do CRDO - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 08.080.0.2.10.305.0016.2029 - Manutenção do Programa Vigilância em Saúde - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0025.2049 - Manutenção do Creas - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0019.2035 - Manutenção do CRM - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0025.2052 - Manutenção do PAIF - Programa de Atenção Especial as Famílias - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.3.08.243.0031.2057 - Manutenção do Conselho Tutelar - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0032.2058 - Manutenção do Programa Acessuas Trabalho - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0028.2054 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0033.2059 - Manutenção do Programa IGD - PBF - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0023.1126 - Manutenção de Ações do SCFV - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0025.2037 - Manutenção do PAEFI - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0024.2044 - Proteção Social Básica - PSB - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 13.130.0.1.13.122.0042.2069 - Manutenção das Atividades da Secretaria e Departamentos - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº. 028/2016 e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

17 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 25 de Abril de 2016.

Município de Matupá
VALTER MIOTTO FERREIRA
Contratante



4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA
CNPJ nº 13.278.238/0001-25
Procurador **ALCEU VIEIRA VARDASCA NETO**
R.G. nº 1976098-1 SSP/MT e do CPF nº 028.181.051-61
CONTRATADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 026/2016

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **VALTER MIOTTO FERREIRA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **EDITORA GRÁFICA MATO GROSSO EIRELI - EPP** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 37.503.281/0001-05 e Inscrição Estadual nº 13.145.195-2, com sede na Rua das Nogueiras nº 1273 no Bairro Comercial na Cidade de Sinop/MT neste ato representado pelo Procurador **JAIR REINEHR** portador do R.G. nº 929.950 SSP/MT e do CPF nº 631.356.041-87, nas quantidades estimadas na **Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **“PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS GRÁFICOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTA EDITAL”** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2016**.

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria Municipal de Administração;
- Secretaria Municipal de Finanças
- Secretaria Municipal de Educação e Desporto;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	600	UN	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE PASTA PERSONALIZADA CONFECCIONADA EM PAPEL COLCHE 250G 31X45CM, COLORIDA	GRÁFICA MATO GROSSO	1,45	870,00
9	2.100	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE CERTIFICADOS PARA CURSOS-PAPEL COUCHE 230 COR 4 X 1 - TAMANHO A4	GRÁFICA MATO GROSSO	3,78	7.938,00
10	3.320	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE CONVITE DE 21 X 14,5 CM - PAPEL COUCHE 230 - COR 1 X 4	GRÁFICA MATO GROSSO	3,18	10.557,60
14	8.000	UN	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE FOLDER FRENTE E VERSO PAPEL COUCHE 150 GR C/POLICROMIA TAMANHO A 4 COR 4 X 1	GRÁFICA MATO GROSSO	0,29	2.320,00

15	5.600	UN	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE PANFLETOS (FRENTE E VERSO) PAPEL COUCHE 90 GR TAMANHO 16 X 21 CM -COR 1 X18	GRÁFICA MATO GROSSO	0,12	672,00
19	160	BL	F11 SERVIÇO DE CONFECCAO DE BLOCOS DE PEDIDO INTERNO - 2 VIAS CARBONADO C/ 100 FLS	GRÁFICA MATO GROSSO	14,90	2.384,00
21	40	BL	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE BLOCO DE VISTORIA 50 X 3 TAMANHO A4 CARBONADO	GRÁFICA MATO GROSSO	31,60	1.264,00
22	6.500	UN	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE CAPA PARA CARNÊ DE IPTU, TAMANHO 43X08CM, COM JANELA 8X3CM CONFECCIONADA EM PAPEL COLCHÊ 150G BRILHO, COLORIDO INTERNA E EXTERNAMENTE, CONTENDO LETREIROS, FOTOS E LOGO DO MUNICÍPIO.	GRÁFICA MATO GROSSO	0,41	2.665,00
23	265	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE CARTAZ PAPEL COUCHE 90 GR - TAMANHO 65 CM X 45 CM, COLORIDO	GRÁFICA MATO GROSSO	7,85	2.080,25
25	765	UN	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE ADESIVO 20X 10CM - COR 1X4	GRÁFICA MATO GROSSO	2,45	1.874,25
32	405	UN	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE CRACHA 15 X 10 CM - PAPEL CARTÃO BRILHANTE	GRÁFICA MATO GROSSO	1,88	761,40
41	15	BL	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE BLOCO DE DENUNCIA 50 X 2 TAMANHO A4 CARBONADO	GRÁFICA MATO GROSSO	31,85	477,75
44	30	BL	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE BLOCO F30 DE CONTROLE DA DENGUE REGISTRO DIÁRIO DO SERVIÇO ANTEVETORIAL FRENTE E VERSO 100X1 TAMANHO 30X21 CM	GRÁFICA MATO GROSSO	17,30	519,00
46	30	BL	SERVIÇO DE CONFECCAO DE FOLHAS RESUMO SEMANAL DO SERVIÇO ANTEVETORIAL FRENTE E VERSO - 100 X1	GRÁFICA MATO GROSSO	25,70	771,00
48	5.000	UN	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE PANFLETO PAPEL COUCHE 90 GR C/ POLICROMIA TAMANHO A4 COR 4X1	GRÁFICA MATO GROSSO	0,21	1.050,00
49	5.600	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE PANFLETOS 21 X 14,5 CM - COR 1 X 4	GRÁFICA MATO GROSSO	0,27	1.512,00
50	3.000	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO DE PANFLETOS PAPEL COUCHE 90 GR - TAMANHO 20 CM X 20 CM COR 4 X 1	GRÁFICA MATO GROSSO	0,38	1.140,00
53	53	BL	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE BLOCO DE REQUISIÇÃO DE EXAME DE MAMOGRAFIA - FRENTE E VERSO A CONTINUAÇÃO DO FORMULÁRIO - C/ 100 FLS	GRÁFICA MATO GROSSO	45,00	2.385,00
54	203	BL	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE BLOCO DE REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLOGICO - FRENTE E VESRO A CONTINUAÇÃO DO FORMULÁRIO - C/ 100 FLS	GRÁFICA MATO GROSSO	45,00	9.135,00
56	500	BL	F71 SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE ADESIVO DE ROTULO DE SORO - 100X1	GRÁFICA MATO GROSSO	14,50	7.250,00
64	400	BL	F42 SERVIÇO DE CONFECCAO DE FICHA DE ATENDIMENTO DE EMERGENCIA - 100X1	GRÁFICA MATO GROSSO	9,50	3.800,00
68	260	BL	F09 SERVIÇO DE CONFECCAO DE FORMULARIO DE DECLARACAO - 100X1	GRÁFICA MATO GROSSO	9,70	2.522,00
72	150	BL	F04 SERVIÇO DE CONFECCAO DE ROA MEDICA - 100X1 FRENTE E VERSO	GRÁFICA MATO GROSSO	12,70	1.905,00
73	400	BL	F02 SERVIÇO DE CONFECCAO DE PRONTUARIO MEDICO - 100X1	GRÁFICA MATO GROSSO	8,80	3.520,00
75	900	BL	F16 SERVIÇO DE CONFECCAO DE BLOCO DE RECEITUARIO CONTROLE ESPECIAL 02 VIAS CARBONADAS - 100X2	GRÁFICA MATO GROSSO	6,68	6.012,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 59

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

81	100	UN	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE BLOCO DE PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM E EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM 100 X 1	GRÁFICA MATO GROSSO	9,45	945,00
82	20	UN	F 73 SERVIÇO DE CONFECCÃO DE FICHA TERMO DE RESPONSABILIDADE 100 X 1	GRÁFICA MATO GROSSO	19,90	398,00
86	50	BL	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE LAUDO AUTORIZAÇÃO DE INTERNACAO HOSPITALAR 2 VIAS CARBONADAS - 100X2	GRÁFICA MATO GROSSO	26,50	1.325,00
101	100	BL	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE FICHA DE PROCEDIMENTOS, E-SUS, BLOCO COM 100	GRÁFICA MATO GROSSO	9,50	950,00
104	5.000	UN	F-25 SERVIÇO DE CONFECCÃO DE CARTÃO DE SAUDE BUCAL, TAMANHO 10 CM X 6 CM, CARTOLINA FRENTE E VERSO	GRÁFICA MATO GROSSO	0,37	1.850,00
106	3.000	UN	F28 SERVIÇO DE CONFECCAO DE CARTAO FAMILIAR PSF	GRÁFICA MATO GROSSO	0,31	930,00
108	50	UN	F33 SERVIÇO DE CONFECCAO DE GUIA DE ENCAMINHAMENTO CARBONADO 2 VIAS CARBONADAS - 50X2	GRÁFICA MATO GROSSO	15,00	750,00
108	80	UN	F33 SERVIÇO DE CONFECCAO DE GUIA DE ENCAMINHAMENTO CARBONADO 2 VIAS CARBONADAS - 50X2	GRÁFICA MATO GROSSO	15,00	1.200,00
108	100	UN	F33 SERVIÇO DE CONFECCAO DE GUIA DE ENCAMINHAMENTO CARBONADO 2 VIAS CARBONADAS - 50X2	GRÁFICA MATO GROSSO	15,00	1.500,00
110	150	BL	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE CADASTRO DOMICILIAR , E-SUS, A-4, BLOCO COM 100	GRÁFICA MATO GROSSO	22,50	3.375,00
113	400	UN	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL, E-SUS, FRENTE E VERSO BLOCO COM 100	GRÁFICA MATO GROSSO	9,50	3.800,00
114	150	UN	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLOGICO INDIVIDUAL, E-SUS, FRENTE E VERSO BLOCO COM 100	GRÁFICA MATO GROSSO	10,45	1.567,50
116	1.000	UN	F06 SERVIÇO DE CONFECCAO DE FICHA INDICE EM MATERIAL DE CARTOLINA	GRÁFICA MATO GROSSO	0,95	950,00
117	150	UN	SERVIÇO DE CONFECCAO/GUIA DE ENCAMINHAMENTO CARBONADO 50 X 2	GRÁFICA MATO GROSSO	16,30	2.445,00
119	2	UN	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE BANNER DE 2 X 1 1/2 - COR 1X4	GRÁFICA MATO GROSSO	238,00	476,00
120	60	BL	F60 SERVIÇO DE CONFECCAO DE BLOCO DE CADASTRO DO SETOR - FOLHA 1 FRENTE/VERSO	GRÁFICA MATO GROSSO	26,00	1.560,00
126	300	UN	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO PARA IMPRESSÃO DO PRONTUÁRIO SUAS, COLORIDO, CAPA EM PAPEL COUCHE OU TRIPLEX 200G, 4 CORES COM CORTE JANELA, CAPA ENVERNIZADA EM PAPEL COUCHE BRILHO, COM 58 PAGINAS, TAMANHO A4, PAPEL OFFSET, IMPRESSO EM 4 CORES, 90 G, SEM BRILHO E POROSO, CLIPADO ESTILO CADERNO	GRÁFICA MATO GROSSO	34,20	10.260,00
TOTAL DO CREDOR						109.666,75

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 – O prazo máximo para prestação dos serviços será de 08 (Oito) dias, após a ordem de serviço;

5.2 - Os serviços desta licitação deverá ser feita nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.3 - A CONTRATADA deverá substituir os impressos entregues com eventuais defeitos de confecção no prazo máximo de 04 (quatro) dias, a contar da data do recebimento da notificação formal do CONTRATANTE, sujeitando-se, na inobservância, às penalidades previstas no ato convocatório;

5.4 - A CONTRATADA deverá manter sigilo dos dados e informações a que tiver acesso e ceder ao CONTRATANTE o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e produtos gerados, logo após o recebimento definitivo dos serviços prestados;

5.5 - A CONTRATADA deverá obedecer aos padrões exigidos pelo contratante no momento da requisição do serviço referente a impressão, inclusive quanto às cores, tipo e gramatura do papel, acabamento e demais requisitos necessários à perfeita execução dos serviços contratados;

5.6 - A CONTRATADA deverá reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

5.7 – Caso seja necessário fazer alguma substituição, os custos envolvendo este ato, como o de transportes, hospedagens entre outros, serão por conta do Licitante;

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Ocorrendo eventualmente falta dos serviços por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro empresa para fazer a prestação dos serviços, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá;

6.12 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

6.13 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.14 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;



7.5 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 dias após a prestação dos serviços e a apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE, ora apresentadas e confirmadas pela Secretaria Municipal de Finanças, devidamente atestada pela Secretaria responsável.

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Herminio Ometto, n.º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são EDITORA GRAFICA MATO

GROSSO EIRELI - EPP:

Banco Sicredi Ag. Nº 0812 Conta corrente nº 80.070-8

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Serviço.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do serviço.

8.5 - O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring"**;

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

- Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
- Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;
- Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
- Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

- Por decurso de prazo de vigência;
- Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o

limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº

8666/93;

12.1.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos nos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

- Advertência por escrito;
- Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de prestação dos serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;
- Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3 - Se a Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Serviço dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

- Código Geral: 02.020.0.1.04.122.0003.2003 - Manutenção e Atividades do Gabinete do Prefeito - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 04.040.0.1.04.122.0005.2007 - Manutenção e Encargos da Secretaria de Administração - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 05.050.0.1.04.123.0009.2009 - Manutenção das Atividades da Secretaria e Departamentos - 3390.39.000 - Pessoa Jurídica
- Código Geral: 07.070.0.1.12.361.0015.2027 - Manutenção e Encargos da Secretaria de Educação - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 08.080.0.2.10.301.0017.2031 - Man. E Enc. Na USFs e P. de Saúdes Rurais - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 08.080.0.2.10.301.0022.2042 - Man. E Enc. Da Secretária de Saúde - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0020.2038 - Man. E Encargos do Hospital Municipal - 3390.39.000 - Outros Serviços Pessoa Jurídica

- Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0018.2034 – Manutenção do CRDO
- 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 08.080.0.2.10.305.0016.2029 – Manutenção do
Programa Vigilância em Saúde – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0025.2049 – Manutenção do Creas
- 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0019.2035 – Manutenção do CRM
- Complexo Regulador Municipal – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0025.2052 – Manutenção do PAIF –
Programa de Atenção Especial às Famílias – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.3.08.243.0031.2057 – Manutenção do
Conselho Tutelar – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0032.2058 – Manutenção do
Programa Acessuas Trabalho – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0028.2054 – Manutenção do Fundo
Municipal de Assistência Social – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0033.2059 – Manutenção do
Programa IGD – PBF – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0023.1126 – Manutenção de Ações
do SCFV – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0025.2037 – Manutenção do PAEFI
3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0024.2044 – Proteção Social
Básica - PSB 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica
- Código Geral: 13.130.0.1.13.122.0042.2069 – Manutenção das
Atividades da Secretaria e Departamentos – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº. 028/2016 e seus anexos e as propostas das classificadas.
III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

17 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 25 de Abril de 2016.

Município de Matupá
VALTER MIOTTO FERREIRA
Contratante

EDITORA GRÁFICA MATO GROSSO EIRELI - EPP
CNPJ sob o nº. 37.503.281/0001-05 e Inscrição Estadual nº

13.145.195-2

Procurador JAIR REINEHR
R.G. nº 929.950 SSP/MT e do CPF nº 631.356.041-87
CONTRATADO

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Resolução Nº.03/2016

SUMULA: Aprovação da Análise de Prestação de Contas Referente o Exercício de 2015, dos Programas e Benefícios Socioassistenciais-Matupá-MT.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Matupá, cumprindo sua função de órgão consultivo, deliberativo e controlador da Política de assistência social em âmbito Municipal e,

Considerando a Lei Orgânica da Assistência social Nº 8742/93, que dá o caráter de política pública a assistência social;

Considerando a organização da política com a participação popular e através da elaboração de planos, programas e projetos;

Considerando a realização de Assembleia ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, que analisou a documentação encaminhada pelo Órgão Gestor de Assistência Social, verificando a capacidade de gestão e o alcance dos resultados;
Resolve:

06/04/2016.

Aprovar a documentação apresentada, conforme Ata nº 03 de

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Matupá/MT, 22 de Abril de 2016.

SANDRA DA ROCHA FIGUEIREDO
PRESIDENTE CMAS
Gestão: 2014 a 2016

PARECER CMAS – Nº 003/2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social, reuniu-se na data de 06/04/2016, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social às 13:30 hs, para análise de documentos encaminhados pelo Órgão Gestor de Assistência Social referente a Prestação de Contas do Exercício 2015.

Após verificar a capacidade de gestão e o alcance dos resultados, através de acompanhamento realizado no decorrer do exercício com vistas à verificação de indicadores apresentados ao CMAS através dos Planos de Ação dos Serviços Socioassistenciais.

Resolvem: Emitir parecer favorável à Prestação de Contas Referente ao Exercício 2015 e suas devidas Reprogramações de Saldos, conforme Ata nº 03/2016 de 06/04/2016.

Matupá/MT, 22 de Abril de 2016

SANDRA DA ROCHA FIGUEIREDO
PRESIDENTE CMAS

Resolução Nº.04/2016

SUMULA: Aprovação da Proposta de Reprogramação no valor de R\$1.600,00 do Co-Financiamento Federal do exercício de 2015, do Programa BPC na Escola, para serem utilizados no exercício de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Matupá, cumprindo sua função de órgão consultivo, deliberativo e controlador da Política de assistência social em âmbito Municipal e,

Considerando a Lei Orgânica da Assistência social Nº 8742/93, que dá o caráter de política pública a assistência social;

Considerando a organização da política com a participação popular e através da elaboração de planos, programas e projetos;

Considerando a realização de Assembleia ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada para análise e emissão de parecer;
Resolve:

Aprovar a Proposta de Reprogramação no valor de R\$1.600,00 do Co-Financiamento Federal do Programa BPC na Escola do exercício de 2015, para serem utilizados no exercício de 2016 conforme Ata nº03/16 de 06/04/16

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Matupá/MT, 22 de Abril de 2016.

SANDRA DA ROCHA FIGUEIREDO
PRESIDENTE CMAS
Gestão: 2014 a 2016

PARECER CMAS – Nº 004/2016

O Conselho Municipal de Assistência Social, reuniu-se na data de 06/04/2016, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social às 13:30 hs, para análise da Proposta de Reprogramação de recursos do Co-Financiamento Federal – Programa BPC na Escola.

Os membros do Conselho após análise minuciosa da proposta apresentada resolve aprovar por unanimidade o valor de R\$1.600,00 do Co-Financiamento Federal do exercício de 2015, para serem utilizados no exercício de 2016, conforme Ata nº 03/16 de 06/04/2016

Matupá-MT, 22 de Abril de 2016.

SANDRA DA ROCHA FIGUEIREDO
PRESIDENTE CMAS

RESOLUÇÃO Nº.05/2015

SUMULA: Aprovação do Plano de Ação para Co-Financiamento do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social ANO 2016-Matupá-MT.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Matupá, cumprindo sua função de órgão consultivo, deliberativo e controlador da Política de assistência social em âmbito Municipal e,

Considerando a Lei Orgânica da Assistência social Nº 8742/93, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando a organização da política com a participação popular e deliberação do Conselho de Assistência Social;

Considerando a realização de Assembleia Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, que analisou todos os aspectos que envolvem o Plano como: Dados Cadastrais, Órgão Proponente, Órgão Gestor da Assistência Social, Fundo de Assistência Social, Conselho de Assistência Social, Previsão de Atendimento Físico, (gestão e serviços), Previsão de Financiamento (gestão e serviços) e Resumo Executivo.

RESOLVE:

APROVAR o referido Plano, conforme Ata nº 03 de 06/04/2016.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Matupá/MT, 22 de Abril de 2016.

SANDRA DA ROCHA FIGUEIREDO
PRESIDENTE CMAS
Gestão: 2014 a 2016

PARECER CMAS - Nº005/2015

O Conselho Municipal de Assistência Social, reuniu-se na data de 06/04/2016, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social às 13:30 hs, para análise do Plano de Ação para o Co-Financiamento do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social Ano 2016.

Após verificar todos os aspectos que envolvem o Plano como: Dados Cadastrais, Órgão Proponente, Órgão Gestor da Assistência Social, Fundo de Assistência Social, Conselho de Assistência Social, Previsão de Atendimento Físico, (gestão e serviços), Previsão de Financiamento (gestão e serviços) e Resumo Executivo, resolvem emitir parecer favorável ao Plano de Ação para o Co-Financiamento do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social Ano 2016, conforme Ata nº03/16.

Matupá-MT, 22 de Abril de 2016.

SANDRA DA ROCHA FIGUEIREDO
PRESIDENTE CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESOLUÇÃO Nº. 007/2016

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde em sua Sétima Reunião Ordinária do ano de Dois Mil e Dezesesseis, realizada no dia 12 de abril de 2016, no uso das competências estabelecidas na Lei nº 8080 de 19 de Setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, pela Resolução nº. 453/2012, de 10 de maio de 2012, pela Lei Municipal nº 1.051 de 06 de Novembro de 2007, e do Regimento Interno de 08 de dezembro de 2015, do Conselho Municipal de Saúde de Nobres-MT.

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 4º da Lei nº 1.051/2007 que cria e regulamenta o Conselho Municipal de Saúde.

Resolve:

Art. 1º - Publicar a representatividade do SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública de Mato Grosso, segmento Usuário, no Conselho Municipal de Saúde de Nobres. Aprovado na Sétima Reunião Ordinária de 12/04/2016.

Titular: Maria Dolores de Paula Pereira
Suplente: Maria Demétria Maciel Bezerra

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Nobres – MT 12 de abril de 2016.

Gladecir Colognese Valandro Firmino
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

Sebastião Gilmar Luiz da Silva
Prefeito Municipal de Nobres – MT.

DECRETO Nº. 029/2016

"Dispõe sobre a nomeação dos membros para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM, conforme Lei Municipal nº 1.344/2014 de 04 de dezembro de 2014 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Nos termos do artigo 3º da Lei Municipal 1.344/2014, **NOMEIA** os abaixo relacionados para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
TITULAR: HERNANI ALVES DE SOUZA
SUPLENTE: AMANDA BORGES ESTEVES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:
TITULAR: MARIA ISABEL DE LUCAS RODRIGUES
SUPLENTE: MARIA ORTEGA PINTO

SECRETARIA DE SAÚDE:
TITULAR: MARIA DAS GRAÇAS FONSECA DE CARVALHO
SUPLENTE: ROSA REI DA SILVA

SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E

TURISMO:
TITULAR: EDNALVA CONCEIÇÃO DA CRUZ
SUPLENTE: GILSON QUEIROZ DE CARVALHO

CLUBE DA MELHOR IDADE:
TITULAR: MARILU DE ALMEIDA NONATO
SUPLENTE: MARIA SERAFINA GONÇALVES DA SILVA

ROTARY CLUBE:
TITULAR: GISELE EMILIA ESTAQUES VIEIRA MAYER
SUPLENTE: BETANIA PATRICIA DE SALLES

ASSOCIAÇÃO ESPIRITA SEARA E LUZ
TITULAR: ANACRIS M. MONTEJANE MOTTA
SUPLENTE: ANA LUCIA M.M. MOTTA

PASTORAL DA FAMÍLIA:
TITULAR: EDILA F. DA SILVA
SUPLENTE: EVANIL DOVIGI

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação em local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 20 de abril de 2016.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

LICITAÇÕES

ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 138/2015;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM, inscrita no CNPJ sob o nº 24.772.162/0001-06;

CONTRATADA: REJANE COSTA FIGUEREDO DE SOUZA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 20.246.483/0001-16;
OBJETO: I - Alterar a "cláusula quinta nos itens 5.1 e 5.2" "PRAZO E PRORROGAÇÃO";

PRAZO DE VIGÊNCIA: Adita-se ao Contrato inicial o prazo de vigência de 04 (quatro) meses, portanto o prazo final deste instrumento será dia 29/04/2016.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Adita-se ao Contrato principal o prazo de 04 (quatro) meses de execução, portanto o prazo final deste será dia 29/04/2016.

DATA DE ASSINATURA: 18/12/2015;

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016.

RESULTADO

O MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado da Tomada de Preços nº 005/2016 tendo como objeto a contratação de empresa para execução de serviços de drenagem de águas pluviais e pavimentação asfálticas em TSD na Avenida das Araras, Rua dos Buritis e nas rotatórias, retornos, passagens e fechamentos de canteiros centrais das seguintes Avenidas: Av. Brasil, Av. dos Pavões, Av. dos Canários, Av. dos Beija Flores, Av. das Emas, Av. das Garças e Av. das Gaiotas, da qual sagrou-se vencedora a empresa LAERCIO BONETTI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 78.711.512/0001-53, com o valor de 796.438,39 (setecentos e noventa e seis mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e nove centavos). Na fase da proposta os representantes das empresas habilitadas assinaram a ata, renunciando a intenção de interpor recursos. Nova Mutum – MT, 20 de abril de 2016.

Antônio Erinaldo Vieira Santana
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso

Ano 5 N° 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 63

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016



PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010

Geder Luiz Genz, Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, no uso de suas atribuições legais especialmente estabelecidas na Portaria nº 117 de 04 de abril de 2016 e com base no Item 20.9 do Edital de Abertura, torna público o que segue:

1- Divulga o resultado do julgamento da pontuação dos títulos apresentados, conforme Anexo I deste Edital Complementar.

Fica aberto o prazo de recurso exclusivamente para a divulgação da pontuação dos títulos, a partir das 07h as 11h00 e das 13h00 as 17h00 do dia 25/04/2016, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada no site oficial da Prefeitura - www.novamutum.mt.gov.br, e no mural oficial da Prefeitura Municipal. Nova Mutum - MT, 20 de abril de 2016.

Geder Luiz Genz/Presidente da Comissão Examinadora do
Processo Seletivo Simplificado

ANEXO I RELACÃO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS DEFERIDOS E

INDEFERIDOS					
CARGO 04	DENTISTA/ODONTOLOGO 20H				
INSCRIÇÃO	NOME	NASCIMENTO	PONT. DEF.	INDEFERIDO	MOTIVO INDEFERIMENTO
380	ANA CARLA PAPADIUK DE CARVALHO CHENET	10/04/1987	1,0		
538	CLEIDENEIA LAZZARETTI	01/08/1989	1,0		
499	ELISANGELA FRANCISCA BERNARTT GUZZO	04/10/1973	1,0		
310	RUDY ROGERIO OLIVEIRA	05/02/1975	1,0		
CARGO 05	ENFERMEIRO				
INSCRIÇÃO	NOME	NASCIMENTO	PONT. DEF.	INDEFERIDO	MOTIVO INDEFERIMENTO
687	CARLA SIRLENE GROSS	20/09/1980	1,0		
561	ELIANE PEREIRA ASSUNCAO GOTZ	22/01/1986	1,0		
CARGO 06	ENGENHEIRO FLORESTAL				
INSCRIÇÃO	NOME	NASCIMENTO	PONT. DEF.	INDEFERIDO	MOTIVO INDEFERIMENTO
432	LEANDRO DALLA LIBERA	16/07/1989	1,0		
CARGO 07	ENGENHEIRO SANITARISTA				
INSCRIÇÃO	NOME	NASCIMENTO	PONT. DEF.	INDEFERIDO	MOTIVO INDEFERIMENTO
623	DANIELE DENDENA SCHAEFER	21/07/1992	0	X	NÃO ATENDE REQUISITO DO EDITAL (TÍTULO INVÁLIDO)
CARGO 11	MÉDICO				
INSCRIÇÃO	NOME	NASCIMENTO	PONT. DEF.	INDEFERIDO	MOTIVO INDEFERIMENTO
683	JORGE LUIS DE MELLO PINHEIRO	02/09/1983	1,0		
725	MAURICIO EIDIRO NISHIYAMA	03/11/1971	1,0		
265	RICARDO CLEMENTE DA SILVA	22/01/1981	1,0		
1	VANDOIR VALTER SCHEUERMANN	14/05/1977	1,0		

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 011

Geder Luiz Genz, Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, no uso de suas atribuições legais especialmente estabelecidas

na Portaria nº 117 de 04 de abril de 2016 e com base no Item 20.9 do Edital de Abertura, torna público o que segue:

1.FICA HOMOLOGADA A LISTA CANDIDATOS APROVADOS PARA A 2ª FASE – PROVA PRÁTICA, PUBLICADA NO DIA 19/04/2016, CONFORME EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009, CONSIDERANDO QUE DAQUELA PUBLICAÇÃO NÃO HOUVE NENHUM RECURSO.

2.A PROVA PRÁTICA ACONTECERÁ NA DATA DE 24/04/2016, lembramos aos Candidatos que deverão comparecer com antecedência mínima de 30 minutos para se apresentar junto a Comissão com os requisitos necessários para realização da prova, que acontecerá a partir das 07h, no pátio da Secretaria Municipal de Obras, situada nos fundos da sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Arapongas, esquina com Avenida Mutum, nos horários estabelecidos conforme Edital Complementar nº 009.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada no site oficial da Prefeitura - www.novamutum.mt.gov.br, e no mural oficial da Prefeitura Municipal. Nova Mutum - MT, 20 de abril de 2016. Geder Luiz Genz/Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

LICITAÇÕES

Extrato Trimestral – Abril 2016

EXTRATO 3º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006A e 006B/2015 oriunda do Pregão Presencial 011/2015, **Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de laminas, para Motoniveladora, dentes para pá carregadeira e retroescavadeira, parafusos e porcas para manutenção da frota municipal de máquinas pesadas; **Vigência:** 20/07/2015 à 20/07/2016. **Fornecedores:** DIMAQ – Campotrat Cuiabá Comercio Ltda. e NE Equipamentos Peças E Locações De Maquinas Ltda. - ME. O município de Novo Horizonte do Norte – MT, através do Departamento de Licitações em atendimento ao § 2º, do Art. 15, da Lei 8.666/93, torna publico que **não houve reajuste de preços** registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram – se disponíveis no site <http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br/Transparencia/Ata-de-Registro-de-Precos/>.

EXTRATO 2º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/2015 oriunda do Pregão Eletrônico 019/2015, **Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças e acessórios da linha mecânica e elétrica, genuínos e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para manutenção preventiva e corretiva da frota municipal; **Vigência:** 23/10/2015 à 23/10/2016. **Fornecedor:** NE Equipamentos Peças e Locações de Maquinas Ltda. - ME. O município de Novo Horizonte do Norte – MT, através do Departamento de Licitações em atendimento ao § 2º, do Art. 15, da Lei 8.666/93, torna publico que **não houve alteração de valores** e ficam mantidos os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram – se disponíveis no site <http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br/Transparencia/Ata-de-Registro-de-Precos/>.

EXTRATO 2º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018/2015 oriunda do Pregão Eletrônico 019/2015, **Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças e acessórios da linha mecânica e elétrica, genuínos e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para manutenção preventiva e corretiva da frota municipal; **Vigência:** 23/10/2015 à 23/10/2016. **Fornecedor:** DIMAQ – Campotrat Cuiabá Comercio Ltda. O município de Novo Horizonte do Norte – MT, através do Departamento de Licitações em atendimento ao § 2º, do Art. 15, da Lei 8.666/93, torna publico que **não houve alteração de valores** e ficam mantidos os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram – se disponíveis no site <http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br/Transparencia/Ata-de-Registro-de-Precos/>.

EXTRATO 2º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2015 oriunda do Pregão Eletrônico 019/2015, **Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças e acessórios da linha mecânica e elétrica, genuínos e/ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para manutenção preventiva e corretiva da frota municipal; **Vigência:** 23/10/2015 à 23/10/2016. **Fornecedores:** Piovezan Implementos Agrícolas Ltda. - EPP; Manoel Cavalcante Santana – ME e M. de Quadros & Cia Ltda. – EPP. O município de Novo Horizonte do Norte – MT, através do Departamento de Licitações em atendimento ao § 2º, do Art. 15, da Lei 8.666/93, torna publico que **não houve alteração de valores** e ficam mantidos os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram – se disponíveis no site <http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br/Transparencia/Ata-de-Registro-de-Precos/>.

EXTRATO 2º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2015 oriunda do Pregão Eletrônico 017/2015, **Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e insumos hospitalares, laboratoriais e odontológicos, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde; **Vigência:** 27/10/2015 à 27/10/2016. **Fornecedor:** All Medica Distribuidora de Materiais Hospitalares Ltda. O município de Novo Horizonte do Norte – MT, através do Departamento de Licitações em atendimento ao § 2º, do Art. 15, da Lei 8.666/93, torna publico que **não houve alteração de valores** e ficam mantidos os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram – se disponíveis no site <http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br/Transparencia/Ata-de-Registro-de-Precos/>.

EXTRATO 2º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 021/2015 oriunda do Pregão Eletrônico 017/2015, **Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e insumos hospitalares, laboratoriais e odontológicos, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde; **Vigência:** 27/10/2015 à 27/10/2016. **Fornecedor:** Bio Avance Diagnósticos Ltda. EPP. O município de Novo Horizonte do Norte – MT,



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 65

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

detalhadas de todos os elementos da Ata encontram – se disponíveis no site <http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br/Transparencia/Ata-de-Registro-de-Precos/>.

EXTRATO 2º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 038/2015 oriunda do Pregão Eletrônico 016/2015, **Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos em geral, em atendimento a solicitação da secretaria municipal de Saúde; **Vigência:** 27/10/2015 à 27/10/2016. **Fornecedor:** Life Center Comercio e Distribuidora de Medicamentos Ltda. - EPP. O município de Novo Horizonte do Norte – MT, através do Departamento de Licitações em atendimento ao § 2º, do Art. 15, da Lei 8.666/93, torna publico que **não houve alteração de valores** e ficam mantidos os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram – se disponíveis no site <http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br/Transparencia/Ata-de-Registro-de-Precos/>.

EXTRATO 2º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2015 oriunda do Pregão Eletrônico 016/2015, **Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos em geral, em atendimento a solicitação da secretaria municipal de Saúde; **Vigência:** 27/10/2015 à 27/10/2016. **Fornecedor:** Marcofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda. O município de Novo Horizonte do Norte – MT, através do Departamento de Licitações em atendimento ao § 2º, do Art. 15, da Lei 8.666/93, torna publico que **não houve alteração de valores** e ficam mantidos os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram – se disponíveis no site <http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br/Transparencia/Ata-de-Registro-de-Precos/>.

EXTRATO 2º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 040/2015 oriunda do Pregão Eletrônico 016/2015, **Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos em geral, em atendimento a solicitação da secretaria municipal de Saúde; **Vigência:** 27/10/2015 à 27/10/2016. **Fornecedor:** Pro-Remedios Distribuidora de Produtos farmacêuticos e Cosméticos EIRELI - ME. O município de Novo Horizonte do Norte – MT, através do Departamento de Licitações em atendimento ao § 2º, do Art. 15, da Lei 8.666/93, torna publico que **não houve alteração de valores** e ficam mantidos os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram – se disponíveis no site <http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br/Transparencia/Ata-de-Registro-de-Precos/>.

EXTRATO 2º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 041/2015 oriunda do Pregão Eletrônico 016/2015, **Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos em geral, em atendimento a solicitação da secretaria municipal de Saúde; **Vigência:** 27/10/2015 à 27/10/2016. **Fornecedor:** Supermedica Distribuidora Hospitalar EIRELI - ME. O município de Novo Horizonte do Norte – MT, através do Departamento de Licitações em atendimento ao § 2º, do Art. 15, da Lei 8.666/93, torna publico que **não houve alteração de valores** e ficam mantidos os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas de todos os elementos da Ata encontram – se disponíveis no site <http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br/Transparencia/Ata-de-Registro-de-Precos/>.

Novo Horizonte do Norte, 20 de Abril de 2016

Juliano Gamba
Departamento de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

TERMO DE REVOGAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira designada pela Portaria nº. 224/2015, de 20/10/2015, torna público aos interessados que foi REVOGADO o aviso publicado no dia 15 de Abril de 2016 no, O Diário de Alta Floresta e Região pag.04;Jornal Oficial dos Municípios AMM, pag. 158; no dia 18 de Abril de 2016 no Diário Oficial de Contas TCE/MT pag.43. O aviso se referia a realização de licitação no dia 03 de Maio de 2016, às 08H00, para REGISTRO DE PREÇOS para **Contratação de Empresa para Cessão de Sistema para Secretaria Municipal de Saúde.**

Novo Mundo, MT, 20 de Abril de 2016.

Mirian da Silva Biazotto
Pregoeira Oficial

José Hélio Ribeiro da Silva
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

ATOS

EDITAL Nº 001/2016
Novo Santo Antônio-MT, em 15 de abril de 2016.

José dos Santos Vasconcelos, Presidente da Câmara Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferida por Lei, torna público a aprovação das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, referente ao Exercício Financeiro de 2014, Gestão do Prefeito Municipal Senhor Eduardo Penno.

Registre-se, Publique-se, cumpra-se.

José dos Santos Vasconcelos
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2016

Dispõe sobre a aprovação das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio – MT, Exercício Financeiro de 2014, Gestão do Prefeito Municipal Eduardo Penno e dá outras providências.

José dos Santos Vasconcelos, Presidente da Câmara Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele Promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Artigo 1º - Ficam aprovadas as Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio – MT, referente ao Exercício Financeiro de 2014, Gestão do Prefeito Municipal Eduardo Penno.

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Novo Santo Antônio-MT, em 15 de abril de 2016.

Ver. José dos Santos Vasconcelos
Presidente

LICITAÇÕES

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº: 12/2016
Dispensa de Licitação nº: 005/2016

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de orientação técnica para o modulo PAR – Plano de Ações articuladas Referente às Ações de Obras e Acompanhamento no modulo monitoramento de obras, como monitoria de Obra, além de subsídio nas informações para prestação de contas.

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio estado de Mato Grosso o Senhor Eduardo Penno, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 005/2016, **RATIFICA** a declaração de Dispensa de Licitação para a contratação de licença de uso de sistemas de gestão pública, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas. Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 012/2016.

FAVORECIDA: P1 ASSESSORIA PUBLICA E EMPRESARIAL LTDA
ME
CNPJ: 17.504.585/0001-80
VALOR TOTAL: **R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 Inciso II da Lei nº 8.666/93.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Novo Santo Antônio-MT 18 de Abril de 2016

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: Processo de dispensa de licitação para Contratação de empresa com o objetivo é prestar serviços de orientação técnica para o modulo PAR – Plano de Ações Articuladas Referente às Ações de Obras e Acompanhamento no modulo monitoramento de obras, como monitoria de Obra, além de subsídio nas informações para prestação de contas.

RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA:

A escolha recaiu sobre a empresa P1 ASSESSORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA-ME, COM SEDE NA RUA PROFESSOR JOÃO FÉLIX, Nº. 70 BAIRRO: LIXEIRA, CIDADE DE CUIABÁ MATO GROSSO. INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº. 17.504.585/0001-80. Consultando as empresas do ramo pertinente ao objeto solicitado, encontrou-se o menor preço por cotação efetuada, na empresa acima descrita, a qual encontra-se em dia com suas obrigações tributárias e previdenciárias conforme certidões apresentadas.

JUSTIFICATIVA DE PREÇO:



A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Público deve ser meta permanente de qualquer administração.

Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos é a justificativa do preço, a teor do inciso III do parágrafo único do artigo 26 da Lei de Licitações.

Assim, diante do exposto, emitimos a presente declaração de dispensa a seguir:

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO:

O Prefeito Municipal Eduardo Penno no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta deste Processo de nº 012/2016, Dispensa de nº 005/2016, vem emitir a presente declaração de DISPENSA DE LICITAÇÃO, fundamentada no Artigo 24, Inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, para empresa com o objetivo é prestar serviços de orientação técnica para o módulo PAR – Plano de Ações Articuladas Referente às Ações de Obras e Acompanhamento no módulo monitoramento de obras, como monitoria de Obra, além de subsídio nas informações para prestação de contas.

O valor dos serviços será pago mensalmente conforme a execução dos mesmos no valor de R\$: 1.200,00 (um mil e Duzentos reais); por um período de 08(oito) meses totalizando um valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Novo Santo Antônio-MT 15 de Abril de 2016

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº: 13/2016
Dispensa de Licitação nº: 006/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E HOSPEDAGEM DE SITE ELETRONICO PARA O MUNICIPIO DE NOVO SANTO ANTONIO-MT..

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio estado de Mato Grosso o Senhor Eduardo Penno , no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 006/2016, **RATIFICA** a declaração de Dispensa de Licitação para a Contratação de empresa para prestar Serviços de Desenvolvimento, Manutenção e Hospedagem de Site Eletrônico. Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 013/2016.

FAVORECIDA: **M.P. DE OLIVEIRA S. SOLUÇÕES WEB - ME**
CNPJ: **14.728.004/0001-03**
VALOR TOTAL: **R\$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos reais)..**
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 Inciso II da Lei nº 8.666/93.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Novo Santo Antônio-MT 19 de Abril de 2016

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: Processo de dispensa de licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E HOSPEDAGEM DE SITE ELETRONICO PARA O MUNICIPIO DE NOVO SANTO ANTONIO-MT.

RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA:

A escolha recaiu sobre a empresa **M.P. DE OLIVEIRA S. SOLUÇÕES WEB - ME**, COM SEDE NA RUA DAS CAVIUNAS , Nº. 2604 BAIRRO: JARDIM MARINGÁ, CIDADE DE SINOP MATO GROSSO. INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº . **14.728.004/0001-03**. Consultando as empresas do ramo pertinente ao objeto solicitado, encontrou-se o menor preço por cotação efetuada, na empresa acima descrita, a qual encontra-se em dia com suas obrigações tributárias e previdenciárias conforme certidões apresentadas

JUSTIFICATIVA DE PREÇO:

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Público deve ser meta permanente de qualquer administração.

Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos é a justificativa do preço, a teor do inciso III do parágrafo único do artigo 26 da Lei de Licitações.

Assim, diante do exposto, emitimos a presente declaração de dispensa a seguir:

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO:

O Prefeito Municipal Eduardo Penno no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta deste Processo de nº 013/2016, Dispensa de nº 006/2016, vem emitir a presente declaração de DISPENSA DE LICITAÇÃO, fundamentada no Artigo 24, Inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, para empresa com o objetivo é Contratação de empresa para prestar Serviços de Desenvolvimento, Manutenção e Hospedagem de Site Eletrônico Para o Município de Novo Santo Antonio-MT.

O valor dos serviços será pago mensalmente conforme a execução dos mesmos no valor de **R\$ 650,00 (Seiscentos e cinquenta reais)**; por um período de 08 (oito) meses totalizando um valor de R\$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos reais).

Novo Santo Antônio-MT 18 de Abril de 2016

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº: 14/2016
Dispensa de Licitação nº: 007/2016

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio estado de Mato Grosso o Senhor Eduardo Penno , no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 007/2016, **RATIFICA** a declaração de Dispensa de Licitação para a contratação de licença de uso de sistemas de gestão pública, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas. Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 014/2016.

FAVORECIDA: **STAF SISTEMAS LTDA – EPP**

CNPJ: **07.941.056/0001-90**

VALOR TOTAL: **R\$ 6.393,44 (seis mil trezentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos)**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 Inciso II da Lei nº 8.666/93.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Novo Santo Antônio-MT 19 de Abril de 2016

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: Processo de dispensa de licitação para contratação da licença de uso de sistemas de gestão pública, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas.

RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA:

A escolha recaiu sobre a empresa **STAF SISTEMAS LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ: com sede à Av. Antônio J.M Andrade nº 1042 Bairro centro na Cidade de Nova Andradina, estado de Mato Grosso do Sul CEP: 79.750-000 , em razão da interrupção dos serviços prestados pela empresa **ACPI- ASSESSORIA CONSULTORIA E INFORMATICA - LTDA**, CNPJ: 36.879.070/0001-09, bem como pela manutenção dos preços e condições ofertados no Processo de Licitação PROCESSO: Nº 14/2014 (referente à contratação da ACPI Sob contrato de nº 17/2014).

JUSTIFICATIVA DE PREÇO:

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Público deve ser meta permanente de qualquer administração.

Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos é a justificativa do preço, a teor do inciso III do parágrafo único do artigo 26 da Lei de Licitações.

Assim, diante do exposto, emitimos a presente declaração de dispensa a seguir:

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO:

O Prefeito Municipal Eduardo Penno no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta deste Processo de nº 014/2016, Dispensa de nº 007/2016, vem emitir a presente declaração de DISPENSA DE LICITAÇÃO, fundamentada no Artigo 24, Inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, para contratação da licença de uso de sistemas de gestão pública, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas.

Itens	Especificação	Qtdd de usuários	Valor Mensal R\$
01	Sistema de Planejamento Municipal	01	
02	Sistema de Contabilidade Pública	05	

03	Sistema de Tributação Municipal	04	6.393,44
04	Sistema de Folha de Pagamento	01	
05	Sistema de Recursos Humanos	01	
06	Sistema de Patrimônio Público	01	
07	Sistema de Licitações e Compras	04	
08	Sistema de Almoxarifado	01	
09	Sistema de Controle de Frotas	01	

Importa o valor estimado mensal em R\$ 6.393,44 (seis mil trezentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos)

Novo Santo Antônio-MT 19 de Abril de 2016

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 005/2016
PROCESSO: 10/2016
TIPO: Menor Preço

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO.

O senhor Eduardo Penno, Prefeito Municipal de Novo Santo Antonio, Estado de Mato Grosso, Usando das suas atribuições que lhes são inerentes, respeitando os princípios legais correlatos, profere o seguinte ato de **HOMOLOGAÇÃO**.

I – O certame aberto pela pregoeira Oficial e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio/MT, Quanto aos atos praticados, verificou-se que foram realizados conformidade com a lei 8.666/93e o edital, conhecendo-se como legais, legítimos e validos.

II – Diante do exposto, observando-se as formalidades do efeitos de Adjudicação, considerando os atos do certame validos e conveniente aos interesses Publico, **HOMOLOGO** o Presente Processo Licitatório nº 10/2016, Pregão Presencial nº 04/2016, em nome da vencedora abaixo discriminada:

EMPRESA	CNPJ	ÍTEM	QUANT MESES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
AGRODATA INFORMATICA LTDA - ME,	06.853.262/0001-85	FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR	08	1.650,00	13.200,00

VALOR TOTAL: R\$ 13.200,00 (TREZE MIL E DUZENTOS REAIS), para que a ata nela proferida produza efeitos jurídicos e legais.

Dê-se ciência ao interessado, observando os preceitos legais.

NOVO SANTO ANTONIO-MT, 20 de Abril de 2016.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 004/2016
PROCESSO Nº: 09/2016

Pelo presente, e na melhor forma de direito, declaro como DESERTA a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 004/2016, Processo de Licitação nº 09/2016 QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA MINISTRAR(EM) CURSOS DE ARTESANATO ATENDENDO OS GRUPOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DE VÍNCULO (SCFV) DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), por não acudir nenhum interessado, conforme ata lavrada pela Pregoeira.

REFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO, 20 de Abril de 2016.

Publique
Cumpra-se

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 004/2016
Tipo: Menor Preço

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio – MT torna público aos interessados que o Pregão Presencial 004/2016, cuja abertura ocorreu às 09h00min do dia 18/04/2016, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida 29 de setembro, nº.244, Centro, Novo Santo Antônio, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA MINISTRAR (EM) CURSOS DE ARTESANATO ATENDENDO OS GRUPOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DE VÍNCULO (SCFV) DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).

Licitação classificada como **LICITAÇÃO DESERTA**.

Atendendo assim as normas do edital e os parâmetros legais da Lei em vigor.

Novo Santo Antonio – MT. Em 18 de Abril de 2016.

EVA RODRIGUES BRITO
Pregoeira Oficial
Port.186/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

CANCELAMENTO PREGÃO N.029/2016- PMPL
(PROCESSO N.092/2016-PMPL)

O Município de Pontes e Lacerda, através do Pregoeiro **LEANDRO NARCISO DA COSTA**, torna publico, para conhecimento de interessados, o Cancelamento do Pregão n.029/2016, tendo em vista a Empresa que participou estar fora do valor de cotação da Prefeitura Municipal. Pontes e Lacerda/MT, 20 de abril de 2016.

Leandro Narciso da Costa – Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT
Resultado de Licitação Convite nº01/2016 – Tipo: Menor Preço Por

Item

A CPL – Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Torna publico para conhecimento dos interessados o resultado do Convite nº. 01/2016, cujo o objeto é Contratação De Empresa Habilitada Para Fornecimento De Equipamentos De Informática Destinado Ao Atendimento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Saúde E Secretaria Municipal De Assistência Social do Município De Porto Alegre Do Norte/MT, de acordo com as especificações no termo de referencia e conformidade com as disposições no Edital e seus Anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais, conforme normas da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores; Lei Federal 10.520/02 e decreto municipal nº 677/2010. Cuja abertura ocorreu as 09:00 horas do dia 18 de Abril de 2016, consagrou – se vencedora a empresa: **MARCOS ANTONIO DIAS MACHADO- ME inscrita no CNPJ: 02.827.167/0001-56;** Itens 01 ao 08 Valor do montante R\$ 90.316,00 (Noventa Mil Trezentos e Dezesesseis reais). 20 de Abril de 2016. **Thais Ferreira dos Santos/ Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 075/2015
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião/MT, através do Pregoeiro, torna público aos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 10/2016, cujo Objeto é **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, EM MODELOS DIVERSOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO**, nas condições fixadas no Edital e seus Anexos.

Fica marcada abertura da licitação no seguinte **Local, data e horário:**

Local: sala de licitação da prefeitura de Porto Esperidião-MT, endereço Rua Arnaldo Jorge da Cunha – 444- centro Cep: 78240.000 Porto Esperidião-MT.

Data: 05/05/2016

HORARIO: 09:00 horas

Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet no www.portoesperidiao.mt.gov.br Contatos no Departamento de Licitações fone (65) 32251139 nos horários comercial entre 07 as 11 e 13 as 17 horas



Porto Esperidião MT, 20 de Abril de 2016.

RONEY BATISTA CARDOSO-Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

LEGISLAÇÕES

LEI Nº 745

DATA: 20 DE ABRIL DE 2016.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Especial no valor de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), que será empenhado nas seguintes dotações:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 0079 – Bloco de Atenção Básica
Projeto/Atividade: 2.280 – Incentivo Financeiro Adicional ao ACS
Elemento: 3390.93 – Indenização e Restituição
Valor R\$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais)
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica
Programa: 0080 – Vigilância em Saúde
Projeto/Atividade: 2.281 – Incentivo Financeiro Adicional ao ACE
Elemento: 3390.93 – Indenização e Restituição
Valor R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)
Parágrafo único. A abertura de Crédito de que trata o caput deste artigo,

visa atender às orientações constantes na Nota Técnica nº 002/2016 – COSEMS/MT e Portaria nº 008/2016/GBSES.

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Especial de que trata o artigo 1º, no valor de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), será utilizado do excesso de arrecadação da receita do recurso do incentivo financeiro transferido ao município de Ribeirão Cascalheira/MT, que será classificada no seguinte código: 1722.33.00.00 do anexo 10 – comparativo da receita orçada com a arrecadada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
Em, 20 de abril de 2016.

REYNALDO FONSECA DINIZ
Prefeito Municipal

LEI Nº 746/2016

DATA: 20 DE ABRIL DE 2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS PA PRIMOROSA E SANTA RITA E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ALTERA O ANEXO IV DA LEI MUNICIPAL N. 659, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013 – PLANO PLURIANUAL A INCLUIR AÇÃO NO ANEXO IIA, DA LEI MUNICIPAL N. 722, DE 07 DE JULHO DE 2015 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Implantação do Sistema de Abastecimento de Água nos PA Primorosa e PA Santa Rita e abrir crédito adicional especial, inclui ação na Lei do Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias:

I – A ação constante do Anexo IV, da Lei Municipal n. 659, de 17 de setembro de 2013 – Plano Plurianual, passa a vigorar com redação constante do anexo I, desta Lei.

II – O Anexo IIA, da Lei Municipal n. 722, de 07 de julho de 2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, passa a vigorar acrescido da ação constante do Anexo II, desta Lei.

Art. 2º - Abre ao Orçamento Geral do Município Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais), discriminado por seu elemento de despesa:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura;
02 – Departamento de Água e Esgoto;

17 – Saneamento;
512 – Saneamento Básico Urbano;
0200 – Captação Tratamento e Distribuição de Água;
1.480 – Implantação do Sistema de Abastecimento de Água nos PA

Primorosa e PA Santa Rita;

449051 – Obras e Instalações.
R\$ 275.000,00

Art. 3º - O recurso necessário para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo anterior serão nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4320/64 e seus incisos.

Parágrafo Único – Para dar cobertura do recurso do Crédito Adicional Especial, será proveniente de excesso de arrecadação da receita orçamentária, conforme descrição abaixo:

2.0.0.0.00.0 Receita de Capital;
2.4.0.0.00.0 Transferência de Capital;
2.4.7.0.00.0 Transferência de Convênios;
2.4.7.2.00.00 Transferência de Convênios;
2.4.7.2.01.00 Do Estado e de Suas Entidades;
2.4.7.2.01.02 Transferência de ConvêniosR\$ 275.000,00

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EM, 20 DE ABRIL DE 2016.

REYNALDO FONSECA DINIZ
Prefeito Municipal

ANEXO – I
PLANO PLURIANUAL

Identificação do Programa:
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

01. Denominação:
0200 – Captação Tratamento e Distribuição de Água

02. Objetivo:
Implantação do Sistema de Abastecimento de Água nos PA Primorosa e

PA Santa Rita

03. Público Alvo:
População em geral / Usuários

04. Unidade Responsável:
Secretaria Municipal de InfraEstrutura

05. Horizonte Temporal:
() Contínuo (x) Temporário Início: 2016 / Término: 2016

06. Quantidades de Ações: 01

07. Valor do Programa: R\$ 275.000,00
IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES

Descrição da Ação: Implantação do Sistema de Abastecimento de Água nos PA Primorosa e PA Santa RitaR\$ 275.000,00

Tipo: P
Produto Bem ou Serviço: Implantação do Sistema de Abastecimento de Água nos PA Primorosa e PA Santa Rita

Unidade de Medida: Um

Ano: 2016

Meta Física: 1
Valor: R\$ 275.000,00
Função: 17
Subfunção: 512
PPA

TOTAL.....R\$ 275.000,00

ANEXO – II

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

FUNÇÃO: 17 – Saneamento

SUBFUNÇÃO: 512 – Saneamento Básico Urbano

PROGRAMA: 0200 – Captação Tratamento e Distribuição de Água

TIPO: P

PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÕES ESPECIAIS: 1.480 – Implantação do Sistema de Abastecimento de Água nos PA Primorosa e PA Santa Rita

INDICADORES FÍSICO/FINANCEIRO

META: Implantação do Sistema de Abastecimento de Água nos PA
Primorosa e PA Santa Rita
VALOR: 275.000,00

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: Número dos municípios

LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2016

Objeto: Aquisição de uma área de terras, localizada dentro do perímetro urbano de Ribeirão Cascalheira – MT, com superfície de 839,08 m² (oitocentos e trinta e nove, vírgula oito metros quadrados), conforme Matrícula n.º 1.812 do Serviço Registral Imobiliário desta Comarca.

Favorecido: Thiago Montel Mourão Reimer e Raquel Lustoza Clemente.
Valor Global: R\$ 84.554,09 (oitenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos).

Fundamento Legal: Artigo 24 inciso X da Lei nº. 8.666/93.

Justificativa: anexa nos autos do processo de Dispensa n. 002/2016.

Ratificamos a Dispensa de Licitação nº. 002/2016 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Ribeirão Cascalheira – MT, 18 de Abril de 2016.

REYNALDO FONSECA DINIZ
Prefeito Municipal

PORTARIA

PORTARIA n.066
DATA: 31 DE MARÇO DE 2016

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA. Conforme a Lei Municipal 716/2015 de 22 de abril de 2015.

Presidente

Reynaldo Fonseca Diniz

Representante do Poder Legislativo Municipal

Patricia Sousa Timo – Titulo
Lourenço Marsango - Suplente

Representante Órgão Municipal de Saúde/ Ação Social

Maria Jose Matins Abreu – Titular
Lucilene de Lopes de Souza - Suplente

Representante Órgão Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Deusuita Ferreira dos Santos – Titular
Eduardo Correia - Suplente

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EM, 31 DE MARÇO DE 2016.

REYNALDO FONSECA DINIZ
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

LICITAÇÃO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2013

Terceiro Termo Aditivo de prazo, valor e supressão ao contrato 16/2013, cujo Objeto é a prorrogação de prazo do contrato de fornecimento de Licenciamento de Software de Sistema Integrado de Gestão Pública, passando a vigência para 22/04/2017. O valor referente à prorrogação de serviços é de 180.437,28 (cento e oitenta mil, quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos), o valor referente a supressão dos serviços referente ao item 11,14,16 da proposta de preço, é de R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais).

Contratada: **DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA EPP**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM**

Responsável Jurídico Adriano Bulhões dos Santos.

Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT, 20 de Abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ATOS

PORTARIA Nº. 123/2016.

DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE DEMISSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR MOTIVO DE FALECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 77 do Estatuto dos Servidores, em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica demitido o Servidor Público Municipal, HELIO MOISEIS LEANDRO em virtude de seu falecimento (08 de abril de 2016), Lotado na Secretaria Municipal de Educação, efetivo no cargo de guarda, Classe “A” Nível “III”, Matrícula Funcional nº 553, ao qual tomou posse em 01/09/2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir dia 08/04/2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita
Em, 19 de abril de 2016.

Raquel Campos Coelho
Prefeita Municipal
Registre-se, publique-se

PORTARIA Nº. 124/2016

DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE PEDIDO DE DEMISSÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1º - Fica concedida a Demissão da Servidora, NAIARA PIAU FERREIRA DE ANDRADE, exercendo o cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, neste município de São Jose do Xingu – MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita
Em, 19 de abril de 2016.

Raquel Campos Coelho
Prefeita Municipal

Registre-se, publique-se.

PORTARIA Nº. 125/2016

DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NÍVEL DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **RAQUEL CAMPOS COELHO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que

preceitua o Plano de Cargos e carreiras, a seção III, Art. 47, inciso III e Anexo III da Lei 490/2012, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1º - Fica Concedida Elevação para Nível "08", a Sra. MARIA APARECIDA ALVES, Servidora Pública Municipal, exercendo o cargo de Professora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita
Em, 19 de abril de 2016.

Raquel Campos Coelho
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se

PORTARIA Nº. 126/2016

DE 19 DE ABRIL DE 2016.
DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NÍVEL DA SERVIDORA PÚBLICA

MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **RAQUEL CAMPOS COELHO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, a seção III, Art. 47, inciso III e Anexo III da Lei 490/2012, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1º - Fica Concedida Elevação para Nível "02", a Sra. IRAIDES PEREIRA LIMA, Servidora Pública Municipal, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita
Em, 19 de abril de 2016.

Raquel Campos Coelho
Prefeita Municipal
Registre-se, Publique-se

DECRETO Nº 030/2016

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE FERIADO NACIONAL E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **Raquel Campos Coelho**, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica Decretado Feriado Nacional no dia 21 de abril em razão ao Dia de Tiradentes e Ponto facultativo no dia 22 de abril de 2016.

Art. 2º - Os serviços municipais considerados de natureza essencial manterão suas atividades em Plantão (Secretaria de Infra Estrutura/Obras).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 19 de abril de 2016

Raquel Campos Coelho
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 031/2016

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, DE 20 ABRIL DE 2016.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE

COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **Raquel Campos Coelho**, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor, TIAGO DA SILVA LIMA, no cargo de Coordenador de Atenção Básica, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal
Em, 20 de abril de 2016.

Raquel Campos Coelho
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2015

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO do Município de Serra Nova Dourada (MT) torna público o resultado do procedimento na modalidade **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2015**, cujo objeto é a Adesão (CARONA) a Ata de Registro de Preços nº 036/2015 referente ao Pregão Presencial 030/2015 da Prefeitura Municipal de Diamantino - MT, referente ao fornecimento de Moveis e Materiais Permanentes com fornecimento de oito meses, solicitado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em virtude da necessidade de toda secretarias e órgão de responsabilidade da prefeitura municipal. Foi Homologado e Adjudicado à pessoa Jurídica: **MARCOS ANTONIO DIAS MACHADO** - ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 02.827.167/0001-56, estabelecida na Avenida General Mello nº 3255, Bairro Jardim Califórnia CEP 78.070-300 em Cuiabá – MT.

Edson Yukio Ogatha
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADESÃO Nº 003/2016

Procedimento Administrativo 020/2016
Nº Contrato 0024/2016

Objeto: Adesão (CARONA) a Ata de Registro de Preços nº 036/2015 referente ao processo Pregão Presencial 030/2015 da Prefeitura Municipal de Diamantino - MT.

Vigência 08(oito) meses

Valor: R\$ 106.654,52 (Cento e seis mil seiscientos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Pessoa Jurídica **MARCOS ANTONIO DIAS MACHADO** - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.827.167/0001-56.

Edson Yukio Ogatha
Prefeito Municipal

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2015

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO do Município de Serra Nova Dourada (MT) torna público o resultado do procedimento na modalidade **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2015**, cujo objeto é a Adesão (CARONA) a Ata de Registro de Preços nº 064/2015 referente ao Pregão Presencial 019/2015 da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - MT, referente ao fornecimento de Moveis e Materiais Permanentes com fornecimento de oito meses, solicitado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em virtude da necessidade de toda secretarias e órgão de responsabilidade da prefeitura municipal. Foi Homologado e Adjudicado à pessoa Jurídica: **MARCOS ANTONIO DIAS MACHADO** - ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 02.827.167/0001-56, estabelecida na Avenida General Mello nº 3255, Bairro Jardim Califórnia CEP 78.070-300 em Cuiabá – MT.

Edson Yukio Ogatha
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADESÃO Nº 004/2016

Procedimento Administrativo 021/2016
Nº Contrato 0025/2016

Objeto: Adesão (CARONA) a Ata de Registro de Preços nº 064/2015 referente ao processo Pregão Presencial 019/2015 da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - MT.

Vigência 08(oito) meses

Valor: R\$ 359.883,10(TREZENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL OITOCENTOS E OITENTA E TRES REAIS E DEZ CENTAVOS)



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 71

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

Pessoa Jurídica MARCOS ANTONIO DIAS MACHADO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.827.167/0001-56.

Edson Yukio Ogatha
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - ESTADO DE MATO GROSSO - JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2016 - A Prefeitura Municipal de Sorriso - MT., através da Presidente da Comissão de Licitação, torna público para o conhecimento dos interessados, que a que considerando a impugnação apresentada pela empresa decide: conhecer o recurso apresentado por **LOC SERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, diante de sua tempestividade, e no mérito **DAMOS PROVIMENTO PARCIAL**, no que tange ausência de composição de custo da operação de estação e transbordo, e no que tange exigência do item 14.4 alínea "h" e "k", e quanto as demais questionamentos **NEGAMOS PROVIMENTO**, eis que tais exigências estando de acordo com a legislação ambiental e entendimento do Tribunal de Contas da União Acórdão 0247/2009. E em virtude do acolhimento parcial da impugnação **RETIFICA-SE O EDITAL**. E, por fim declinamos que como alteração reflete diretamente na formalização da proposta, DESIGNAR a abertura do certame para **30 de maio de 2016 às 08h00**. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3545-4700 e ainda através do site www.sorriso.mt.gov.br. - **MARISETE M. BARBIERI** - Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - ESTADO DE MATO GROSSO - AVISO DE SUSPENSÃO DO CERTAME - PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016 - A Prefeitura Municipal de Sorriso - MT., através do Sr. Pregoeiro, torna público para o conhecimento dos interessados, que fica **SUSPENSO** a abertura do certame que se realizaria no dia **25 de abril de 2016, às 08h00**. Nessa liça, declina-se, assim que será disponibilizada a nova data da abertura do certame. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação através do telefone: 66 3544 4700 no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Sorriso - Departamento de Licitação e Contratos e no site www.sorriso.mt.gov.br. - **MARISETE M. BARBIERI** - Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL

A Prefeitura Municipal de Tapurah, através da sua pregoeira oficial, vem por meio deste **RERRATIFICAR** o edital do Pregão Presencial Nº 022/2016 Registro de Preços Nº 016/2016, cujo OBJETO é a contratação de empresa especializada em serviços de manutenção e instalação de postes e super postes (contemplando caminhão munck com cesto aéreo com no mínimo 15 metros de altura, motorista e electricista com a NR 10 para execução de serviço em postes de alta tensão e posto de transformação) e realização de troca e fixação de postes de concreto e ferro, troca, instalação e limpeza de lâmpadas, pintura dos postes e outros serviços necessários para a manutenção da iluminação do Município de Tapurah-MT, devido o edital não ter sido disponibilizado no site do município, para dar ampla publicidade é necessário a rerratificação..

Onde se lê:
Abertura dos Envelopes: às 08h00min do dia 26 de abril de 2016.

Passa a ser:
Abertura dos Envelopes: às 08h00min do dia 09 de maio de 2016.
O restante do Edital Permanece Inalterado.

Edital Completo: Disponível no endereço: Av. Rio de Janeiro, Nº 125,

Centro
Tapurah MT, CEP: 78573-000 Fone: (66) 35473607 e no Site:
www.tapurah.mt.gov.br.

Abertura dos Envelopes: às 08h00min do dia 09 de maio de 2016.

Tapurah - MT, 20 de abril de 2016.

Rosani da Cunha Bugario
Pregoeira

PROCESSO ADMINISTRATIVO 038.2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2016 REGISTRO DE PREÇO

015/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Tapurah - MT, através do seu Pregoeiro Oficial, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial, para contratação de pessoa jurídica para futura e eventual aquisição de materiais e plantas ornamentais de uso da Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Turismo do Município de Tapurah-MT

A sessão será realizada às **08h00min do dia 10 de maio de 2016**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.

O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Departamento de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.tapurah.mt.gov.br, ou solicitar ao Departamento de Licitações pelo fone (66) 3547-3600 ou pelo e-mail licitacao@tapurah.mt.gov.br.

Tapurah - MT, 20 de abril de 2016.

Rosani da Cunha Bugario
Pregoeira

PROCESSO ADMINISTRATIVO 042.2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2016 REGISTRO DE PREÇOS

Nº 018/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Tapurah - MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial, para a **contratação de pessoa jurídica para futura e eventual aquisição de bancos de madeira plástica com instalação inclusa para uso em espaços públicos do município de Tapurah-MT**.

A sessão será realizada às **14h00min do dia 10 de maio de 2016**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.

O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Departamento de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.tapurah.mt.gov.br, ou solicitar ao Departamento de Licitações pelo fone (66) 3547-3600 ou pelo e-mail licitacao@tapurah.mt.gov.br.

Tapurah - MT, 20 de abril de 2016.

Rosani da Cunha Bugario
Pregoeira

PROCESSO ADMINISTRATIVO 043.2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016 REGISTRO DE PREÇOS

019/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Tapurah, através da sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial, para **Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação do Município de Tapurah-MT**, observado as especificações contidas no Termo de Referência deste edital e em seus anexos.

A sessão será realizada às **08h00min do dia 11 de maio de 2016**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.

O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Departamento de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.tapurah.mt.gov.br, ou solicitar ao Departamento de Licitações pelo fone (66) 3547 3607.

Tapurah - MT, 20 de abril de 2016.

Rosani da Cunha Bugario
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016.

PROCESSO Nº 0236/2016

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016.
PROCESSO Nº 0236/2016.
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL.

Encontra-se aberta, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Tesouro, Estado de Mato Grosso, sita à Avenida Humberto Marcilio, nº 173, Bairro Centro, CEP - 78.775-000, nesta cidade o PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2016, do tipo MENOR PREÇO global, visando a Contratação de Empresa de Prestação de Serviços de Pintura, conforme descrição contida no Anexo I - Termo de Referência, Projeto Básico, que integra o presente edital. O procedimento será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/2002, aplicando-se, subsidiariamente, a medida do necessário e conforme critério do Pregoeiro, a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei Complementar nº 123/06, além das condições contidas neste Edital e nos demais documentos que o integram. Casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro com base nos princípios constitucionais e na legislação de direito privado.

ENTREGA DOS ENVELOPES:
Encerrar-se-á às 09h30minh, do dia 09 de maio de 2016.
SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:
Às 10h00min horas do dia 09 de maio de 2016.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 72

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do Edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Prefeitura Municipal de Tesouro - MT, no Setor de Licitações, localizada na Avenida Humberto Marçílio, nº 173, Bairro Centro, Tesouro - MT, CEP - 78.775-000, a título gratuito, de segunda a sexta feiras, em horário de expediente.

Outras informações inerentes a este Pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, ainda, pelo telefone (66) 3435-1118, ou pelo e-mail: lopesbruno566@gmail.com.

Prefeitura Municipal de Tesouro - MT, 20 de abril de 2016.

BRUNO LOPES SANTANA
PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Torixoréu

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2016
MENOR PREÇO POR LOTE

A Pregoeira, por ordem do Prefeito Municipal em exercício, **Rafael Barilli Sá**, TORNA PÚBLICO que fará realizar no dia 05 de maio de 2016 às 09:00 horas (horário de Brasília), na sede da Prefeitura, à Rua XV de Novembro, 16 - Setor Aeroporto, licitação na modalidade Pregão Presencial SRP, cujo objeto é a contratação de empresa(s) especializada(s) em fornecimento de gêneros de alimentação. O edital completo estará à disposição dos interessados na Prefeitura nos horários das 07 às 11 horas e no site: www.prefeituratorixoreu.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3406-1021.

Torixoréu - MT, 20 de abril de 2016.

EURICE DOS SANTOS DE FREITAS
Pregoeira

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

A Pregoeira e Comissão de Apoio TORNAM PÚBLICO o resultado do Pregão Presencial nº 002/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de um veículo modelo pick-up, em conformidade com a Portaria nº 025/2016/GBSES. Foi vencedora do certame a empresa:

BRESSAN, LAMONATTO E CIA LTDA, com o valor total R\$ 88.000,00.

Torixoréu - MT, 20 de abril de 2016.

EURICE DOS SANTOS DE FREITAS
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 039/2014

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Senhora JOSEFA BORGES HAZAMA, devidamente inscrita no CPF sob o nº. 453.713.001-63. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentada na Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666/93 e suas alterações, na devida justificativa exarada pelo Secretário de Saúde do Município de Várzea Grande/MT, bem como nos documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 357509/2016. OBJETO: Tem por objeto aditar no Contrato nº. 039/2014 a "Cláusula Terceira - Dos Prazos e Suas Prorrogações", a "Cláusula Quarta - Do Valor e Da Dotação Orçamentária" e a "Cláusula Oitava - Da Fiscalização", referente à locação do imóvel localizado na Av. Amazonas, esquina com a Rua Dr. Manoel Vargas, nº. 27, Bairro Cristo Rei, Várzea Grande/MT, destinado ao funcionamento da FARMÁCIA POPULAR II. VALOR GLOBAL: O valor global de R\$ 37.145,28 (trinta e sete mil cento e quarenta e cinco reais e vinte e oito centavos), a serem pagos mensalmente o valor de R\$ 3.095,44 (três mil noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos). UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.305.0021. P/A: 2.228. ND: 3.3.90.36.00.00.00 - OST PF. FONTE: 0206. VIGÊNCIA: Terá vigência prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato Original, produzindo seus efeitos a partir de seu vencimento. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria Municipal de Saúde, para este ato, a servidora ALCIONE ALVES DA COSTA FERREIRA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 16682203 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº. 011.377.441-97, Matrícula 105704.

DATA DE ASSINATURA: 13.04.2016.

LUIZ ANTÔNIO VITÓRIO SOARES
Secretaria Municipal de Saúde PMVG/MT

JOSEFA BORGES HAZAMA
Locadora

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 09/2016 -
REGISTRO DE PREÇOS

Processo n. 337696/2015

O Município de Várzea Grande, por meio do Pregoeiro Oficial, designada pelas portarias n. 227/2015 torna público para conhecimento dos interessados, que o Pregão Eletrônico n. 09/2016 que tem por objeto Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa capacitada para Veiculação de publicação oficial do município de Várzea Grande-MT, em jornal de grande ADJUDICADO e HOMOLOGADO em 06/04/2016, sagrando-se vencedora a empresa: **GEANDRÉ FRANK LATORRACA**, inscrita no CNPJ n. 06.147.693/0001-26, vencedora do Lote 1, no VALOR TOTAL R\$ 49.900,00 (Quarenta e nove mil novecentos reais). Várzea Grande-MT, 06 de Abril de 2016, **Vivian D. de Arruda e Silva Pires, Secretária de Administração**.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 23/2016
REGISTRO DE PREÇOS

Processo n. 341831/2015 O Fundo Municipal de Várzea Grande, por meio do Pregoeiro Oficial, designada pelas portarias n. 227/2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, tendo como critério de julgamento o menor preço por ITEM, cujo objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PAËS, LEITE TIPO "C", CARNES, AVES, PEIXES E DERIVADOS PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE E A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme edital e anexo. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.** A realização está prevista para o dia 11 de MAIO de 2016, às 10hs (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 12h00min às 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 - Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R\$ 50,00 - não restituível e gratuitamente, no site: www.blcompras.org.br. Várzea Grande-MT, 22 de abril de 2016. **Dalciney Fidelis Nogueira, Pregoeira, Luiz Soares, Secretário de Saúde**.

AVISO DE PRORROGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2016

Processo: 370461/2016 - O Município de Várzea Grande, por intermédio da Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma PRESENCIAL, do tipo menor preço, tendo como critério de julgamento o menor preço global, cujo objeto: Contratação de empresa capacitada para execução de serviços de limpeza urbana no município de Várzea Grande-MT, conforme edital e anexos. A realização prevista para o dia 02 de maio de 2016, às 09h00min (horário de Mato Grosso). Foi PRORROGADO para dia 05/05/2016 às 09h00min (horário de Mato Grosso), por ter alterado disposição edital que afeta a confecção da proposta. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 12h00min às 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 - Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R\$ 50,00 - não restituível e gratuitamente, no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 22 de abril de 2016. **Breno Gomes, Secretário de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**.

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.11/2015

Processo n. 368360/2016. Visto. Observou-se a necessidade apresentada pela subsecretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em aderir **A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 11/2015, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL N. 15/2015/FNDE** que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliários escolares constituídos de conjunto aluno, mesa acessível e conjunto professor em atendimento as entidades educacionais das redes públicas de ensino dos estados e municípios, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e demais condições constantes no termo de referência. Verificou-se ainda, que os itens pleiteados são: 01 e 03 do grupo 01, totalizando o valor de R\$ 875.885,50 (oitocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), a empresa vencedora MILANFLEX IND. E COM. DE MÓVEIS E EQUIP. LTDA, inscrita no CNPJ: 86.729.324/0001-80. Formalizada coleta de preços pela por meio de Atas de Registro de Preços, que comprova à vantajosidade e cumprimento dos requisitos legais, uma vez que a Ata de Registro de Preços encontra - se, vigente, o Órgão Gerenciador autorizou a adesão, bem como o Fornecedor também concorda com a pretendida adesão, conforme fls. 08, 09 11 e 12, portanto, atendendo os preceitos do Decreto Federal n. 7892/2013 e Decreto n. 61/2014, acréscimo ao parágrafo 3º do artigo 53 do Decreto n. 09/2010. 5. A Procuradoria Geral do Município emitiu parecer n. 132/2016 favorável à adesão fls. 168/175. Desse modo AUTORIZAMOS a ADESÃO aos itens citados acima, da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 11/2015, decorrente do PREGÃO PRESENCIAL N. 15/2015/FNDE**, nos termos do artigo 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013 e Decreto n. 61/2014, acréscimo ao parágrafo 3º do artigo 53 do Decreto n. 09/2010, e com a MILANFLEX IND. E COM. DE MÓVEIS E EQUIP. LTDA, inscrita no CNPJ: 86.729.324/0001-80, totalizando o valor de R\$ 875.885,50 (oitocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos) 7. Publique-se. Encaminha - se para elaboração do contrato. Empenhem-se os recursos necessários. Várzea Grande-MT, 22 de abril de 2016. **ZILDA PEREIRA LEITE DE CAMPOS, SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 046/2015



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 73

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA ANÁLIA FRANCO, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 11.169.807/0001-79. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentada na Lei Federal nº. 8.666/1993 no Artigo 57 incisos e parágrafos, e nas demais alterações introduzidas pela Lei, bem como, no Termo de Contrato nº. 046/215, e nos documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº 361739/2016. OBJETO: Tem por objeto aditar, o item 3.1 da "CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES", o item 4.1 e 4.2 da "CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA", e a "CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO", do Contrato nº. 046/2015, cujo objeto é a Locação do Imóvel Urbano em nome da ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA ANÁLIA FRANCO, para o funcionamento exclusivo de salas anexas da EMEB Paulo Freire, situado na Rua América do Sul, s/nº, Bairro Jardim dos Estados, CEP: 78.158-000 – Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: O valor mensal será de R\$ 7.692,36 (sete mil seiscentos e noventa e dois reais e trinta e seis centavos), sendo o valor global no montante de R\$ 23.077,08 (vinte e três mil setenta e sete reais e oito centavos). UO: SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.361.0103. P/A: 2.087. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0106. VIGÊNCIA: Este Termo fica prorrogado por um período de mais 03 (três) meses o prazo da vigência do Contrato Original, produzindo seu efeitos a partir do seu vencimento. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para este ato, a servidora MEIRY EVALDETH ALVES RONDON, portadora da cédula de identidade RG nº. 0986783-0 SSP/MT, inscrito no CPF nº. 362.502.791-72, Matrícula nº. 57631.

DATA DE ASSINATURA: 15.03.2016.

SIGNATÁRIOS: LUCIMAR SACRE DE CAMPOS
Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT

ZILDA PEREIRA LEITE DE CAMPOS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PMVG/MT

ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA ANÁLIA FRANCO
Contratada

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES
Procuradoria Geral Do Município De Várzea Grande/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - MT
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2016

O Município de Vera – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **07h30min (Horário Local)**, do **dia 05 de Maio de 2016**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Otawa, 1651, Centro – Vera – MT, abertura do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2016** do tipo **Menor Preço por LOTE, CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) OU AINDA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**, para o fornecimento de água, refrigerante, copos, caixas térmicas, gelo, e aluguel de mesas para realização dos festejos comemorativos do 30º Aniversário de Emancipação Política-Administrativa do município de Vera/MT, no dia 13 de Maio de 2016.

O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Vera - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, ou no endereço: www.vera.mt.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min às 13h00min, através do telefone (66) 3583-3100.

Vera – MT, 20 de Abril de 2016.

PABLO JUNIOR GONÇALES
PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, instituída pela Portaria nº 001, de 04 de janeiro de 2016, torna público, para conhecimento dos interessados e para os fins previstos na Lei Federal nº 8.666/93, que a licitação realizada através da **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016**, publicado pelo jornal Oficial Eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso, Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas de Mato Grosso e mural público, tendo por objeto a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, para alunos de educação básica pública matriculados na Rede Municipal de Ensino verba FNDE/PNAE, para o **ano letivo de 2016**, com abertura e julgamento ocorridos em 11 de abril de 2016, teve como vencedores os agricultores: **ROGERIO LIMEIRA DE OIVEIRA**, CPF nº **255.171.202-00**, que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 16.214,60** (dezesseis mil duzentos e quatorze reais e sessenta centavos), **LAURENTINO NETO DE REZENDE**, CPF nº **483.367.501-34** que teve o

seguinte resultado no valor global de **R\$ 5.614,60** (cinco mil seiscentos e quatorze e sessenta centavos), **SIRO LEITE RIBEIRO**, CPF nº **395.801.131-49** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 5.535,60** (cinco mil quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos), **ROBSON GUIDO MOURÃO PRADO**, CPF nº **039.471.121-14** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 18.319,00** (dezoito mil trezentos e dezoito reais), **RAQUEL FARIA MARTINEZ**, CPF nº **021.231.811-02** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 16.406,00** (dezesseis mil quatrocentos e seis reais), **ALBERTO GOMES DE SÁ**, CPF nº **484.568.614-72** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 19.357,40** (dezenove mil trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos), **ELIANA FERREIRA DA SILVA ANTUNES**, CPF nº **117.724.858-10** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 15.405,00** (quinze mil quatrocentos e cinco reais), **ALAN CARDENES ALVES DE LIMA**, CPF nº **246.252.051-15** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 11.308,60** (onze mil trezentos e oito reais e sessenta centavos), **MARCIENI MAYARA AGUERO LOURENÇO**, CPF nº **044.290.221-27** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 6.837,00** (seis mil oitocentos e trinta e sete reais), **GERCINA ALVES DE OLIVEIRA**, CPF nº **107.224.751-87** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 6.837,00** (seis mil oitocentos e trinta e sete reais), **ILSON ROSA DA CRUZ**, CPF nº **241.620.861-68** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 7.617,00** (sete mil seiscentos e dezessete reais), **VITORIO MARCADELA**, CPF nº **280.537.291-34** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 6.837,00** (seis mil oitocentos e trinta e sete reais) e **MERCEDES PERES SPINDULAS**, CPF nº **915.858.051-49** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 7.733,00** (sete mil setecentos e trinta e três reais).

Vila Bela da Ss. Trindade – MT, 18 de abril de 2016.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA
PRESIDENTE DA COMISSÃO
PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

Em consonância às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, e considerando que a Licitante, desistiu do direito recursal nela previsto, RATIFICO o julgamento da Comissão Permanente de Licitação proferido sobre a **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016**, e **HOMOLOGO** seu objeto aos Agricultores: **ROGERIO LIMEIRA DE OIVEIRA**, CPF nº **255.171.202-00**, que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 16.214,60** (dezesseis mil duzentos e quatorze reais e sessenta centavos), **LAURENTINO NETO DE REZENDE**, CPF nº **483.367.501-34** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 5.614,60** (cinco mil seiscentos e quatorze e sessenta centavos), **SIRO LEITE RIBEIRO**, CPF nº **395.801.131-49** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 5.535,60** (cinco mil quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos), **ROBSON GUIDO MOURÃO PRADO**, CPF nº **039.471.121-14** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 18.319,00** (dezoito mil trezentos e dezoito reais), **RAQUEL FARIA MARTINEZ**, CPF nº **021.231.811-02** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 16.406,00** (dezesseis mil quatrocentos e seis reais), **ALBERTO GOMES DE SÁ**, CPF nº **484.568.614-72** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 19.357,40** (dezenove mil trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos), **ELIANA FERREIRA DA SILVA ANTUNES**, CPF nº **117.724.858-10** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 15.405,00** (quinze mil quatrocentos e cinco reais), **ALAN CARDENES ALVES DE LIMA**, CPF nº **246.252.051-15** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 11.308,60** (onze mil trezentos e oito reais e sessenta centavos), **MARCIENI MAYARA AGUERO LOURENÇO**, CPF nº **044.290.221-27** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 6.837,00** (seis mil oitocentos e trinta e sete reais), **GERCINA ALVES DE OLIVEIRA**, CPF nº **107.224.751-87** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 6.837,00** (seis mil oitocentos e trinta e sete reais), **ILSON ROSA DA CRUZ**, CPF nº **241.620.861-68** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 7.617,00** (sete mil seiscentos e dezessete reais), **VITORIO MARCADELA**, CPF nº **280.537.291-34** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 6.837,00** (seis mil oitocentos e trinta e sete reais) e **MERCEDES PERES SPINDULAS**, CPF nº **915.858.051-49** que teve o seguinte resultado no valor global de **R\$ 7.733,00** (sete mil setecentos e trinta e três reais), vencedores do referido procedimento licitatório, nos termos da minuta contratual que dele faz parte integrante, observadas as demais normas e formalidades legais e regulamentares vigentes.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE ABRIL de dois mil e DEZESSEIS.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE
PREFEITO

AVISO DO PREGÃO Nº 033/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 033/2016 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006, Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULOS.

CREDENCIAMENTO: 07:30 às 08:00 do dia 05/05/2016.

INICIO DA SESSÃO: 07:30 do dia **05/05/2016**. Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA – Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

AVISO DO PREGÃO Nº 034/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 5 Nº 854

Divulgação segunda-feira, 25 de abril de 2016

Página 74

Publicação terça-feira, 26 de abril de 2016

PREGÃO Nº. 034/2016 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006, Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MÍDIA IMPRESSA COLORIDA (JORNAL) E PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS DE VÍDEOS.

CREDENCIAMENTO: 11:00 às 11:30 do dia 05/05/2016.

INÍCIO DA SESSÃO: 11:00 do dia **05/05/2016**. Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

AVISO DO PREGÃO Nº 035/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 035/2016 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006, Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS MAQUINÁRIOS PESADOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CREDENCIAMENTO: 07:30 às 08:00 do dia 09/05/2016.

INÍCIO DA SESSÃO: 07:30 do dia **09/05/2016**. Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

**TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2752/2016**

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SMGe

Objeto: Contratação de serviços de leiloeiro público oficial habilitado e credenciado, com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e conduzir a alienação de bens móveis inservíveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, e bens móveis apreendidos e/ou removidos.

Data/Horário: 10/05/2016 às 09:00 MT.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2016

Valdir Pereira Silva
Comissão Permanente de Licitação

José Dias de Oliveira
Diretor Compra e Licitações

Eroaldo de Oliveira
Secretário Adjunto de Gestão

Cuiabá/MT, 20/04/2016

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2016
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123.320/2015)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO - SMASDH

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus novos (primeira linha), para atender a frota oficial de 25 (vinte e cinco) veículos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano, conforme especificações, quantitativos e demais condições constantes no edital e seus anexos.

Data/Horário: 06/05/2016 às 10:00 h (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2016.

Endereço para retirada do Edital: O Edital completo poderá ser retirado no site eletrônico da Prefeitura Municipal de Cuiabá, por meio do endereço: <http://www.cuiaba.mt.gov.br/>, na opção “Serviços”, no link “Licitações” ou no site eletrônico: <http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/>.

Acessando o site informado, no canto inferior esquerdo consta um calendário, onde deve apenas clicar na data de realização do certame, constante neste aviso de licitação, para ter acesso as informações do Edital, bem como disponibilizar o link para download dos documentos.

Luiz Sávio Fernandes de Campos
Pregoeiro

Visto:

José Dias de Oliveira
Diretor Especial de Licitações e Contratos

Eroaldo de Oliveira
Secretário Adjunto de Gestão – SMGE

Cuiabá/MT, 25 de abril de 2016.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVA MUTUM

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE RESULTADO
Pregão 013/2016

O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Mutum - MT, através da Comissão de Licitação, torna público o resultado da licitação Pregão do tipo “Menor Preço Global”, a qual a Empresa **Construtora V B J Ltda – ME, inscrita no CNPJ: 08.160.230/0001-20**, foi sagrada vencedora do objeto que trata de **Registro de Preços para Contratação de prestação de serviços de escavação, de recomposição de pavimentos, passeios e ruas do Município de Nova Mutum/MT, perfazendo um total de R\$ 459.900,00 (Quatrocentos e cinquenta e nove mil, e novecentos reais).**

Nova Mutum – MT, 20 de Abril de 2016.

Romeu Rohde
Pregoeiro

Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso

Secretaria-geral do Tribunal Pleno
Gerência de Registro e Publicação

Ligia Maria Gahyva Daoud Abdallah
Secretária-geral do Tribunal Pleno
(assinatura digital)

Eneida de Amorim
Gerente de Registro e Publicação
(assinatura digital)

Suporte Técnico Redação – (65) 3613-7678
(doc_tce@tce.mt.gov.br)

Suporte Técnico Informática – (65) 3613-7644
(informatica@tce.mt.gov.br)